

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Guilherme Souto Sanchez

De luta, laços e labor: a cultura solidária na cooperativa Terra e Liberdade

São Paulo

2024

Guilherme Souto Sanchez

De luta, laços e labor: a cultura solidária na cooperativa Terra e Liberdade

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Parodi Svartman

São Paulo

2024

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catologação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Souto Sanchez, Guilherme

De luta, laços e labor: a cultura solidária na cooperativa Terra e Liberdade /
Guilherme Souto Sanchez; orientador Bernardo Parodi Svartman. -- São Paulo,
2024.

167 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) --
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2024.

1. Cooperativismo. 2. Economia solidária. 3. Cultura solidária. 4. Autogestão.
5. Psicologia social. I. Parodi Svartman, Bernardo, orient. II. Título.

Nome: Guilherme Souto Sanchez

Título: De luta, laços e labor: a cultura solidária na cooperativa Terra e Liberdade

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Profa. Dra.

Instituição:

Julgamento:

Sumário

1. Introdução	10
1.1. Apresentação	10
1.2. Objetivos	12
1.3. Metodologia	13
1.4. Resumos dos capítulos	17
2. Economia solidária, cultura solidária	19
2.1. A proposta da economia solidária	19
2.2. Economia solidária, cultura solidária.....	22
2.3. O viver cultural no capitalismo e o ethos capitalista — do trabalho ao ócio; do ócio à indústria cultural	31
3. A solidariedade no chão de trabalho.....	41
3.1. A Cooperativa Terra e Liberdade.....	42
3.1.1. Origens e ideais	42
3.1.2. Organização do empreendimento e do trabalho	44
3.2. Observação participante e experiência etnográfica.....	53
3.2.1. Chegando e conhecendo o campo.....	53
3.2.2. Da inserção na cooperativa, pertencimento e virando aliado	56
3.2.3. Dos aliados da cooperativa e “das esquerdas”	58
3.2.4. Aberturas e caminhadas da pesquisa — do “campo” ao campo.....	60
3.2.5. Ocupar e resistir — implicação política e militante da cooperativa	62
3.2.6. O viver cultural no cotidiano — humor, lúdico e o musical.....	64
3.2.7. Cansaços e conciliações.....	67
3.2.8. Da organização e dinâmicas de trabalho no cotidiano	69
3.2.9. Das dinâmicas relacionais — amizade, camaradagem, conflito	71
3.2.10. Solidariedade e cuidado.....	73
4. Entrevistas com os cooperados	77

4.1. Marcelo	77
4.2. Carlos	90
4.3. Sofia	102
4.4. Clarissa.....	112
5. A dimensão político-econômica da cultura solidária.....	123
5.1. Tecer uma cultura solidária demanda mudança econômica e luta política.....	123
5.2. Materialidades — atravessamentos gestionários, burocráticos e da precariedade.....	128
5.3. Luta, solidariedade e camaradagem política — rumo a uma cultura solidária	132
6. O humor e o lúdico como fenômenos da cultura solidária.....	135
6.1. O brincar como raiz da cultura — viver criativo, saúde e quebra de alienação.....	135
6.2. As várias faces do humor — afiliação e grupalidade; de dinâmicas de poder ao <i>banter</i>	139
7. Implicações sobre a saúde do trabalhador — potências na forma, desafios em execução	144
7.1. Autogestão, democracia no trabalho e de informações.....	144
7.2. Pertencimento, vínculos e construção coletiva	147
7.3. Entre a autonomia e a responsabilidade.....	150
7.4. Liberdade de fala e horizontalidade como caminhos para diálogo, conflito e solidariedade	152
8. Considerações finais	155
Referências bibliográficas	157
Apêndice	163

Resumo

SANCHEZ, G. S. De luta, laços e labor: a cultura solidária na cooperativa Terra e Liberdade. 2024. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Essa pesquisa tem como objetivo discutir o conceito de cultura solidária presente no campo mais amplo da economia solidária. Para isso, foi feito um trabalho de revisão bibliográfica do termo, seguido de um estudo de caso em profundidade que envolveu a realização de observações em campo e entrevistas com quatro cooperados, principalmente embasado na Psicologia Social crítica. Parte-se do entendimento de que a economia solidária circunscreve um campo vasto de iniciativas que prezam pela construção de outra economia, baseada em solidariedade, democracia no trabalho e autogestão. O conceito central dessa dissertação, o de cultura solidária, é intimamente ligado com o de economia solidária e diz da tessitura de um outro viver cultural de base solidária e cooperativa, opondo-se a uma cultura hegemônica pautada em competição. Levando em conta a compreensão de mazelas que a economia capitalista gera aos trabalhadores, essa pesquisa estudou aspectos da cultura solidária em uma cooperativa popular de comercialização. O trabalho mostrou um campo complexo e dotado de potências e desafios. A construção de um empreendimento solidário é marcada por complexidades aos trabalhadores e atravessado por precariedades econômicas, e a construção de conhecimentos técnicos e organizacionais não-capitalistas gera desafios também à convivência cotidiana. Apesar disso, apresenta-se como um espaço de grande potencial e mudança. Maior participação política, compreensão e defesa de interesses individuais e coletivos como trabalhadores, alto sentido do trabalho feito, maior espaço para criatividade, construção de relações mais horizontais e um viver mais igualitário de fenômenos culturais, são todos ganhos observados. A vivência se mostra ambígua, com a combinação de desafios duros e ganhos significativos — mas com a potência de transformação social mais ampla a partir da construção dessa outra economia e cultura trazendo grande sentido ao trabalho e maior posicionamento do trabalhador como sujeito da própria vida e implicado na coletividade.

Palavras-chave: Cooperativismo; economia solidária; cultura solidária; autogestão; Psicologia social

Abstract

SANCHEZ, G. S. Struggle, bonds, and labor: culture of solidarity in the cooperative Terra e Liberdade. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

This research's objective is to discuss the concept of "culture of solidarity" that is present in the wider field of social economics. With this goal, we made extensive bibliographic research on the concept, followed by an in-depth case study that made use of field observations and interviews with workers from a cooperative. The methods of this research were based on critical Social Psychology. Social economics relate to a wide array of initiatives that value the construction of "another economy", based on solidarity, democracy on the workplace and self-management. The central concept of this thesis, of a "culture of solidarity", is closely related to social economics, and speaks of the building of another way of living culturally, that is based on solidarity and cooperation, opposing the hegemonic culture based on competition. Understanding the ills of capitalist economics to the worker, this research studied aspects of a culture of solidarity by doing an in-depth case study of a marketing cooperative with popular roots. The work done showed a complex field of study with challenges and benefits. The making of a social enterprise is marked by complexities for the workers and economic precariousness and is faced with challenges in creating non-capitalistic ways of technical know-how and organization, all of which make the work experience challenging. Despite this, social enterprises show potential and create large changes. Great political participation, the knowing and defense of collective and one's own interests, a high degree of meaning of the work done, a greater margin for creativity, the making of more horizontal relationships and cultural living are all gains observed. This makes the experience of the worker ambiguous, with tough challenges and significant gains being intertwined. Despite this, the potential for social transformation in a larger scale and the promotion of "another economy" and culture brings great meaning to the work done and encourages the worker in being more active in his own life and implicated in collectiveness.

Keywords: Cooperativism; social economics; culture of solidarity; workers' self-management; Social psychology

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.

À minha breguice, à qual reservo o direito de ser intensa nesses agradecimentos.

A Isa, amor da minha vida e estrela do meu céu, que tanto me apoia e me ensina todo dia como ser mais feliz.

A minha família, que muito conquistou a partir do trabalho árduo. Que possamos encontrar leveza e felicidade para além das mãos calejadas.

A meu pai, que me ensinou como rir e viver em cultura. Que encontre paz e felicidade onde quer que esteja descansando.

A minha mãe, que sempre me guiou, apoiou e foi porto seguro em todos os sentidos

A Ju, irmã querida e que é companheira de caminhada em tantas coisas da vida.

A todos meus amigos, que tanto amo e que me incentivaram nesse percurso — Luiza, Daina, Maira, Thais, Viviane, Fernando e Fernando, Fábio, Juliana, Cecilia, Monica, Chiara, Wellington e tantos outros que me acompanharam ao longo do mestrado.

Aos amigos e amores passados, que podem ter ido, mas que me marcaram e me deram base para estar e ser o Guilherme de hoje.

Ao professor Bernardo, que em sua compreensão e sabedoria tanto me orientou e apoiou ao longo do mestrado, e que foi fundamental nesse me tornar pesquisador.

A Marcela, cujo apoio e orientação antes e durante a elaboração da pesquisa tornaram possível que ela fosse feita.

Ao grupo de orientação e a todos que passaram por ele — Barbara, Clarissa, Danielle, Raul, Jéssica, Gabriel, Paula e Zaida. Sem o conhecimento e trocas que tivemos, esse trabalho não seria possível.

Ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, que me formou e foi uma segunda casa por longos anos. Cresci e me transformei em seus prédios, corredores e na natureza ao redor, e por isso sou muito grato.

À Universidade de São Paulo, pelas oportunidades e experiências que me pode fornecer. E ao campus em si, com sua vida vibrante de pessoas, plantas e animais não-humanos, que me deram vitalidade nos tempos mais sombrios.

A meus professores e colegas de profissão, que me tornaram psicólogo e me guiaram em minha trajetória.

A meus pacientes. Aqui, faço coro com Winnicott — “Que pagaram para me ensinar”.

A essa dissertação, por incrível que pareça. Com ela, aprendi mais do meu lugar no mundo e meu jeito de ser pesquisador, educador e psicólogo. Só poderia ter me gerado um pouco menos de sofrimento.

À Terra e Liberdade, e os cooperados e agricultores que com ela trabalham, por graciosamente me receberem.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, que tanto lutam por um mundo melhor.

Aos trabalhadores e camponeses do mundo, que constroem e embasam a humanidade.

E aos palhaços, poetas e loucos do mundo. Que aprendamos sempre com a insubmissão à ordem estabelecida do mundo.

1. Introdução

1.1. Apresentação

É difícil pensar quando exatamente o tema dessa pesquisa surgiu, ou mesmo onde que começou a brotar a semente do que viria a ser o projeto dela. O que sei dizer, é que meu interesse em pensar formas de existir, e resistir, a opressões sistêmicas já vem de algum tempo. Apesar das numerosas experiências de cooperativismo atuais, meu primeiro contato com o tema veio de estudos históricos do fervor revolucionário na Catalunha durante a Guerra Civil Espanhola na década de 1930, e das experiências de autogestão e cooperação dos anarquistas espanhóis. Daí fui saltando de movimento histórico para movimento histórico, progressivamente avançando no tempo e espaço até voltar ao Brasil contemporâneo, onde passei a ter mais contato com os vários movimentos políticos e sociais que aqui encontramos. E junto de contato, encontrei também enorme vida e potência nesses movimentos, e fui descobrindo cada vez mais as experiências brasileiras de luta, autogestão e democracia no trabalho.

Estudando o cooperativismo no Brasil, rapidamente me deparei com a obra de Paul Singer, importante autor da economia solidária no país. Para alguém como eu, que tanto ansiava por encontrar formas de viver e ser dentro do capitalismo que não se conformassem a ele, isso foi como encontrar um baú do tesouro. Toda a proposta da economia solidária pareceu incrível. Um esforço de buscar construir uma economia realmente solidária, baseada em laços sociais solidários, autogestão, cooperação, democracia no trabalho, detenção dos meios de produção pelos trabalhadores e repartição de excedentes?

Um verdadeiro achado.

Encontrar e ler a obra de Singer, e de experiências ligadas à economia solidária, foi um respiro. Um respiro para conseguir pensar formas de existir e resistir frente ao modo de produção capitalista, que tanto esmaga e moe corpos e almas para trazer lucro a alguns poucos. E longe de ser apenas uma inspiração histórica longínqua, aparece como uma proposta viva, ativa e atual, sendo pensada no aqui e no agora.

A questão da cultura também é algo que vem como grande interesse pessoal. Esse segundo interesse, mais especificamente de pensar fenômenos culturais cotidianos, como o humor e o lúdico, me acompanha há tempo. Foi com meu pai que aprendi a potência de um riso, a felicidade de uma piada, e a leveza e a força de vínculo que tudo isso poder ter; e com outros, os riscos, violências e complexidades que o humor e o brincar podem trazer. Se venho de um núcleo familiar de classe média que pôde ascender da pobreza para uma vida mais

confortável, olhar para a história de meus pais e avós foi entender que isso só foi possível por sacrifício — a partir de horas intermináveis de trabalho, e pela perda ou atrofia de muitas esferas da vida. O lazer, o desejo, a cultura, o riso e a brincadeira, esses elementos tão vitais a uma vida feliz e plena, frente à necessidade e subsistência, viram secundárias.

E ao trabalhador, como pude presenciar com muitos de meus familiares, restam as migalhas.

Pensar fenômenos culturais, e o humor e o lúdico como importantes em si me acompanha de longa data, mas foi mais na vida adulta que passei a realmente estudar esses temas e cada vez mais fui me deparando com um universo de estudos, e da grande importância que eles possuem para a vida humana. Me deparando com a obra de Paulo de Salles Oliveira, entrei em contato com o conceito de cultura solidária, muito relacionado à obra de Paul Singer, que tornou mais clara a importância que esses fenômenos culturais manifestos no cotidiano têm para a vida e como eles se expressam no contexto de cooperativas. Outros estudos sobre cultura solidária e a cultura no capital se seguiram. E, junto disso, minha experiência como psicólogo e o estudo de autores como Winnicott, Bowlby e Huizinga me levaram a pensar no quanto necessário é, para um bom viver humano, o brincar e a experiência de estar junto com o outro e estar em meio à cultura, tomada aqui em seu sentido mais popular e pensando de ser uma construção conjunta e genuína da vida.

Essas experiências de viver cultural, como vemos em sua contrapartida econômica na vivência no capitalismo, com grande frequência acabam por ser barradas, alienadas e reificadas. Alguém que trabalha dentro do modo de produção capitalista, digamos um funcionário assalariado, está simultaneamente submetido a opressões no nível econômico e cultural, mesmo que com frequência essas esferas sejam descritas como independentes, gerando uma cisão na nossa percepção delas em relação à nossa vida.

Parte da dinâmica do capital promove essa cisão entre nossa vida cultural e a vida profissional, o que nos aliena do trabalho e faz crer que ele não deva ser mais do que um trabalho, separado de outros fenômenos relacionados ao viver humano. Penso a própria proposta dessa pesquisa como também forma de tensionar e trabalhar essa questão.

Se tornarmos a pensar as potências do trabalho cooperado para quebrar com opressões econômicas do capital, não cabe pensarmos isso também no nível cultural e da vivência cotidiana? Essa pesquisa se propõe a levantar questionamentos e explorar possíveis respostas. Como se dá o viver fenômenos culturais dentro do contexto de uma cooperativa, numa

experiência de autogestão? Como esse projeto distinto do capitalista se dá em uma cooperativa com um enfoque militante e político nítido? Que reflexões podemos tirar sobre a saúde do trabalhador no contexto da economia solidária?

Essa dissertação se propõe a explorar essas questões a partir de uma perspectiva da Psicologia Social crítica de enfoque fenomenológico. Com uma atenção ao psicossocial e também ao contexto material, socioeconômico e político, busca contribuir para os estudos ao redor da cultura solidária em seu entrelace com a economia solidária. Essa dissertação trata de um objeto de estudos pouco usual, mas a partir de uma metodologia consolidada na área, permitindo refletir de maneira aprofundada sobre a vivência psicossocial de trabalhadores cooperados no espaço estudado. Assim, contribui para a compreensão do que promove uma cultura solidária em espaço de economia solidária, a partir de estudo bibliográfico, descrições etnográficas e da realização de entrevistas.

A cooperativa estudada nesta pesquisa se chama Terra e Liberdade, cooperativa de comercialização que trabalha reunindo, vendendo e distribuindo produtos da reforma agrária popular na Região Metropolitana de São Paulo. Concentra suas atividades na cidade de São Paulo, trabalhando junto dos espaços da reforma agrária da Regional Grande São Paulo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), ao qual é intimamente ligada. Trabalhando em um lugar de ponte campo-cidade, tecem uma proposta de economia solidária, autogestionária, socialista, popular e agroecológica, e lutam por diversas causas como a de igualdade de gênero e raça, somando à luta LGBTQIA+ e a outras frentes.

A partir de reflexões teóricas e o acompanhamento do trabalho da Terra e Liberdade, espero que essa pesquisa contribua para o campo da economia solidária e possa aprofundar os conhecimentos acerca da construção de uma cultura solidária no espaço em que ela emerge — no cotidiano.

1.2. Objetivos

A presente pesquisa se propõe a estudar o tema da cultura solidária em sua relação com a forma de trabalho autogestionária na cooperativa Terra e Liberdade, dentro do campo da economia solidária. Entendido como fenômeno complexo, os objetivos se organizaram a partir de três eixos de análise. Assim sendo, os objetivos geral e específicos são:

Objetivo geral:

- Estudar aspectos da cultura solidária em um contexto de cooperativa popular a partir de um estudo de caso em profundidade.

Objetivos específicos:

- Discutir a dimensão político-econômica na construção da cultura solidária em ambiente de trabalho.
- Explorar a presença dos fenômenos culturais do humor e do lúdico na cooperativa, em sua relação com a cultura solidária.
- Debater as implicações de uma cultura solidária à saúde do trabalhador a partir do contexto da cooperativa estudada.

1.3. Metodologia

A metodologia desta pesquisa é qualitativa, baseada no repertório da Psicologia Social crítica fenomenológica, principalmente a partir das contribuições de método de José Moura Gonçalves Filho e Ecléa Bosi, e de outros autores que trabalham com metodologia similar. A pesquisa vem de uma proposta metodológica de pesquisa participante de inspiração etnográfica, com forte compromisso ético com os participantes. É valorizada tanto a autorreflexão da experiência do pesquisador, quanto dos sentidos e interesses dos membros da cooperativa acerca do objeto de estudo, promovendo um trabalho de diálogo na construção da pesquisa (SCHMIDT, 2007). Posteriormente, foi feita análise qualitativa dos dados coletados.

Apesar da proposta da pesquisa ser participante, e não propriamente de uma pesquisa-ação, diversas considerações de Michel Thiollent (1986) são relevantes à metodologia utilizada. Em termos de seu escopo, uma pesquisa participante como esta tem enfoque empírico e tem sua maior eficácia entre o microssocial e o macrossocial, ou seja, em espaços maiores que o individual e de pequenos grupos, e menores que o de uma sociedade. Parte também de uma perspectiva de que o participante comum de pesquisas conhece os problemas e situações nas quais está vivendo, e que poder criar condições para a expressão deste participante pode dar voz a uma rica sabedoria popular, que é espontânea e muito apropriada à situação local. Na outra ponta, o saber do pesquisador é sempre incompleto, na medida em que grandes teorias não podem ser generalizadas a todas as situações desconsiderando a realidade que se encontra. A busca de comunicação e intercompreensão entre os agentes das duas pontas pode fomentar um conhecimento valioso, e é a isso que essa metodologia se presta.

A pesquisa foi estruturada em três fases: 1) Fase exploratória; 2) De coleta de dados a partir de imersão do pesquisador e realização de entrevistas; 3) Análise e interpretação dos dados.

Os preparos iniciais consistem das atividades realizadas antes do início da coleta de dados propriamente dita e são: Revisão e ordenação bibliográfica, preparo dos roteiros de entrevista, estabelecimento de contato com a cooperativa e realização de fase exploratória. A organização de bibliografia relevante foi feita ao longo da pesquisa, e a ênfase inicial foi em incrementar o repertório teórico para o início da fase exploratória e subsequente preparo e realização das entrevistas, além de um estudo amplo das temáticas da pesquisa. Como nos ressalta Bosi (2003), a fase exploratória também tem papel essencial como cuidado ético e metodológico, especialmente quando pensamos no trabalho de pré-entrevista. A autora traz o valor de, antes de se ter o encontro com o depoente, recolher o máximo de informações sobre a pauta em questão para elaborar as questões que serão feitas na entrevista. A realização de encontros prévios à entrevista com o depoente também é algo considerado como essencial, sendo esse um primeiro contato com a linguagem usual do depoente, e abrindo caminhos para temas promissores para o trabalho de entrevista. Considera-se que com essa perspectiva há um nítido cuidado com o tempo e o contato com o depoente, e Bosi enfatiza que a conversa deve ser feita de modo desarmado e com interesse genuíno, ou se pode correr o risco de se elaborar uma entrevista que mais se assemelha a uma mais-valia do tempo do outro.

Nessa linha, é importante um cuidado com os momentos anteriores à realização das entrevistas. Assim sendo, busquei no início da pesquisa me aproximar da Terra e Liberdade e seus membros de maneira que não fosse apressada — com conversas por mensagens, visitas à cooperativa para participar do trabalho de montagem e logística, e conversas informais ao longo de alguns meses antes de escrever um roteiro de entrevista e começar a realizar as entrevistas. Esse processo inicial diz respeito à fase exploratória, cujo primeiro momento é o do estabelecimento de contato e parceria com a cooperativa, com o cuidado para que seus membros vejam sentido e potência na proposta de pesquisa, mesmo que ela não tenha sido tecida a partir de uma demanda do espaço. Seguindo isso, a ênfase está em buscar uma compreensão inicial do contexto histórico, político e socioeconômico da cooperativa, seguido da realização de visitas iniciais a ela, para que o pesquisador conheça concretamente o espaço e as dinâmicas do local. Esse momento serve para estabelecer os primeiros contatos e diálogos com os trabalhadores do local. Esse esforço de contato e conhecimento concreto permite uma maior aproximação das reais condições cotidianas do trabalho e das dinâmicas da e na cooperativa

(COUTINHO, M.; BERNARDO, M. & SATO, L. 2017). O contato estabelecido com a cooperativa permitiu que minha forma de inserção na cooperativa se aproximasse da de um “Observador-como-Participante” (MINAYO, 2014), permitindo que fosse possível que eu não apenas acompanhasse o andamento do trabalho, mas também que conseguisse realizar, junto dos membros da cooperativa, parte do trabalho, da maneira como é habitualmente realizado. Essa forma de inserção permite um acesso privilegiado ao espaço de trabalho, suas dinâmicas e a um conhecimento até corporal de como o trabalho é realizado.

Compartilho das considerações teóricas de que a pesquisa participante leva o pesquisador a estar em contato pessoal com aquilo que se propõe a estudar e, assim, permite um entendimento vivo e implicado do fenômeno, favorecendo troca e compreensão mútuas, em que os depoentes e agentes do local também são autores e pesquisadores, e o pesquisador pode se tornar também agente lá, e que com cuidadoso trabalho de se ver diferenças e similaridades entre a visão do pesquisador e dos agentes do local, e posterior análise teórica, se pode chegar a ricos frutos (GONÇALVES FILHO, 2003).

A escolha de uma metodologia de pesquisa participante é relevante considerando os objetivos da pesquisa, dada a importância de acompanhar a vivência no cotidiano para compreender a realidade dos cooperados que lá estão inseridos. Em relação à compreensão do lúdico e do humor isso contém peculiaridades — devido às suas naturezas espontâneas, orgânicas e contextuais, há particular valor em se poder viver e presenciar esses fenômenos ocorrendo, o que, caso contrário, poderia impedir acesso a material valioso. A partir das explorações iniciais e minha participação no campo, elaborei a escrita de diários de campo, que consiste em uma técnica de registro em que se faz, por meio da escrita, descrições sobre o local, pessoas, atividades e ações observadas, junto de um trabalho reflexivo com o ponto de vista, ideias, sentimentos e preocupações do pesquisador (FRIZZO, 2010), e é uma ferramenta importante de captação e compreensão de informação.

Houve continuidade das idas à cooperativa ao longo de 2022, passando da fase exploratória para a de coleta de dados. Após os primeiros meses, o contato e a confiança entre pesquisador e participantes era suficiente para considerar que estava estabelecida a imersão do pesquisador no contexto de trabalho.

Essa etapa foi seguida pela realização de entrevistas temáticas semidirecionadas com membros da cooperativa. Seguindo as considerações de Gonçalves Filho (2003), julga-se importante que essa etapa seja realizada após a fase exploratória, de modo que as observações,

conversas e contato nessa fase anterior sirvam de base para as entrevistas, e por isso o roteiro de entrevista foi elaborado logo em seguida à fase exploratória. Foram levadas em conta as recomendações de Ecléa Bosi acerca dos procedimentos para as entrevistas, de modo a respeitar o trabalho de memória que o entrevistado faz. Assim sendo, não apressar o tempo do entrevistado em responder é respeitar a relação que estabelece com aquilo que rememora, permitindo que possa entrar em contato com as relações simbólicas que tem com o tempo vivo da memória. A amostragem das entrevistas feitas foi pensada a partir de uma escolha intencional de participantes, buscando valorizar a qualidade das respostas, a partir de pessoas que poderiam trazer informações ricas frente ao objeto de estudo (THIOLLENT, 1986).

De acordo com as reflexões colocadas por Paulo Netto (2011), é importante que os procedimentos metodológicos sejam guiados pela estrutura e dinâmica reais do próprio objeto de pesquisa em seu contexto, e não o inverso. Há uma evolução e mutação naturais ao processo de uma pesquisa que se atenta e escuta o campo, e não busca o subjugar a um método estático. O correr da pesquisa mostrou que a metodologia aqui descrita foi majoritariamente suficiente para dar conta de seu objeto, com detalhes e cronogramas sendo atualizados ao longo dela para considerar a realidade do campo.

A análise e interpretação de dados foi feita também de maneira qualitativa, de acordo com a metodologia utilizada em vários estudos de referência a partir da Psicologia Social crítica de enfoque fenomenológico. Tendo também inspiração do materialismo histórico-dialético, na análise foram considerados dois níveis de interpretações dos dados. O primeiro consiste das determinações fundamentais, que implicam aspectos de conjuntura socioeconômica, história e política do qual o grupo faz parte, que serão levantadas na fase exploratória do projeto. O segundo nível envolve a ordenação, classificação e análise dos dados propriamente ditos a partir dos procedimentos de abstração com base na fundamentação teórica da pesquisa. A metodologia de interpretação de sentidos proposta por Romeu Gomes (2016) foi adotada para o trato e interpretação do material coletado ao longo da pesquisa. Esse procedimento de análise consiste em três etapas. A primeira, da leitura compreensiva do material selecionado, busca por um lado tecer uma visão do conjunto, e de outro, em apreender as particularidades do material, a partir da exploração, leitura e categorização do material coletado ao longo da pesquisa. A segunda, de exploração do material, envolve a identificação e problematização de ideias explícitas e implícitas no texto, a busca de sentidos mais amplos socioculturais atribuídos às ideias e o diálogo em ter as ideias problematizadas, informações provenientes de outros estudos acerca do assunto e o referencial teórico do estudo. A terceira etapa é a da elaboração de síntese

interpretativa; se na anterior se trabalhou uma decomposição, nessa o esforço é de (re)construção de uma síntese, a partir da articulação entre os objetivos do estudo, a base teórica adotada e os dados empíricos.

1.4. Resumos dos capítulos

Para além deste capítulo 1, de apresentação e introdução mais ampla, em que é exposta a motivação para a pesquisa, os objetivos e bases metodológicas, a dissertação foi estruturada da seguinte maneira:

O capítulo 2 da pesquisa, intitulado “Economia solidária, cultura solidária”, traça um percurso teórico de base da pesquisa, com a apresentação de muitos dos conceitos centrais do trabalho. Aborda e explica brevemente a economia solidária e a cultura solidária em suas especificidades e seu entrelace, e elabora sobre diversos aspectos do viver cultural sociocultural no capitalismo, como o lugar do ócio e do trabalho. Apresenta também a relevância do humor e do lúdico para a vida humana, e tece pontes entre esses diferentes fenômenos para pensarmos a emergência de outro viver cultural.

O capítulo 3, intitulado “A solidariedade no chão de trabalho”, trata da Terra e Liberdade, e da parte empírica da pesquisa. Começo esse capítulo com uma apresentação do contexto da cooperativa, de sua conjuntura socioeconômica, histórica e política, e descrição de suas atividades de maneira densa, buscando compreender as determinações materiais ao redor do empreendimento e de suas atividades. Aqui, são expostos os dados da fase exploratória e da imersão no contexto de trabalho, com informações concretas coletadas, e impressões e relatos a partir do vivido em campo.

O capítulo 4, chamado “Entrevistas com os cooperados”, traz os dados coletados a partir das entrevistas realizadas com membros da Terra e Liberdade. As entrevistas apresentadas estão organizadas tematicamente, contendo informações recortadas e revisadas para preservar o sigilo dos participantes, manter o sentido da totalidade das entrevistas com cada um e para apresentar de modo mais claro os temas mais relevantes que surgiram das conversas.

O capítulo 5, intitulado “A dimensão político-econômica da cultura solidária” discute, a partir dos dados coletados, como a construção de uma cultura solidária exige implicações no âmbito político, e que sua emergência no contexto da economia solidária envolve a consideração de numerosos aspectos econômicos.

O capítulo 6, “O humor e o lúdico como fenômenos da cultura solidária”, explora e analisa a presença desses dois fenômenos em um contexto de cultura solidária, pensando a importância de ambos para a vida humana, e das potencialidades e especificidades que ganham ao se manifestarem em um contexto como o da cooperativa.

O capítulo 7, chamado “Implicações sobre a saúde do trabalhador — Potências na forma, desafios em execução”, tateia elementos relevantes acerca da relação da saúde do trabalhador com a cultura solidária. Como essa temática perpassa grande parte da dissertação, esse capítulo aborda aspectos poucos trabalhados em outros capítulos e serve a resumir os mais recorrentes.

O capítulo 8, das “Considerações finais”, amarra a dissertação como um todo ao ser o momento da escrita de uma síntese dela, expondo os pontos mais importantes da pesquisa realizada, e trazendo ponderações decorrentes de seu término.

2. Economia solidária, cultura solidária

2.1. A proposta da economia solidária

Um dos maiores expoentes da economia solidária no Brasil é Paul Singer, economista, professor e escritor brasileiro nascido na Áustria, e autor cuja obra embasa parte considerável desse trabalho. Singer (2003) reconhece a economia solidária como uma “criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo” e identifica as origens da economia solidária como se dando no início da Revolução Industrial, numa confluência de iniciativas que se dão em oposição ao modo de produção capitalista industrial em ascensão (SINGER, 2002). Essas iniciativas tiveram fases e grande diversidade. Se inicialmente em grande medida eram reativas, com esforços como o de destruição de máquinas e luta por manter privilégios feudais de guildas de trabalho, com o passar das décadas uma efervescência de propostas começam a surgir. Em um contexto da escrita dos socialistas utópicos como Saint-Simon e Fourier, o trabalho de industrialistas progressistas como Robert Owen, e crescente organização de trabalhadores como classe proletária, ganha força, junto do sindicalismo, a proposta do cooperativismo.

O trabalho de Owen é notável não só pelos seus esforços e luta particular, mas pelo seu imbricamento no movimento cooperativo e sindical britânico mais amplo. O início do capitalismo industrial, no final do século XVIII e início do XIX, foi marcado por brutais condições de trabalho que geraram empobrecimento em massa e a criação do chamado proletariado urbano. Owen, proprietário de um grande complexo têxtil nesse contexto, buscou instituir em suas fábricas outro ritmo de trabalho, com horas de trabalho menos intensas, cuidado com a saúde e educação de trabalhadores e suas crianças. Longe de ser uma iniciativa isolada, Owen estava inserido em uma confluência de movimentos sindicais e cooperativos na Grã-Bretanha, que passaram a se articular e buscaram trazer à vigência um projeto econômico distinto e oposto ao capitalismo. Sofrendo ataques e pressões diversas, especialmente das elites, a proposta cooperativa acabou por ser suprimida e marginalizada, enquanto o modo de produção capitalista predatório se tornou hegemônico.

Uma das primeiras e mais influentes iniciativas cooperativas foi a da Sociedade de Pioneiros Equitativos de Rochdale, importante cooperativa autogestionária fundada em 1844. Seus princípios serviram de base para os sete princípios do cooperativismo contemporâneo, como proposto pela International Cooperative Alliance (ICA), movimento internacional de cooperativas, que traz em sua revisão de 1995

(<https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>) como sendo: 1. Livre acesso e adesão voluntária; 2. Controle, organização e gestão democráticos; 3. Participação econômica dos associados; 4. Autonomia e independência; 5. Educação, capacitação e informação; 6. Cooperação entre cooperativas; 7. Compromisso com a comunidade. Esses princípios servem como base e não se aplicam à totalidade das cooperativas, mas apontam para um compromisso democrático, autogestionário e comunitário. Mesmo que na concretude isso se dê de modo diverso, esses princípios em grande medida serviram de inspiração ao que viria ser chamado de economia solidária, do qual o cooperativismo faz parte importante.

Como nos trazem Cris Andrada e Egeu Esteves (2017), a economia solidária brasileira efetivamente surge nos anos de 1980, momento de profunda crise econômica e social. Em um momento marcado por enorme desemprego, agravado pela globalização neoliberal, o Brasil e outros países viram palco para uma reinvenção de relações autogeridas, coletivas e democráticas de trabalho, de início majoritariamente como reação ao desemprego. Seria uma reinvenção já que, como trazem os autores, embora existam conexões com as iniciativas da época de Owen, as experiências contemporâneas trazem um foco especial à igualdade e participação democrática nos processos de gestão e organização do trabalho. A economia solidária só existe porque existe o capitalismo, na medida em que as contradições desse modo de produção dominante abrem margem para organizações econômicas cuja lógica é a oposta à do capitalismo. Suas origens e bases práticas são anticapitalistas, e a economia solidária se consolida como um movimento de resistência, criado nas fendas do sistema capitalista por trabalhadores por ele excluídos, prejudicados, e que de modo geral tecem uma superação do capitalismo a partir de uma proposta diferente. Os autores retomam a Carta de Princípios da economia solidária, aprovada na III Plenária Nacional da Economia Solidária pela Carta de Princípios, que em seu trecho sobre os princípios gerais diz:

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência: 1. A valorização social do trabalho humano, 2. A satisfação plena das necessidades e todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, 3. O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, 4. A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e 5. Os valores da cooperação e da solidariedade. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2005).

A diversidade da economia solidária também se mostra em um verdadeiro universo de empreendimentos que fazem parte desse movimento. Cooperativas dos mais diversos tipos, associações, bancos comunitários, fundos solidários e rotativos de crédito, clubes de troca, lojas de comércio justo e solidário, coletivos culturais, empresas recuperadas de autogestão, dentre muitas outras possibilidades, são apenas alguns dos tipos de empreendimentos (que também

podem ser informais ou formais) dentro do guarda-chuva da economia solidária. Dentre os diversos empreendimentos que existem, essa dissertação foca no âmbito do cooperativismo, que compreende parte importante dos empreendimentos de economia solidária.

Dentro dos empreendimentos cooperativos também há grande diversidade de experiências. Os tipos de cooperativas são muitos — de produção, consumo, bancos de crédito etc. Podem ser rurais, urbanas ou mistas, e os tamanhos e composições igualmente variados. Singer reconhece isso, apontando para três “tamanhos” principais de empreendimentos solidários — grandes cooperativas de produção com capital e tecnologia abundante, competitivas nacional ou internacionalmente; cooperativas com capital e tecnologia modestos, normalmente herdeiras de outras empresas (como fábricas recuperadas); e uma diversidade de pequenas cooperativas formadas por trabalhadores para buscarem se fortalecer, como cooperativas de trabalho, que fornecem serviços baseados na força de trabalho (como limpeza, manutenção e outros). Dentro dos exemplos da concepção de Singer, a economia solidária incluiria uma diversidade de comunidades cooperativas que existem ao redor do globo, como os tradicionais *kibutzim* em Israel, que funcionam como cooperativas integrais de produção e consumo, ou os assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e similares movimentos de base rural na América Latina (SINGER, 1998). Dentro dos empreendimentos que se denominam cooperativas, também temos o que autores como Fábio de Oliveira (2014) e várias figuras do cooperativismo chamam de “falsas cooperativas”, “coopergatos”, “cooperfraudes” e uma série de outros nomes criativos que tratam de empreendimentos que por vezes são legalmente cooperativas, mas que agem de forma contrária aos princípios de um cooperativismo genuíno, que se propõe autogestionário, democrático e solidário. A existência dessas falsas cooperativas, que no Brasil são muitas, tendo seus expoentes em grande medida ligados a enormes cooperativas agrícolas de produção de larga escala e cooperativas de trabalho que fornecem mão de obra sem direitos trabalhistas, complica a compreensão do campo e exige um cuidado com generalizações acerca do cooperativismo.

Essa distinção é relevante para justificar a necessária especificidade ao se descrever uma cooperativa concreta, já que apenas dizer que um empreendimento é uma cooperativa não delimita muito. Com essas contextualizações, aquilo que nos interessa aqui é pensar a potência do que podemos chamar de cooperativa genuína — uma cooperativa que de fato se alinha com os princípios da economia solidária, tanto em texto quanto na realidade concreta.

Para além da potência econômica, que é fator de grande importância, nos é relevante explorar o potencial de mudança sociocultural que isso pode fomentar e a mudança que pode gerar para o trabalhador como sujeito de sua história e como ser em coletividade. Quando Singer (2003) coloca que a economia solidária é continuamente construída pela luta dos trabalhadores, é porque existe uma perspectiva de que esse pode ser um caminho rumo ao socialismo a partir da atuação concreta popular, de baixo para cima, e não de cima para baixo. Para o autor, a vivência da autogestão é fundamental nesse percurso, na medida em que aqueles que trabalham nesse contexto quebram com a alienação do trabalho e passam a se apropriar de sua obra, estabelecendo então uma relação diferente consigo mesmo e o trabalho — uma relação mais subjetiva e politicamente implicada, construída a partir do cotidiano. O processo de assumir para si o poder de participar das decisões, estar informado do que acontece, das opções que existem, e poder agir sobre isso, é uma quebra significativa com o trabalho heterogestionário e restaura uma dimensão humana ao trabalho alienado. Na medida em que é possível estabelecer uma dinâmica de trabalho diferente, pautada em solidariedade e autogestão, em vez de competição e expropriação, outras potências vão surgindo. A possibilidade do ambiente de trabalho se atrelar à comunidade e ser ponto de enraizamento, fomentando permanências e construção de sentido, é algo que não pode ser subestimado. A possibilidade de uma atividade em que o trabalho pode ser adaptado à pessoa, em vez da pessoa adequada e submetida à dinâmica de trabalho, também aparece como fator de bem-estar em muitos relatos. A participação política dentro do empreendimento, do poder ter voz e a colocar aos companheiros, serve também como fator de autoestima e do entendimento crescente como sujeito, e não como objeto, como frequentemente é a dinâmica dentro do capital (ANDRADA, C. F. & ESTEVES, E. G., 2017).

Para aprofundarmos a discussão sobre a potencialidade de mudança sociocultural da economia solidária, a partir da vivência em um ambiente de autogestão e democracia, nos debruçaremos em autores que tratam do viver em sociedade e em cultura dentro do campo da economia solidária, tomando como base um conceito tecido por Paulo de Salles Oliveira — o de cultura solidária.

2.2. Economia solidária, cultura solidária

Em um dos trechos iniciais de seu livro-coletânea, “O lúdico na cultura solidária”, Paulo de Salles Oliveira (2001) nos traz um parágrafo que muito bem descreve o entrelace entre a proposta da economia solidária com a da cultura solidária:

Estima-se aqui que esta manifestação da economia [solidária] se realiza a partir de interações sociais solidárias. Mais ainda: que os sujeitos sociais protagonistas, geralmente vinculados às classes populares, ao tornarem real um projeto antinômico à sociedade capitalista, alojado no interior desta mesma sociedade, constituem simultaneamente tanto uma economia quanto uma cultura em bases solidárias. Parece provável que este movimento se realize numa outra dinâmica, que não reitera a dicotomia entre atividades lúdicas e atividades economicamente produtivas e, assim, redefine, amplia e atribui àquelas um significado especial e inédito (OLIVEIRA, 2001, p. 11).

Vemos que a linha que tece a economia e cultura solidárias é justamente a dinâmica de base feita a partir das interações sociais solidárias, que é fundamentada na cooperação. Uma cultura solidária emerge na medida em que as interações sociais se fundam numa base comum e igualitária, em que as pessoas que nela vivem constroem de forma coletiva práticas, costumes, crenças e autorregulações comuns, em vez de viverem em uma dinâmica em que tudo isso seja imposto de maneira vertical e de cima para baixo. Uma rede solidária se estabelece, na qual todos podem crescer juntos e em apoio mútuo. Esse modo de viver não nega a individualidade, mas a individualidade que se vive é uma em que a liberdade de ação de cada um não pode ser irrestrita para não ferir a do próximo. A afirmação individual é um direito, mas não deve ser feita à custa da servidão, nem do abafamento ou exclusão do outro.

A construção dessa outra solidariedade é feita por um processo de luta, que envolve esforço, tempo e persistência. Tecer um modo de ser cooperativo, que se oponha à competição que permeia a vida sob o capitalismo não é simples, mas pode fomentar uma forma de estar em comunidade em que a mútua dependência entre os próximos pode se tornar ponto de orgulho e felicidade, bem como um meio de aceitar uma vivência coletivista e comunitária. Diferente do que uma visão hegemônica capitalista poderia sugerir, o exercício da mútua dependência não precisa ser incongruente com a autossuficiência. Como Oliveira (2006) nos traz, a partir de Sennett, “... A pessoa autossuficiente saudável é capaz de depender de outras quando a situação exige saber em quem confiar”. Os ricos relatos de Simone Weil (1996) acerca das greves operárias francesas na década de 1930 nos mostram de modo muito vivo a grandeza afetiva que é possível quando passa a existir uma outra sociabilidade, em que os operários quebram com a alienação e voltam a vivenciar gestos solidários no cotidiano. Abra-se espaço para o respiro, para a felicidade — para a vida. É uma experiência que mostra com muita eloquência que formas de produção combinadas a formas alternativas de interação social eram não só possíveis, mas desejáveis.

Não pretendo aqui negar a importância do fator produtivo e econômico do trabalho. O pretendido é afirmar que um regime de trabalho deve convir não só à produção, mas também

às necessidades humanas daqueles que nela vivem e produzem. Daí a importância de se pensar os caminhos solidários possíveis para a cultura, junto da economia.

Acredito, como Oliveira, que as reflexões de Alfredo Bosi (1987), grande estudioso do tema da cultura e de suas várias facetas, podem ser de grande valor para pensarmos como a cultura se dá no mundo contemporâneo. E não só como ela se dá, mas também como ela pode ser diferente, e como podemos pensar outras possibilidades e viradas no modo de viver cultural.

Não é difícil de se ver que, arraigada no *ethos* capitalista, a cultura com muita frequência é vista como uma propriedade. A cultura não é construída e vivida coletivamente, mas sim vivida a partir de uma relação de troca de mercadorias. É algo que uma pessoa tem, ou não. Ela é vivida como um bem de consumo, um bem de circulação. Algo a se obter, de ser proprietário de. A cultura, em sua forma mais ampla, é tida tipicamente como uma soma de objetos culturais. Ela se insere em uma lógica de acúmulo, de consumo, de voracidade e de ostentação. Quanto mais cultura se consome, quanto mais cultura se possui, mais culta é a pessoa em questão. Ter cultura é ter acesso a livros, quadros, estátuas, música e tantos outros objetos. E quanto mais, sem dúvida alguma, melhor. É nítido que há uma forma de ser profundamente classista e excludente nesse modo de viver cultural, já que, se poder ter cultura é acumular e consumir objetos culturais e intelectuais, são aqueles com mais recursos que acabam por se constituir não só como elite econômica, mas também cultural.

Alfredo Bosi nos coloca em termos bastante diretos: é uma cultura reificada. Uma cultura em que a relação com os objetos culturais é feita a partir de uma relação com um *outro*, um objeto vivido como um fetiche, como algo que não entendemos, que presenciamos de modo distante e a ser reverenciado. Inseridos no mundo contemporâneo capitalista, vivemos em uma lógica de sociedade em que a maioria das pessoas não participam da construção dos objetos de cultura e tecnologia que possuem e consomem. Olhamos, usamos, compramos e vendemos, mas raramente criamos ou sequer entendemos seus mecanismos internos — e isso é profundamente alienante. Ou, como o autor coloca:

Porque os objetos, considerados “em si”, os quadros, os livros, as estátuas, ocupam um determinado lugar no espaço, eles são sempre o outro. Por mais que eu contemple este quadro, na medida em que eu o considere como um fato, como um objeto fora de mim e fora do meu convívio, eu olharei para ele um pouco como um crente olha para o fetiche. É a ideia do fetichismo. É alguma coisa que eu não entendo, não vou entender nunca, e aliás é até muito bom que eu não entenda, porque isso dá ao objeto um mistério, um fascínio, uma magia, que se distancia de mim e faz com que eu o reverencie, como alguma coisa que eu não vá nunca alcançar (BOSI, 1987, p. 36).

Este texto do autor vale ser lido na íntegra, mas gostaria de trazer brevemente a reflexão inicial que dispara o texto. Bosi nos conta como em sua juventude conseguiu uma bolsa para estudar Estética na Faculdade de Letras de Florença, e com isso fora morar na cidade italiana. Estudante universitário, pesquisava temas de cultura altamente específicos e vivia com o dinheiro apertado. Pelas condições de moradia da velha habitação em que estava, de início tinha que se banhar em um espaço de banhos públicos a 12 quarteirões de casa. Brasileiro e acostumado a tomar banhos frequentes, ficou incomodado e resolveu instalar um chuveiro elétrico em seu apartamento, mas a proprietária do lugar, receosa de inundações, exigiu que Bosi montasse um complexo e tosco sistema para evitar vazamentos. Dentre os combinados, ficou previsto que nosso autor teria que arranjar uma enorme bacia de plástico para evitar o vazamento da água do banho.

Dito e feito, o jovem Bosi foi a uma loja de artigos domésticos e adquiriu a maior tina de plástico que conseguiu. Voltando para a casa a pé, e carregando o enorme embrulho com o bacião, o mostrou para a dona do prédio assim que chegou em casa. Com estranhamento e incômodo, ela pergunta se ele havia carregado a bacia da loja até lá, ao que o autor responde que sim. Aí chegamos à frase que dispara muito das reflexões do texto. A dona olha para Bosi, com uma mistura de espanto e desdém, e diz: “O senhor tem cultura, mas é muito democrático”.

O autor nos diz do estranhamento que sentiu ouvindo isso, e confesso que também o senti ao ler o texto. Ora, como assim? Cultura e democracia não seriam complementares?

Como busquei pontuar alguns parágrafos acima, e como Bosi traz longamente, em uma dinâmica mercadológica, não. Há uma perspectiva de cultura aí. De uma “alta” cultura, dessa cultura de acúmulo e de posse e de uma certa expectativa de como deve ser portar uma pessoa culta. Claro que a história é uma anedota, mas parece muito representativa. Há uma simbologia classista e elitista de cultura que vemos nela, e que vemos com muita facilidade no nosso cotidiano. Carregar bacião de plástico na rua não é coisa de gente culta. Por contraste, seria coisa de gente inculta, de quem não tem acesso a essa cultura de acúmulo.

Nessa lógica, ter cultura é antitético a ser democrático.

Aqui podemos retornar à importância de pensarmos uma outra forma de viver cultural. Para termos um viver cultural que é democrático (e solidário), precisamos fazer importantes deslocamentos na forma de ver a cultura. Enquanto ela for vista como uma soma de objetos, como aquisição, de modo reificado e alienante, se torna tarefa muito árdua, e talvez

impossível, de pensar como isso pode ser democrático. As reflexões que Bosi nos traz sobre o tema têm uma virada central — em vez de tratar a cultura como essa soma de coisas de consumo, é possível pensar nela como fruto de um trabalho a ser empreendido, de um processo a ser realizado. Com isso, passa a ser o processo de produção, a relação com aquilo que está sendo feito e vivido, que mais importa, e não o consumo de um objeto. Essa virada permite que, em vez de pensarmos em vender mercadorias culturais, possamos pensar em estudar e realizar obras. Aqui temos uma forma de pensar a cultura como ação e trabalho. E ação e trabalho é algo que está ao alcance de todos, e não apenas a uma pequena elite cultural. É uma proposta de virada que quebra com uma concepção estática e burguesa de cultura.

Pensar a cultura como processo e como trabalho quebra com a noção fetichista e mercadológica de cultura que tão frequentemente marca a sociedade em que vivemos. Pensar uma forma de viver cultural que seja democrática e solidária envolve pensar que isso possa ser feito de modo ativo e implicado por cada pessoa que nela está, de maneira orgânica e com vitalidade. E, de fato, a cultura popular, na medida em que é expressão de comunidade, grupos e indivíduos-em-grupo, se mantém viva e ativa por aqueles que a vivem, conquanto tenham condições para viver e manter suas tradições. Aqui, também ressaltamos a importância da tradição para a manutenção da cultura, na medida em que traz o trabalho produzido, acumulado e refeito através da História. E, claro, temos a memória como centro vivo da tradição, algo que retornaremos ao longo deste trabalho.

Olhando a cultura por este ângulo, podemos ver que, em vez de algo a ser acumulado como mercadoria, a cultura é sempre produto de uma conquista que se realiza na ação e no trabalho, feitos por sujeitos sociais concretos. Além de quebrar com uma vivência classista, pensar a cultura deste modo restitui a todos o potencial de produzir, e não apenas consumir, cultura. Seguindo esta linha de raciocínio, vemos como isso vai se aproxima da proposta da economia solidária — se ela nasce da negação do egocentrismo e do primado da competição capitalista para propor uma compreensão mais alargada, democrática e generosa das interações sociais, também o faz para o modo de viver cultural. Nesse sentido, podemos pensar que as pessoas que estão envolvidas na construção e vivência de cooperativas estão, indistintamente, construindo também cultura. Além de ser um projeto econômico, é uma proposta de construção coletiva de um projeto compartilhado que traz mudanças mais profundas, para além do modo de ser produtivo.

A vivência concreta em uma cultura solidária também traz contradições e dificuldades, especialmente quando lembramos que, em uma sociedade pautada no *ethos* capitalista, essa cultura alternativa aparece como insurgente (e decididamente anticapitalista). Interações sociais solidárias também implicam a possibilidade de comportar conflitos, divergências e discordâncias, até porque, afinal, envolvem interações humanas. Mas espera-se que, nesse modo de viver solidário, exista respeito entre as pessoas, e que elas se vejam como iguais em seus direitos. Que saibam ou se proponham a reconhecer e trabalhar as diferenças. E se as diferenças podem gerar conflitos, também é justamente a manifestação dessas diferenças que garante que a individualidade de cada um possa aflorar. Muito mais do que uma suposta fraqueza, aquilo que diferencia as pessoas pode ser, em um contexto de mútuo respeito, uma força para a soma. Se o ser humano, o sujeito isolado, é forçosamente incompleto, temos que o processo de humanização se dá necessariamente na presença dos outros, que, com suas peculiaridades, oferecem testemunho vivo de nosso inacabamento. O viver com o outro, especialmente o diferente, nos traz questionamentos e desafios, nos permite rechaçar certezas e pensar novos horizontes. Se voltarmos ao ponto do viver em uma cultura solidária como um projeto político, temos que a vida a partir de interações sociais solidárias favorece não só a solidariedade, mas também uma vida mais digna e justa — uma vida mais humana. Isso se mostra especialmente importante quando pensamos naqueles que são mais esmagados, reduzidos e coisificados pela hidra capitalista, e que podem encontrar na solidariedade não apenas uma forma de sobreviver, mas também uma forma de verdadeiramente viver.

Como foi trazido anteriormente, Simone Weil pôde presenciar um exemplo do advento dessa outra sociabilidade quando da greve e ocupação da fábrica em que trabalhava em 1936 e nos relata vivamente a diferente disposição dos trabalhadores nesse momento:

Que alegria entrar na fábrica com a autorização sorridente de um operário que vigia a porta. Alegria de encontrar tantos sorrisos, tantas palavras de acolhimento fraterno. Como a gente se sente entre colegas nessas oficinas em que, quando, eu estava lá, cada um se sentia tão só, atrás de suas máquinas! Alegria de ouvir, em vez do barulho impiedoso das máquinas, símbolo tão patente da dura necessidade que nos dobrava, música, cantos e risos. [...] Não temos essa energia ferozmente tensa, essa resolução misturada com angústia que tantas vezes aparece nas greves. Há resolução, é claro, mas sem angústia. *Estamos* felizes. Cantamos não a INTERNACIONAL, não a JOVEM GUARDA; cantam-se canções, simplesmente, e está tudo bem. Alguns fazem brincadeiras, todos riem pelo prazer de rir (WEIL, 1996, p. 127-128).

A partir das palavras de Weil, vemos como poder experimentar o cotidiano de forma solidária revitaliza os operários em greve e presenciamos um exemplo de como há mais espaço para o riso, para o lúdico e para a brincadeira. E, não só o lúdico ganha mais espaço, como de fato parece ser um elemento de grande importância para o próprio estabelecimento de uma

cultura solidária. Se pegarmos os primórdios do cooperativismo contemporâneo, na época de Owen, veremos rapidamente que o projeto cooperativista sempre esteve comprometido não só com a mudança dos modos de produção, mas também em permitir mais vida, comunidade e um melhor viver cultural — e isso implica, em termos mais cotidianos, em poder brincar mais, beber com os amigos e colegas, desfrutar de danças e música, e muito mais. Paulo de Salles Oliveira (2001, p. 20) nos aponta, a partir de Paul Singer, como os clubes de ofício, que se organizavam como sociedades mutualistas e que serviram de base para as cooperativas populares futuras, reuniam-se para discutir pautas de tarefas e reivindicações. E, para além de defender interesses comuns, como criar um endereço em que trabalhadores qualificados pudessem ser encontrados, criar mecanismos de ajuda em casos de enfermidades e enterros, e definir a formação de novos aprendizes, deixavam explícito um dos maiores motivos para se agregarem: “comprar cerveja e ter fins de tarde alegres”. O autor aponta que mesmo Hobsbawm, clássico autor, reconhece a centralidade que os encontros em tavernas passaram a ter para os trabalhadores nessa época, por um estilo comum de pensamento e vida.

Mesmo que por vezes a questão do brincar e da vida cotidiana receba menos atenção do que a proposta econômica do projeto cooperativista, é nítido que a importância do lúdico para a cultura solidária sempre foi central e trazida de modo explícito.

E, de fato, trazer essa ênfase sobre o brincar é mais do que um capricho. Muitas obras clássicas descrevem a importância central do lúdico para a vida humana. Johan Huizinga (2019) escreveu um extenso trabalho histórico e linguístico para pensar o jogar como um fenômeno cultural, considerando o lúdico como uma categoria primária da vida e essencial a ela. Como o autor traz, a importância do brincar para a vida sequer se restringe ao ser humano, sendo observável em muitos animais e tendo uma função essencial a eles. Para Huizinga, o brincar tem mais do que uma função física ou biológica, tendo também uma função significativa de algo que encerra um determinado sentido para além de uma necessidade corporal. Existe algo no brincar que transcende as necessidades imediatas da vida e confere sentido à ação. Se em todos os seres que brincam esse fenômeno tem uma função fundamental, podemos pensar que no ser humano isso se eleva ainda mais. Uma das teses centrais de Huizinga é a de que o brincar não apenas antecede a cultura, mas é também uma pré-condição dela. Isso não significa que tudo que é cultura seja uma brincadeira, apesar de ser uma interpretação possível — mas sim de que nas raízes de todo fenômeno cultural, e dos muitos elementos culturais que marcam a humanidade, há um elemento lúdico que antecede, e perpassa, todos esses elementos e fenômenos.

Se retomarmos a clássica obra de Winnicott (1975), “O Brincar e a Realidade”, vemos com ainda mais clareza que o brincar não é algo meramente divertido e gostoso, mas sim algo essencial para vida humana. Para Winnicott, o brincar é a maneira como o bebê primeiro estabelece uma relação de troca entre si e o outro, sendo a maneira primária pelo qual começa o processo do estabelecimento de um Self. O bebê, inicialmente indiferenciado do mundo, não tem no começo da vida um limite entre o Eu e o Outro, entre o que é bebê e o que é mundo, e o brincar é o fenômeno que permite que ele consiga ter as primeiras experiências de troca efetiva. Se inicialmente isso se dá de forma mais misturada, mais transicional, é a partir do espaço potencial que a brincadeira estabelece que a criança consegue cada vez mais se distinguir do mundo. Ela estabelece um Self, e não só isso, consegue se relacionar com o outro. Para Winnicott, o brincar é essencial para a vida humana porque, para além de benefícios mais óbvios como o bem-estar, saúde e a diversão, também é a maneira como o ser humano consegue se inserir na cultura.

Brincar, então, é estar em cultura; é estar em humanidade. E estar em uma forma de viver que permita e fomente o brincar também o é.

No contexto do trabalho, podemos pensar que a criatividade e o lúdico ganham uma dimensão adulta que pode ser reconhecida como experiências fundamentais do mundo do trabalho. A possibilidade de ser criativo no trabalho, de se reconhecer no que faz, e não estar alienado da concepção do trabalho, pode beneficiar sensivelmente a expressão de subjetividades e promoção de saúde no trabalho, que podem tornar o convívio alegre e gerar orgulho do trabalho realizado. Experiências daqueles que estudaram a economia solidária e trabalharam em cooperativas (ANDRADA, C; ESTEVES, E. & SVARTMAN, B., 2020) nos indicam que esse ambiente democrático, autogestionário e mais solidário parece favorecer interações mais livres e menos instrumentalizadas, promovendo maior integração desse viver lúdico e criativo às experiências de trabalho. Na medida em que a liberdade de fala e ação formam uma base de sustentação da imaginação individual e coletiva, a expressão do lúdico e do criativo passa a ser mais passível de ser vivida como parte das experiências de trabalho e até mesmo sentidos como aspectos fundamentais da realização profissional. Tudo isso parece contribuir para uma maior integração entre a vida “fora” e “dentro” do trabalho, com incentivos à convivência e ao viver comunitário, algo que podemos entender como uma espécie de antialienação.

Assim, podemos ver que o brincar no contexto do trabalho pode não apenas ser atraente, mas também um fator de saúde significativo e até mesmo algo que combate a alienação, caso tenha espaço para se desenvolver em criatividade no trabalho.

Se pensarmos que o lúdico recebe comparativamente pouca atenção, temos que um fenômeno como o humor tende a aparecer ainda menos em cena, apesar de sua grande importância e presença na vida cotidiana. Podemos pensar que em parte, isso se deve à complexidade de seu estudo, e há uma certa forma de olhar para o humor como não sendo um objeto de estudo digno ou “sério” o suficiente. No entanto, o humor é tão multifacetado e curioso quanto é onipresente na vida humana. Como Driessen coloca, traduzido livremente: “...O humor é onipresente e elusivo, sem sentido e ao mesmo tempo sério, amigável e agressivo, universal e específico...” (DRIESSEN, 2015, p. 416). A comicidade, tanto quanto a seriedade, é uma marca de humanidade e aparece com frequência no cotidiano humano justamente por ter uma função importante para a vida humana. Ou melhor, funções — seja para depreciar o outro ou o mundo e buscar uma autovalorização, como um mecanismo de alívio e bem-estar, como forma de rir e lidar com as incongruências e contradições do mundo, ou muitas outras, o humor, o riso e tudo que é derivado disso têm uma presença e importância centrais na vida cotidiana humana (LARKIN-GALIÑANES, 2017).

Pensar com mais profundidade sobre esses fenômenos culturais tão presentes e importantes no cotidiano humano, e como aparecem em um ambiente de trabalho, envolve refletir sobre como um trabalho cooperativo em um contexto solidário, que podemos pensar ser uma forma de estabelecer uma cultura solidária, pode ser uma forma de instituir um trabalho mais humanizador. Se pensarmos em como fenômenos como a alienação do trabalho geram sofrimento, pensar como a quebra com isso pode gerar saúde, bem-estar e maior condição de viver humano, pode ser positivo por si só.

É claro, ressaltar a importância do lúdico e do humor para a vida humana e no âmbito das interações sociais solidárias não implica um desejo de diminuir ou negar a importância do fator econômico e tampouco de supervalorizar o papel das atividades voluntárias, socialmente agradáveis e interessantes para o estabelecimento dessas interações. A proposta aqui é de considerar que, nesse contexto, temos a constituição simultânea de uma economia e de uma cultura solidárias, que não podem ser reduzidas uma à outra, sendo intimamente entrelaçadas.

2.3. O viver cultural no capitalismo e o *ethos* capitalista — do trabalho ao ócio; do ócio à indústria cultural

O subcapítulo anterior e as reflexões de Alfredo Bosi nos mostram muito claramente como o viver cultural é influenciado pela lógica socioeconômica da sociedade. E, como vimos, o *ethos* do capital perpassa a cultura de maneira profunda e insidiosa, moldando-a e fazendo com que ela reflita muito da lógica econômica do sistema. Facilmente a cultura se torna algo a ser possuído e acumulado, centrada na obtenção de chamados objetos culturais, com os quais frequentemente nos relacionamos de modo reificado e distante. Na medida em que a lógica do capital perpassa a relação que estabelecemos com a cultura, também vale pensar como o capitalismo também afeta a própria possibilidade de experienciar seus aspectos. O ócio e o lazer, fundamentais à vida humana, com frequência são tratados como problemas a serem resolvidos, já que se opõem à lógica de produtividade que reina para o capital. Para pensarmos um trabalho mais livre, democrático e integrado à experiência humana e criativa, pode nos ser de grande valor buscar as raízes disso em um processo sócio-histórico e aí retornarmos aos tempos de hoje.

Essa discussão, profundamente atual e relevante para o tema dessa pesquisa, foi em grande medida trazida à tona a partir do clássico de Lafargue, “O direito à preguiça” (2016). Desde sua publicação original, a obra do autor tem tido grande repercussão, sendo republicada e reeditada muitas vezes ao longo das décadas, e é inegável a importância de Lafargue para o surgimento do movimento socialista na França em sua época (CHAUI, 2012). Mesmo que os tempos tenham mudado drasticamente desde o final do século XIX, as reflexões essenciais do autor se mantiveram assustadoramente relevantes.

O cenário que compôs a escrita de Lafargue era o de uma Europa (e França, em particular) passando por um rápido e violento processo de industrialização. O crescimento acelerado das fábricas e do proletariado urbano veio acompanhado de uma intensificação na produção de mercadorias e no empobrecimento generalizado da classe trabalhadora, na mesma medida em que a burguesia em ascensão ficava cada vez mais rica. As horas de trabalho de um operário, mesmo crianças, tendiam a girar em torno de 12 a 14 horas diárias, com salários e condições de vida extremamente precárias.

A opressão sistemática dessa conjuntura não foi constatada pela primeira vez por Lafargue. Como vimos anteriormente, isso foi tratado centralmente por Marx e, mesmo antes dele, por diversos industrialistas como Owen, socialistas utópicos como Saint-Simon e por muitas iniciativas de trabalhadores desde o início da Revolução Industrial. O motivo da obra de

Lafargue ser tão impactante já é indicado em seu chamativo título — por pensar a preguiça (e o ócio, o lazer e tantas outras paixões da vida humana) como um direito humano a ser defendido e buscado como horizonte de futuro. Ao defender a preguiça, Lafargue tece uma ferrenha crítica à lógica burguesa, cristã e moralista que se disseminava em sua época, que preconizava o trabalho e a abstinência como virtudes a serem almeçadas a todo o custo. Virtudes essas que, irônica e cruelmente, eram essencialmente preconizadas à classe trabalhadora, visto que as elites burguesas cada vez mais viviam em ócio, preguiça e opulência, não precisando trabalhar e tendo acesso a todos os produtos e luxos possíveis, enquanto os trabalhadores que efetivamente produziam viviam na miséria e na escassez.

O ponto central da crítica de Lafargue se constrói ao redor da contradição dessa situação e em apontar a hipocrisia do dogma da paixão ao trabalho e da abstinência. Com claro teor panfletário, o autor busca provocar e apontar como a defesa e busca cega pelo trabalho como sendo emancipador é algo que apenas fere a classe trabalhadora, na medida em que perpetua vários mecanismos opressivos do capitalismo — como ao encorajar o desemprego e o exército industrial de reserva, a superprodução descompassada com o ritmo de consumo, as crises periódicas do capital, baixíssimos salários, longas horas e péssima qualidade de trabalho. Essa lógica capitalista, burguesa e cristã institui um *ethos* capitalista que busca reduzir ao mínimo as necessidades dos trabalhadores, suprimindo suas alegrias e paixões, e buscando condená-los ao papel de uma máquina que serve apenas para trabalhar, sem trégua nem piedade. Quando Lafargue tece sua crítica direta a esse *ethos*, busca apontar como há uma forma de pensar que se institui na sociedade como um todo, e penetra e carcome de maneira insidiosa a alma daqueles que nela vivem.

A saída, então, não seria uma luta por mais trabalho ou por impor também aos burgueses ociosos longas horas de trabalho exaustivo; mas sim uma luta pela preguiça, pelo ócio e pelo lazer.

A proposta última de Lafargue seria então uma luta pela redução das horas de trabalho, ao ponto de que o proletariado consiga forjar uma lei de ferro que proíba a qualquer pessoa trabalhar mais de três horas por dia. Todos deveriam trabalhar, sim, mas mais essencial que isso seria que todos deveriam poder aproveitar a vida, ter acesso aos frutos e produtos de seus esforços e dedicar a vida à suas paixões. Para o autor, esse seria realmente o horizonte de luta que permitiria o destino último do proletariado de se emancipar e, assim, emancipar a humanidade como um todo. Ao longo de seu livro, Lafargue busca consistentemente mostrar

os benefícios e frutos que viriam desse esforço para todos, mesmo a burguesia, e traz fortes provocações à classe trabalhadora, como que para dar uma “chacoalhada”, simultaneamente criticando posturas complacentes frente à opressão que vivem, apontando a imensa força que possuem como classe e trazendo um chamado à luta por esses objetivos.

A relevância dessa obra, em sua época e hoje, faz com que ela tenha sido extensamente comentada ao longo dos anos. Valiosa contribuição vem de Marilena Chauí, em seu artigo “Sobre o direito à preguiça” (2012), que expande a discussão aos tempos contemporâneos (e brasileiros).

Uma das primeiras informações que a autora nos traz diz respeito à escolha do título. Ser um livro sobre o direito à preguiça, e não ao ócio, ou ao lazer (como Lafargue cogitou de início), não é à toa. Se o autor se propõe a criticar centralmente em sua obra essa lógica capitalista e cristã, essa “religião do trabalho”, como coloca, nada mais certo do que trazer no próprio título essa inversão. Ao alavancar a preguiça, um dos sete pecados capitais, ao lugar de uma virtude, de uma Deusa, Lafargue vira a paixão ao trabalho de cabeça para baixo. A própria maneira como o argumento é construído é feito de maneira a inverter o dogma que alavanca o trabalho a esse lugar de virtude.

Chauí dispense algum tempo nos mostrando o desenvolvimento histórico das perspectivas sobre o ócio e a preguiça no Ocidente, buscando quebrar com qualquer naturalização de seu lugar atual. Fazendo uma breve viagem à Antiguidade, nos mostra como esses fenômenos eram muito estimados pelos pensadores gregos e romanos, que consideravam o ócio como essencial para uma vida feliz e completa. É muito digno de nota apontar também que, para o cristianismo, o ócio originalmente era uma felicidade primária, a realidade do Paraíso. O trabalho teria sido imposto como uma maldição à humanidade, um castigo divino, e, portanto, era visto como uma atividade degradante e desonrosa, impeditivo de um viver livre e feliz.

Quando que o trabalho foi de algo horrorizado para ser amado?

Para pensar isso, Chauí nos traz o clássico Weber, que apresenta que com o protestantismo, especialmente com o calvinismo, tornou-se regra moral o dito “mãos desocupadas, oficina do diabo”, aforismo em que está sintetizada a metamorfose do trabalho num *ethos*. O trabalho vai de um castigo para uma virtude e chamamento divino. Ser um cristão virtuoso passa a ser seguir um conjunto de normas de conduta nas quais o trabalho surge não apenas como obrigação moral, mas como um poderoso racionalizador da atividade econômica

geradora de lucro. O homem virtuoso passa a ser aquele que faz seu trabalho render dinheiro e, em vez de gastá-lo, investe para poupar, investir e trabalhar mais. O objetivo do trabalho se torna a obtenção de mais e mais dinheiro, combinado com o afastamento de todo gozo espontâneo da vida. Há a perspectiva de se obter algo superior à “felicidade”, algo mais transcendental, a partir da paixão pelo trabalho e da rejeição do ócio e do lazer. Para Weber, essa lógica teria sido um fator decisivo para a construção da racionalidade capitalista ocidental moderna, que passou a dar ao ócio um caráter terrível, a nova atividade a ser horrorizada, com uma inversão do desgosto ao trabalho.

Se as reflexões de Weber são de grande valia, é certo que ele escreve contra uma perspectiva marxista. Seus escritos essencialmente generalizam o capitalismo como um caso particular do fenômeno geral da produção de excedentes e da troca de mercadorias. Não à toa, a maneira como a ética calvinista do trabalho e o modo de produção capitalista são descritos pelo autor aparece como uma relação de coincidência e contemporaneidade. A ética burguesa da qual Weber fala, do homem honesto e virtuoso, que trabalha, poupa e investe, essencialmente diz de uma autoimagem do burguês e nada diz da figura dos que trabalham para que o burguês consiga poupar e investir. Essa suposta racionalidade capitalista ocidental tem a marca da burguesia, e Weber não se indaga se ela seria também racional para a classe trabalhadora, e tampouco como a ética burguesa conseguiu se expandir para se tornar uma ética ao proletariado também.

Como a própria Chauí nos traz, é justamente sobre esse ponto que Lafargue tece suas críticas, buscando entender como foi possível que essa ética burguesa passou a ser também uma ética para o proletariado, sendo que ela serve essencialmente para oprimir. Para entender esse processo, é necessário compreender que a disseminação da paixão pelo trabalho — e de uma religiosidade que o transforma em virtude — se deu por um forte projeto político de apoio a essa lógica, com o trabalho de poetas, intelectuais, religiosos e políticos ligados à burguesia ao longo do tempo. Diferente da maneira como Weber colocaria, a consolidação desse *ethos* não ocorreu por acaso, mas sim por um projeto político explícito e proposital. Tão explícito foi esse projeto, que Lafargue nos traz uma fala do famoso político burguês Thiers, um dos pais da Terceira República Francesa e um dos arquitetos da aniquilação da Comuna de Paris: “Quero tornar a influência do clero todo-poderosa, porque conto com ele para propagar esta boa filosofia que ensina ao homem que ele veio ao mundo para sofrer, e não aquela outra filosofia que, pelo contrário, diz ao homem: “goza”. (LAFARGUE, 2016, p. 32).

Esse *ethos* capitalista, que exalta o trabalho, é tecido de maneira proposital para oprimir a classe trabalhadora, como um de seus grandes propositores nos mostra. A visão de Lafargue de como a preguiça seria condição para o desenvolvimento físico, psíquico e político do proletariado vem disso e de um extenso embasamento na compreensão marxista do trabalho no capitalismo. O mal não estaria no trabalho em si, de modo colocado à priori, mas sim na forma que toma nesse sistema econômico. Se retomarmos Hegel, podemos pensar que o trabalho é uma atividade humana que serve para tornar objetivo, ou concreto, o subjetivo, na medida em que o sujeito se reconhece como produtor de um objeto. Para que o trabalho no capital se torne alienado, ou seja, que oculte algo que é da essência humana no que é produzido, “é preciso que a divisão social do trabalho, imposta historicamente pelo capitalismo, desconsidere as aptidões e capacidades dos indivíduos, suas necessidades fundamentais e suas aspirações criadoras, e os force a trabalhar para outros como se estivessem trabalhando para a sociedade e para si mesmos.” (CHAUI, 2012, p. 92). A partir do funcionamento da divisão social do trabalho e da luta de classes, o trabalhador se vê forçado, para sobreviver, a trabalhar para outra classe social, a burguesia, e aliena para o outro (o burguês) sua força de trabalho, que, ao ser vendida e comprada, torna-se uma mercadoria que produz mercadorias. Reduzido à condição de mercadoria que produz mercadorias, o trabalho não realiza nenhuma capacidade humana do próprio trabalhador, mas cumpre as exigências impostas pelo mercado capitalista. Esse processo impede que o trabalhador individual, e a classe trabalhadora como um todo, possam se reconhecer naquilo que produzem. É perdida a percepção de que está havendo uma objetivação de uma subjetividade humana, e o produto se torna uma coisa “outra” que o produtor, parecendo independe da realização do trabalho para que passe a existir.

O produto do trabalho se distancia do trabalho em si também porque foi produzido por ordens alheias, e não por necessidades e capacidades do próprio trabalhador. Por ser algo que fica existente como coisa em si, não como ação do trabalhador, e distante em acesso em um mercado de consumo inalcançável, gera-se um múltiplo distanciamento que impede que o trabalhador se reconheça como autor do próprio trabalho. Ao passar da condição humana à de uma mercadoria, ao tornar-se coisa que produz coisas e perder sua própria essência de humanidade, o trabalhador se torna “outro” que si mesmo e os produtos do trabalho se tornam coisas “outras” que o próprio trabalhador.

Em um resumo superficial, é isso que constitui a alienação do trabalho, processo este que está intrinsecamente relacionado ao funcionamento do trabalho assalariado no capitalismo. Na medida em que o trabalhador, empobrecido e destituído de outra propriedade para além de

sua força de trabalho, vê-se forçado a se tornar um trabalhador assalariado, temos que ele se insere nessa lógica do trabalho alienante e nos mecanismos de geração de lucro e riqueza aos proprietários como a mais-valia.

É com uma compreensão desses mecanismos que Lafargue tanto insiste que uma defesa do trabalho, e da paixão pelo trabalho, significa uma defesa do próprio sistema econômico que explora, oprime e destrói a classe trabalhadora. A denúncia do trabalho alienado e a crítica do trabalho assalariado são dois pilares da crítica do autor. Por isso sua obra tem uma ênfase tão grande na crítica à superprodução; isto é, dessa produção excessiva de mercadorias que os proletários não têm como consumir por falta de recurso, e os burgueses consomem em excesso, mas ainda assim não conseguem consumir tudo. Para Lafargue, a automatização presente em sua época já seria suficiente para permitir que, se houvesse uso racional das máquinas e socialização da produção e consumo, a jornada de trabalho pudesse ser de apenas três horas diárias, com todas as outras horas sendo dedicadas a atividades prazerosas, de ócio e lazer. Se isso não ocorre, para ele, é porque os proletários se deixaram dominar pela religião do trabalho e pelo dogma de uma burguesia ociosa e consumista que afirma que o trabalho é sacrossanto e fonte de todas as virtudes, quando, na realidade, é a causa de todas as misérias da classe operária, misérias que crescem na proporção direta ao crescimento da riqueza por ela produzida.

Para Chauí, o que seria decisivo do livro de Lafargue viria da inversão dos valores ligados ao trabalho e preguiça. Ao valorizar a preguiça como mãe das virtudes, e o trabalho como um vício diabólico; e ao propor uma redução drástica das horas de trabalho para que os operários possam usufruir das “virtudes da preguiça”, Lafargue em seu texto mina e implode o *ethos* do trabalho. Isso serviria a uma função prática também. O autor reconhece que não é de repente que uma lógica societal muda, e se seria impossível de um só lance quebrar com a paixão pelo trabalho, essa redução na jornada de trabalho permitiria que o proletariado pudesse aproveitar as paixões e preguiça da vida. Ao proporcionar aos operários um tempo em que estão livres do controle do capital, e do poderio da burguesia, a preguiça geraria virtude, isto é, o fortalecimento do corpo e espírito da classe operária, preparando-a para a ação revolucionária e para sua missão de emancipação de sua classe e da humanidade como um todo.

Munidos dessas reflexões, nos cabe agora transportá-las para o nosso século XXI. A conjuntura global é vastamente diferente, e muito aconteceu, mas é nítida a dominância continuada do capitalismo. Agora de uma maneira diferente.

Com séculos de luta, por reformas e revoluções, vitórias e revezes, na média, as condições de trabalho do proletariado submetidos ao capital melhoraram desde o final do século XIX. Conquistas como direitos trabalhistas, expansão de serviços sociais e redução de jornada de trabalho em diversos lugares do mundo tornam o cenário cotidiano dos trabalhadores bastante distinto da época de Lafargue. Os frutos dessa luta talvez sejam mais bem exemplificados dentro da globalização capitalista no modelo da estrutura do Estado do Bem-Estar Social. Em termos amplos, essa estrutura propõe uma manutenção do modelo econômico capitalista, com a presença de um Estado fortalecido que possa agir como regulador econômico e garantidor dos direitos sociais. Os direitos conquistados pelos trabalhadores em países com esse modelo passaram a ser garantidos pela burguesia, já que ela se manteve em pleno controle do aparato do Estado. Esse modelo, e as conquistas resultantes de uma luta pelo trabalho digno (e não pela preguiça, como nos traria Lafargue), levaram a uma melhora na situação dos trabalhadores, mesmo que a estrutura mais ampla e o modelo capitalista tivessem se mantido. Ainda que imperfeitamente, em muitos lugares as condições de trabalho e vida haviam melhorado.

Por um tempo.

Nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 70 e 80 do século XX, temos visto a franca e rápida ascensão da proposta neoliberal ao redor do globo. Essa proposta, intrinsecamente relacionada à forma contemporânea do capitalismo, traz uma mudança importante à questão do trabalho. Diferente do que acontecia na época de Lafargue, em que havia uma pretensão de que o trabalho, por mais brutal que fosse, gerasse riqueza social, o capitalismo em sua forma atual, extremamente automatizado e tecnológico, passa a impor a ideia de que o trabalho não cria riqueza, que o emprego não dá lucro, e que os trabalhadores são descartáveis e indesejados. A afirmação neoliberal de que os “privilégios” e “excessivo poder” dos trabalhadores seriam responsáveis pelas crises econômicas, e que a “crise fiscal do Estado” (impossibilidade dele se manter sem dívida pública), tem levado ao enfraquecimento e desmonte do modelo do Estado do Bem-Estar ao redor do globo, e a uma erosão da percepção do Estado como regulador da economia. Essas afirmações levam a uma ação precisa — ao esforço de diminuir o raio de ação do Estado, por privatização da economia e desregulação do mercado, e supressão dos direitos conquistados pelos trabalhadores, com o dinheiro adquirido sendo revertido para empresas privadas. Com o avanço tecnológico, o capital se vê sem necessidade de uma massa de mão de obra tão grande quanto antigamente, permitindo que essa seja esquecida. Junto disso, com o desmantelamento dos direitos trabalhistas, os trabalhadores

se veem com pouco poder de enfrentar o capital e o desemprego, que se intensificam. Como Chauí nos traz, por meio de Viviane Forrester, o capitalismo hoje atua em alguns aspectos de modo oposto a seu funcionamento até a metade do século XX. Se antes funcionava por inclusão, com um esforço de incluir cada vez mais pessoas e recursos em sua máquina, para que pudessem produzir em exploração, com promessas de poder consumir o que produzem, hoje atua por exclusão. Pela primeira vez, a massa humana não é mais absolutamente necessária materialmente, e menos ainda economicamente, para a cada vez menor e mais rica elite burguesa. Na crueldade vigente desse modelo, cada vez mais os trabalhadores são descartáveis, com os Estados-nação também crescentemente mais subjugados aos interesses de empresas privadas.

Um outro desenvolvimento, talvez mais insidioso, parece ter se estabelecido com o crescente avanço tecnológico — o da sociedade administrada. Trazido por Marcuse, esse modelo de sociedade que estaríamos vivendo no capitalismo contemporâneo é quase oposto ao sonho de Lafargue (e até de Aristóteles) de como a automação poderia levar a uma sociedade da abundância. Em vez disso, a tecnologia avançada das décadas recentes passa a servir de forma a controlar, por meio de uma “organização científica do trabalho”, o corpo e a mente dos trabalhadores em uma pretensão de ser o uso mais racional do tempo. Além disso, e talvez particularmente importante ao retomarmos as discussões sobre a vivência cultural, temos que a sociedade administrada não apenas controla o tempo de trabalho, mas também o chamado “tempo livre”, ou de descanso. A cultura passa a ser um produto, fabricado em massa por diversas indústrias — da moda, do turismo, do esporte, do lazer e de tantas outras que estão estruturadas em conformidade com as exigências do mercado capitalista. Se inicialmente os capitalistas viveram um prejuízo com os direitos trabalhistas, por meio da mercantilização da cultura encontraram um meio de tornar essa perda em um ganho. As virtudes da preguiça, tão exaltadas por Lafargue, não puderam ser devidamente apropriadas pelos trabalhadores, na medida em que seu tempo livre é cooptado por produtos culturais, construídos de forma a suprirem necessidades fictícias de consumo instituídos pela indústria cultural.

Os impactos da indústria cultural e da apropriação do capital sobre o tempo livre são amplos. Como vimos nas reflexões de Alfredo Bosi (1987), o viver cultural que se estabelece com a incorporação da lógica capitalista à cultura é baseado no consumo de produtos culturais em um ritmo voraz. Ter cultura passa a estar relacionado a conseguir acumular cultura, de forma similar com como vemos o acúmulo de dinheiro e propriedade. O acesso à cultura se dá de maneira reificada e alienante. Quando Bosi nos propõe a ideia de pensar uma cultura diferente,

uma cultura condizente com princípios democráticos, e que seja baseada no viver a produção, e não no consumo, temos aí uma tentativa de quebrar com a alienação cultural. A maneira como Bosi constrói o argumento, de pensarmos cultura como ação e trabalho, pode parecer antitética às ideias de Lafargue, mas não creio que sejam. Ao enfatizar a cultura como uma obra humana a ser feita em processo, quebra com a noção de que a cultura se restringe apenas ao objeto final. Essa cultura fruto de obra, de uma relação íntima e implicada com seja lá o que se faz, remete-nos a um viver cultural que não está no ritmo de pistões e engrenagens. É um obrar, um viver processual que não está subordinado à alienação econômica ou cultural, que envolve o trabalho humano em sua mais genuína humanidade. Esse viver cultural vai em direção a um que bebe do ócio e da preguiça, que permite o proveito das paixões humanas.

Poder pensar em outra maneira de viver a cultura, que não seja reificada e alienada, envolve tensionar o próprio *ethos* capitalista. Ele permeia o viver socioeconômico e cultural, mas não é monolítico, com práticas de luta e resistência nascendo e florescendo em solo capitalista. Considerando a proximidade das esferas da economia e da cultura, podemos pensar que um ataque à paixão pelo trabalho, ainda bastante viva, pode ser de grande valia, na medida em que ataca a alma do capital. Os tempos mudaram, mas o argumento central de Lafargue se mantém relevante. O texto de Chauí encerra com uma frase que nos parece resumir bem esse ponto:

Longe, portanto, de ter sido superado pelos acontecimentos, é o direito à preguiça que, numa sociedade que já não precisa da exploração mortal da força de trabalho, pode resgatar a dignidade e o autorrespeito dos trabalhadores quando, em lugar de se sentirem humilhados, ofendidos e culpados pelo desemprego, se erguerem contra os privilégios da apropriação privada da riqueza social e contra a barbárie contemporânea, porque podem conhecê-la por dentro e aboli-la. Lutarão, não mais pelo direito ao trabalho, e sim pela distribuição da riqueza e pelo direito de fruir de todos os seus bens e prazeres (CHAUÍ, 2012, p. 105).

O lutar, não mais por um direito ao trabalho, mas sim por uma outra forma de viver e se relacionar em sociedade, contempla o mesmo horizonte de luta que uma luta pelo direito à preguiça.

Se retomarmos as questões centrais dessa dissertação, podemos especular que a atuação da economia solidária, em sua relação com a cultura solidária, poderia agir em direção a esse mesmo horizonte. Para além dos efeitos mais imediatos nas condições de trabalho, o cooperativismo que parte de princípios solidários sempre trouxe em suas propostas um intuito de gerar mudanças estruturais. Podemos pensar que, ao propor uma quebra com a lógica basal da competição, algo intrinsecamente relacionado ao funcionamento da produção capitalista e, ao buscar instituir uma maneira de trabalhar e viver baseadas em solidariedade e cooperação,

há uma quebra, mesmo que local e incompleta, com a paixão pelo trabalho. É claro, como vimos anteriormente, a atuação cooperativa local não necessariamente se livra das demandas e estruturas do mercado internacional, mas a proposta, feita de maneira genuína, pode nos mostrar uma maneira concreta de trazer outra forma de se relacionar com o trabalho e com a vivência cotidiana nele.

Junto disso, podemos pensar que um espaço de trabalho democrático, que favorece a autogestão, liberdade de fala e ação, e quebra com a alienação do trabalho, também permitiria abrir espaço para um viver cultural mais implicado — com mais margem para o lúdico, o humor e a criatividade no trabalho. Podemos refletir se isso não ajuda a alterar o próprio caráter que o trabalho tem. Isso, junto de uma mescla maior de trabalho e convivência lúdica e solidária, podem ser formas cotidianas e com muito sentido aos trabalhadores de quebrar com o *ethos* do trabalho capitalista e burguês instituído há tanto tempo.

Pensar um viver solidário, ainda mais ao pensarmos um ambiente de trabalho cooperativo, pode envolver também minar o *ethos* desse sistema capitalista, na medida em que fomenta outra forma de se relacionar, trabalhar e viver.

Escrever sobre o viver cultural traz recordações das palavras de Krenak (2020). De como nessa perspectiva ocidental, racionalista e branca, a vida precisa ter uma utilidade. O trabalho vira como que a razão da existência, já que é aquilo que faz uma vida vivida utilitariamente ter sentido. Precisamos estar o tempo todo fazendo algo, produzindo, trabalhando, tornando o tempo em produto e o produto em dinheiro ou estaríamos desperdiçando o tempo, o trabalho e o dinheiro — e a vida. Todo o resto é bônus, é supérfluo.

Mas ora, a vida lá tem utilidade?

Pensar a vida como algo que precisa ser útil, e que nossa existência deve sempre ter utilidade a algo, é uma corrupção do ser pelo capital. É justamente o impacto da paixão pelo trabalho de que tanto Lafargue nos diz. Trabalhar pode ser humanizador, pode ser de grande valia para uma pessoa, mas não deveria ser aquilo que define se uma vida é útil ou bem-realizada. Como vamos ter uma vida com fruição, mais total e genuína, se estivermos aprisionados não apenas pelo capital, mas pelo seu *ethos* que nos atravessa e consome?

São esses questionamentos todos, essas possibilidades, que fazem pensar quais as potências de uma proposta solidária, para além do contexto econômico. Pode ela fomentar uma maior qualidade de vida, de sentido ao trabalho e um melhor viver social e cultural? Pode ela,

ao mexer com o reinar do *ethos* capitalista, ajudar a trazer mudança societal mais ampla? Pode ela auxiliar na emancipação humana, tanto individual quanto coletiva?

Buscaremos enfrentar essas questões a partir de um diálogo entre a pesquisa bibliográfica, o estudo de campo e as entrevistas realizadas com trabalhadores da cooperativa Terra e Liberdade. Nas páginas seguintes, começaremos a apresentar os resultados da pesquisa a partir do trabalho realizado, iniciando com uma contextualização da cooperativa.

3. A solidariedade no chão de trabalho

3.1. A Cooperativa Terra e Liberdade

3.1.1. *Origens e ideais*

Um bom resumo de quem é a Terra e Liberdade vem dela própria, que coloca em seu site que:

Os alimentos que compõem a cesta da Cooperativa Terra e Liberdade são produzidos nos espaços da Reforma Agrária da Regional Grande São Paulo do MST, que vem lutando desde 2000 por acesso à terra, agroecologia, educação, igualdade de gênero e raça, somando-se à luta LGBTQ+, entre outras frentes. Nossa proposta é a vida, a manutenção do cinturão verde para abastecimento agroecológico aumentando a biodiversidade, minimizando impactos ambientais (TERRA E LIBERDADE, 2021).

Figura 1: Logo da Terra e Liberdade



Fonte: Página de Facebook da Terra e Liberdade

A formação da cooperativa foi precedida por outras iniciativas ligadas à participação de seus membros fundadores no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e enraizada em atividades anteriores realizadas junto à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (ITCP-USP). Até 2016, várias iniciativas foram realizadas de forma a auxiliar as atividades dos assentamentos da reforma agrária na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), incentivando o uso de uma via de venda a consumidores diretos, organização

de grupos de consumo, além de realizar formações aos membros dos assentamentos. A atuação junto a cooperativas dos assentamentos da Região era parte fundamental desse trabalho.

A constituição propriamente dita da Terra e Liberdade se deu em 2017. A conjuntura política foi grande impulsionadora da formação da cooperativa, já que o governo Temer foi palco de um maciço corte no financiamento de políticas públicas de fomento à agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esse processo atinge fortemente os assentados da Região, e passa a ser pauta urgente pensar em outras formas de escoar os alimentos produzidos. Junto a um cenário da realização da Feira Nacional da Reforma Agrária, e pouco tempo depois da abertura do Armazém do Campo na cidade de São Paulo, a Terra e Liberdade se constitui junto a ideais e iniciativas mais amplas da reforma agrária, mas também frente a uma demanda concreta dos assentamentos da Região. Inicialmente o projeto da cooperativa surge como algo distinto da estratégia então estabelecida da Regional do MST, com uma proposta quase experimental, vista como interessante, mas não tão viável quanto seguir produzindo com os Programas em mente. Com os cortes e a crescente hostilidade política, a proposta cooperativa passa a ser vista como cada vez mais relevante. Com o crescente sucesso da Terra e Liberdade e de outras cooperativas ligadas ao MST, essa estratégia cooperativa tem ganhado mais espaço e reconhecimento pelo Movimento.

Tendo sua ação intimamente ligada à atuação do MST, a Terra e Liberdade compartilha de seus ideais, tendo a reforma agrária popular, a defesa da agroecologia e agricultura familiar e o acesso à terra em seu horizonte de luta. O cooperativismo e autogestão, em alinhamento com os princípios da Economia Solidária, também compõem o rol de princípios da cooperativa, que age com forte compromisso social e político, buscando igualdade de gênero e raça e somando-se à luta LGBTQ+ e outras frentes. A partir de sua atividade econômica, há uma proposta de conseguir fomentar um autofinanciamento do MST, garantindo maior autonomia e capacidade de atuação ao Movimento.

Para além dos princípios mais amplos, a Terra e Liberdade também tem objetivos concretos definidos — no curto prazo, de criar uma estrutura que permita que os assentados possam sobreviver de sua produção com uma renda digna e, no médio prazo, de viabilizar economicamente a cooperativa e poder direcionar o excedente de produção para as políticas mais amplas do MST, como as diversas doações de alimentos que realizam, por exemplo a campanha Natal Sem Fome, que mobilizou mil toneladas de alimentos doados para famílias em

situação de vulnerabilidade social no final de 2021, em plena pandemia (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2022).

Gostaria de ressaltar que o período que acompanhei a cooperativa foi nos anos de 2022 e 2023. Havendo esse recorte de tempo, é possível que ocorram mudanças na Terra e Liberdade desde a escrita desta dissertação, considerando o caráter dinâmico que ela possui.

3.1.2. Organização do empreendimento e do trabalho

A Terra e Liberdade é uma cooperativa de comercialização, com forte trabalho na ponte campo-cidade, na medida em que atua diretamente com os camponeses dos assentamentos da reforma agrária da Região Metropolitana de São Paulo. Até o momento da escrita dessa dissertação, a Terra e Liberdade não é juridicamente uma cooperativa ou associação, mas se organiza internamente a partir de princípios da economia solidária e da reforma agrária popular. A presente falta de um CNPJ não faz com que a cooperativa deixe de ser um empreendimento econômico solidário, algo que podemos considerar por ser um EES que se encaixa na definição trazida no mapeamento de 2016 feito pelo Ipea, em si pautada no manual do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES (IPEA, 2016) — de ser coletivamente gerido, permanente (prevalecendo a existência real para essa definição ao registro legal) e realizando atividades econômicas, no caso de comercialização e consumo solidário. Os cooperados possuem planos concretos para formalizar a Terra e Liberdade como uma associação, algo que possivelmente será viabilizado nos anos seguintes a essa pesquisa.

Sua atuação principal é de comercializar e distribuir os produtos advindos dos três assentamentos da Região Metropolitana de São Paulo, atuando em um circuito curto de comercialização de venda indireta, fazendo a ponte entre os produtores e consumidores, na medida em que busca os produtos dos assentados, vende-os, monta cestas agroecológicas e transporta aos consumidores. No total, a cooperativa trabalha junto de assentados dos três assentamentos da RMSP — Irmã Alberta, Dom Thomas Balduino e Dom Pedro Casaldáliga, que totalizam em torno de 150 famílias assentadas. A Terra e Liberdade, na metade de 2022, trabalhava com em torno de 55 famílias, com graus variados de relevância na venda total da produção delas.

A maior parte dos produtos vendidos e distribuídos pela cooperativa são feitos in natura, passando por um preparo para serem transportados de forma prática e higiênica, como seria o

caso de um maço de couve-manteiga já amarrado, ou um quilo de mandioca cortado em pedaços e sem as pontas (que poderiam rasgar as sacolas de transporte). Alguns assentados beneficiam seus produtos, que passam por alterações e aprimoramentos para serem vendidos com valor agregado. Dois exemplos seriam potes de carne de jaca, feita com jacas colhidas e preparadas nos assentamentos, e inhoque vegano, o “inhoque do amor”, ambos vendidos já embalados e prontos para consumo.

A forma principal de escoamento dos produtos plantados nos assentamentos é pela venda de cestas de produtos, que têm composições e valores diferentes. Os tipos de cestas são diversas. De 2022 ao fim de 2023, eram seis tipos — as cestas de ervas aromáticas, cestas de folhas, de legumes, de frutas, a mini e a cesta completa. Para exemplo, a cesta completa, que tem a maior variedade de tipos de produtos, além de ser a maior e mais cara, vem com 2 verduras para serem refogadas (refogas), 2 saladas, 2 temperos, 2 frutas e 1 legume; tipos de produtos que representam a maior parte do produzido nos assentamentos. O peso aproximado das cestas também é considerado e descrito no site da Terra e Liberdade. No caso da completa, é de 4kg de produtos. Há uma variação na composição exata das cestas, dependendo essencialmente daquilo que é plantado nos assentamentos e disponível para comercialização. Isso depende de vários fatores — daquilo que os assentados preferem plantar e enviar para venda, do momento do ano, se houve algum evento como chuva que afetou a produção, entre outros. No exemplo dado, a composição poderia ser de abobrinha, pepino, abacate, caqui, limão rosa, escarola ou catalonha, alface, agrião e cebolinha.

Além das cestas e dos produtos diretamente vindos dos assentamentos, a Terra e Liberdade também tem parcerias com outras cooperativas, marcas e espaços do MST e, assim, consegue vender alguns produtos beneficiados que advêm de outros locais que não diretamente dos três assentamentos da RMSP. Alguns exemplos seriam o famoso arroz orgânico da marca Terra Livre (TERRA LIVRE, 2023), os sucos da marca Monte Vêneto (SUCOS MONTE VÊNETO, 2023) e o café da Terra de Sabores (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2019), todos vindos do beneficiamento de produtos da reforma agrária de outros espaços no Brasil. Esses são alguns exemplos, mas outros, como mel, pingas, geleias e uma diversidade de outros, são vendidos conforme houver disponibilidade e demanda de consumidores. A Terra e Liberdade se atenta a mudanças de demanda no momento. Um evento marcante do início de 2023 foi a descoberta e publicização de que diversas vinícolas de grande porte, como a Salton, Aurora e Garibaldi, empregavam trabalho análogo à escravidão, escândalo que reduziu a procura pelos seus produtos e aumentou significativamente a procura

por produtos alternativos. Nesse cenário, a procura por sucos advindos da reforma agrária e do MST, como os Monte Vêneto, cresceram consideravelmente, o que levou a cooperativa Terra e Liberdade a adquirir e vender também um número bem maior que o habitual em meados de fevereiro, março e abril de 2023 (LONGO, I., 2023).

Essas parcerias envolvem uma coordenação e apoio mútuos entre espaços do MST, que acabam por se estabelecer em uma rede informal. As cooperativas mantêm sua autonomia, mas entendem fazer parte de um mesmo projeto político ao estarem dentro da bandeira do Movimento, e há frequentes trocas e apoios entre elas. Por vezes, havendo alguma falta ou excesso na produção agrícola que iria para a distribuição de cestas, a Terra e Liberdade pode adquirir alimentos de cooperativas parceiras para completar as cestas que irá vender e vice-versa. Frequentemente isso é feito com mediação do Armazém do Campo presente na cidade de São Paulo, que concentra e vende diversos produtos do MST em uma dinâmica diferente da cooperativa.

Os produtos da Terra e Liberdade são vendidos a partir de algumas vias distintas. Resumidamente, são: vendas para consumidores pontuais pelo site, vendas em feiras, para grupos de consumo e em pontos de retirada.

Parte significativa dos produtos da Terra e Liberdade são vendidos em um site próprio que traz as informações relevantes sobre a cooperativa. Nele, é possível comprar os produtos vendidos pela cooperativa e ler sobre seus princípios e o funcionamento de seu sistema de entregas. Ao longo de 2022 e 2023, as entregas eram feitas semanalmente, em duas modalidades — porta a porta e em pontos de retirada. As entregas porta a porta são restritas a alguns bairros, majoritariamente na Zona Oeste e Centro da cidade de São Paulo e são entregas em domicílio. A cooperativa também entrega nos pontos de retirada, que são espaços parceiros da Terra e Liberdade e que apoiam a causa da reforma agrária popular. Os produtos comprados nessa modalidade são deixados já separados nesses espaços, e os consumidores podem buscá-los lá, particularmente caso o consumidor não more na área de entrega ou se não puder estar em casa nos horários de entrega.

Parte considerável da produção também é vendida e distribuída aos chamados Grupos de Consumo Responsáveis e Militantes, que são grupos relativamente grandes (10-20 pessoas, por exemplo) que fazem pedidos coletivos, maiores que os individuais, que são entregues em um único endereço e divididos entre os membros do grupo por eles próprios. Esses grupos são

poucos em número, mas abarcam parte importante das compras, devido ao volume vendido em comparação às entregas individuais.

Para se ter um parâmetro do volume movimentado pela Terra e Liberdade, me disponibilizaram um de seus boletins, feito em outubro de 2022. Ao longo do ano de 2022, não incluindo novembro e dezembro, a Terra e Liberdade havia movimentado 7.402 quilos de legumes, 12.505 quilos de frutas, 19.655 pés ou maços de saladas e folhas refogáveis e 7.671 maços de produtos usados como tempero, todos produzidos nos espaços da Regional Grande São Paulo do MST.

Devido à rede da reforma agrária popular e economia solidária em que a Terra e Liberdade está inserida, parte da produção também é destinada a doações, parcerias e feiras. As doações de produtos são bancadas pela própria Terra e Liberdade ou por grupos parceiros (como os grupos de consumo responsável) que arcam com o preço de custo de cestas que são doados a espaços como redes de solidariedade que combatem a insegurança alimentar, ocupações e vários outros. A cooperativa também tem parcerias com outros movimentos sociais, fornecendo alimentos a espaços como as Cozinhas Solidárias do MTST. Por fim, a Terra e Liberdade também atua em feiras, onde vendem os produtos dos assentamentos e produtos beneficiados do MST, de forma similar ao de outras feiras, em vez de realizar venda de cestas. Trabalhos assim também acontecem em eventos ocasionais, como a IV Feira Nacional da Reforma Agrária (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2023), em que a Terra e Liberdade participou.

Com essa diversidade de trabalhos e destinos dos produtos, a tarefa logística e operacional é complexa e precisa ser feita semanalmente, sendo raras as semanas em que isso não acontece (usualmente por algum evento urgente e por vezes em feriados). A organização disso exige reuniões regulares, que tipicamente acontecem toda semana, durando em torno de duas a quatro horas. Essas reuniões servem para planejamento de longo prazo, organização das atividades e discussão de quaisquer questões que a cooperativa possa vir a ter que exija discussão coletiva.

O preço dos produtos vendidos pela Terra e Liberdade é decidido a partir de decisão coletiva, feita pelos cooperados e em forte diálogo com os assentados. A parte financeira da cooperativa usualmente é organizada por alguns dos cooperados, que embasam propostas de precificação a partir de um estudo financeiro próprio. As propostas são levadas ao coletivo que considera esse estudo e decide com base nisso — não necessariamente acatando as sugestões.

As propostas de alteração de preço usualmente surgem frente a uma demanda, por vezes ligada ao aumento de custos. Historicamente, o aumento do valor da gasolina, que encarece a logística, levou à demanda de aumento de preço; na ponta dos assentados, o aumento do custo do adubo levou a similar demanda. O aumento dos preços é algo considerado com cuidado, especialmente já que isso pode reduzir a acessibilidade dos produtos, algo relevante em se tratar de uma proposta de venda de produtos da reforma agrária popular. Sendo assim, por vezes outras soluções são consideradas no lugar, como o aumento da escala de venda. O valor dos produtos por vezes varia também com o espaço em que estão sendo vendidos, considerando custos, escala e o público em questão. Se é em um evento popular, em que o público tem menores condições aquisitivas, os preços podem ser reduzidos para tornar os produtos mais acessíveis.

As diversas atividades da Terra e Liberdade são divulgadas por boca a boca, pelo contato com as várias organizações e movimentos parceiros (ligados ao MST e outras) e nas redes sociais da cooperativa, especialmente Facebook e Instagram. Em junho de 2023, a página de Instagram da cooperativa tinha mais de 12 mil seguidores e em torno de 350 publicações e posta conteúdos diversos e frequentes, fazendo parte importante da estratégia de divulgação. Com o uso do site e das redes sociais, o alcance digital da cooperativa é, portanto, bastante grande, mas existe uma preocupação sobre o quanto isso efetivamente representa um aumento na procura dos produtos da Terra e Liberdade e fortalece a bandeira do MST. Como um dos cooperados coloca:

[a pontualidade na entrega] é importante para a bandeira do MST, trabalho de base, para a relação mais de cliente, porque o grupo de consumo é uma coisa, mas no site é outra coisa, tem muito cliente. A gente tenta construir essa narrativa, e emplacar ela, e tem gente que vai se engajando, mas consumidor militante tem que estar no grupo de consumo organizando, passando para a gente, e assumindo uma boa parte do trampo, não é quem pede uma vez ou outra no site. Quem pede uma vez ou outra no site pode ser um consumidor mais responsável. Mas tem muita variação, muita gente que pede uma vez, duas e nunca mais...

Sobre os espaços em que as atividades da Terra e Liberdade acontecem, é digno de nota que isso se dá em vários locais, não se concentrando em um único local. Parte considerável dos trabalhos é feito de maneira digital — como a organização e manutenção do site, contato com assentados e parceiros, organização em planilhas de pedidos, logística e questões financeiras etc. Frequentemente isso é feito nas casas dos cooperados ou em outros locais. A maior parte da atividade logística se dá entre a cidade de São Paulo e os três assentamentos da RMS, a partir do uso de um furgão *Jumper* da cooperativa ou com os carros de alguns outros membros da cooperativa.

Um espaço importante e de referência para a Terra e Liberdade é o do entreposto, local em que os produtos são armazenados, movidos de e para e em que a maior parte das atividades de montagem de cestas ocorre; também sendo o principal espaço de encontro e trabalho conjunto entre os cooperados. Ao longo dos anos, a Terra e Liberdade se utilizou de diversos entrepostos. No início das atividades da Terra e Liberdade, muito da logística e da montagem de cestas era feita nas casas dos cooperados, e por vezes mesmo em algum espaço tranquilo na calçada próximo do local de entrega, sendo algo mais nômade. Com o passar dos anos, a possibilidade de ter um entreposto mais fixo foi ficando mais concreta — usando temporariamente espaços de sindicatos aliados nos primeiros anos; utilizando o espaço do Galpão Agroecológico no Rio Pequeno, junto de outras cooperativas e movimentos sociais; alocando-se para um espaço adjacente a um galpão utilizado pelo MST no centro de São Paulo e, durante a escrita desta dissertação, fixando-se em um espaço cedido por um sindicato aliado na Zona Oeste.

Essas mudanças de espaços de entreposto ao longo dos anos de modo geral se deram por necessidade, e conforme possibilidades mais interessantes surgiram. Pude acompanhar e vivenciar a mudança do Galpão para o Centro de São Paulo e para o espaço de sindicato aliado. O começo do uso do Galpão foi viabilizado pela cooperação entre as diversas organizações que utilizavam dele e em grande medida por verbas de doação. Pelo relatado, o aluguel do espaço era caro e, quando as doações se reduziram, tornou-se inviável que a Terra e Liberdade (e outras organizações) seguissem usando o espaço. Assim sendo, a cooperativa mudou provisoriamente seu entreposto para um espaço próprio do MST, que era funcional, mas que não era ideal para as atividades que precisavam ser realizadas. A partir de diálogos com aliados, foi possível que a cooperativa mudasse novamente o espaço do entreposto para o sindicato aliado, um espaço mais apropriado e bem-equipado em termos de infraestrutura, que, conforme o relato dos cooperados, deseja-se que se torne um espaço permanente para uso da Terra e Liberdade.

O quadro de trabalhadores e a dinâmica de trabalho da cooperativa são mistos em diversos sentidos. Os membros da Terra e Liberdade têm graus diferentes de envolvimento na cooperativa e realizam tarefas diversas dentro dela. Há uma certa maleabilidade do número de membros, já que pessoas novas chegam e antigas saem, mas, no período de 2021–2023, havia um núcleo “duro” que consistia de quatro a sete membros, dependendo do período, número similar ao de 2019 (LELAY, S. F. M, 2019). Dentre estes, alguns são também dirigentes de um setor da Regional Grande São Paulo do MST. Para além deste corpo de cooperados, existem alguns aliados (em 2023 entre seis e nove) que contribuem nas atividades com maior frequência,

mas que auxiliam de modo algo mais passageiro e inconstante. Para além desses aliados mais recorrentes, outros companheiros de luta, como pessoas ligadas à organização do Galpão Agroecológico (espaço em que a maioria das cestas agroecológicas eram montadas entre 2021-2022) ou mais raramente voluntários e interessados na causa do MST, aparecem para ajudar com as tarefas da cooperativa. Historicamente, poucos dos membros da cooperativa eram remunerados, e os que eram por vezes tinham retiradas pequenas. Em 2023 esse cenário mudou, com mais pessoas recebendo uma remuneração que também é de maior valor, algo viabilizado por um aumento de aportes externos que puderam ser redirecionados para isso. No entanto, a presença do trabalho voluntário, com forte implicação militante na atividade, foi (e segue sendo) importante ao longo da trajetória da Terra e Liberdade.

O motivo disso é o mesmo de muitas outras cooperativas populares, como já nos traz Singer (1998) — carência de capital. E como uma das cooperadas nos levanta, na ausência de capital para investimento, os custos são pagos com a força de trabalho, que é a moeda que o trabalhador tem na ausência de outros recursos. Até o momento de escrita desta dissertação, a Terra e Liberdade tem uma questão com a viabilidade econômica no sentido de conseguir tocar suas atividades e sustentar financeiramente seus membros com a renda do trabalho. Isso faz com que os cooperados tenham que buscar outras atividades para complementar a renda, o que por vezes limita a quantidade de horas-trabalho que podem dispender na cooperativa e o que pode contribuir para sobrecarga de trabalho. Para além do retorno financeiro, a cooperativa e o Movimento mais amplamente fornecem apoio para os cooperados, como alimentos e outros subsídios, que, mesmo que não cheguem ao valor ideal, auxiliam em manter a atividade na cooperativa.

Essa questão não significa que a geração de renda da cooperativa não seja relevante; muito pelo contrário. Essa significância é vista claramente na ponta daqueles que a cooperativa buscava apoiar desde o início — os assentados. Ao longo de 2022 e 2023, em torno de metade dos rendimentos da cooperativa iam direto para os agricultores, enquanto a remuneração dos cooperados era de apenas 7% desse total, mostrando que o foco da geração de renda está naqueles que estão no campo. Mais à frente, com os relatos de entrevistas, isso será exibido mais longamente, mas existem diversos relatos que demonstram que a atuação da cooperativa favoreceu mudanças significativas na qualidade de vida de vários assentados que trabalham com ela. A partir de estudos internos feitos pelos cooperados, juntamente da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (ITCP-USP), instituição com a qual a cooperativa tem relação forte como campo de atuação, é claro que a cooperativa consegue

alcançar seu objetivo socioeconômico externo e principal de escoar a produção dos assentados, mesmo que siga estudando formas de viabilizar mais o objetivo interno socioeconômico da remuneração dos cooperados da parte da logística e comercialização (POMPEU, C. O.; IRRAZABAL, C. V. F.; POMPEU, L. P., 2022).

Esse mesmo artigo analisa as entradas financeiras da Terra e Liberdade desde sua fundação em 2017, dividindo em dois períodos maiores, de 2017–2019 e 2020–2022. O marco divisório entre os dois períodos foi a criação e implementação do site atual da Terra e Liberdade, período também marcado pelo começo das vendas e entregas porta a porta. Esse primeiro período tem dados menos consistentes, ainda sem a automatização fornecida pelo site, e com o trabalho sendo majoritariamente organizado por vendas por *WhatsApp* e com uma certa sobreposição do trabalho profissional e vida pessoal que por vezes geraram desgastes. Em 2017, o total de entradas não superou em nenhum mês os dez mil reais. Em 2018, dois de quatro meses dos quais se tem registros passaram dessa marca. O primeiro semestre de 2019 seguiu patamares semelhantes a 2017, e o ano teve um pico em agosto que ultrapassou os vinte cinco mil reais, estabilizando nos meses seguintes em torno dos quinze mil reais. Com exceção dessa mudança de patamar mais ao fim de 2019, esse período é mais marcado por imprevisibilidade, sem tendência de alta ou estabilidade, com picos que não necessariamente se mantêm.

O segundo período, marcado pela implementação de um site robusto com muitas automatizações, chegada de novos cooperados, maior maturidade dos cooperados no processo organizativo e de gestão financeira, trouxe mudança significativa. Esse período tem dados completos de todos os meses, o que auxilia com o planejamento e avaliação das movimentações. Com o início do porta a porta, em nenhum mês do período as entradas ficaram abaixo dos dez mil reais, e em 2020 em vários meses superaram a faixa dos vinte mil reais. Entre 2021 e 2022, mesmo com uma certa imprevisibilidade de vendas, com quedas e altas acentuadas, sem tendência clara, é nítido que as entradas médias mensais são mais elevadas, raramente caindo abaixo dos vinte mil reais e flutuando na maior parte dos meses entre vinte e quarenta mil reais por mês. O porta a porta é colocado como divisor de águas nessa mudança nas entradas, e representa uma parcela significativa das vendas, tendo uma tendência mais estável em comparação às outras modalidades de venda, mesmo que haja pouca fidelização e alta rotatividade entre os consumidores pontuais.

Assim, desde sua criação, é possível considerar que a Terra e Liberdade tem crescido e amadurecido, mesmo que continue tendo questões no âmbito socioeconômico especialmente

no que tange a dependência do trabalho militante e a remuneração esparsa aos cooperados. Mas no quesito da viabilidade econômica de uma cooperativa popular, há uma aposta em conseguir realizar isso frente a um cenário político-econômico hostil e sem o capital que uma empresa capitalista teria. Frente a isso, é digna a persistência, sobrevivência e crescimento da Terra e Liberdade ao longo dos anos em que existe, e cada vez mais crescem as perspectivas dessa viabilização.

As atividades realizadas pelos cooperados da Terra e Liberdade são diversas e merecem ser descritas. A tarefa de comercialização dos produtos por meio de cestas é uma das atividades da cooperativa, junto de outras tarefas financeiras, administrativas e fiscais, cumpridas pelos cooperados. O trabalho de construção de um site próprio da Terra e Liberdade automatiza muito das atividades financeiras, apesar de ainda haver trabalhos a serem feitos manualmente. Além do trabalho de mediação da produção, existem tarefas internas importantes, como a organização informática (com o site e redes sociais), da gestão, coordenação de tarefas e realização de reuniões tanto internas quanto com movimentos parceiros e outras instâncias do MST em si. A tarefa de logística propriamente dita, de transporte dos produtos, envolve parte significativa do trabalho operacional. Por fim, o trabalho de montagem de cestas compreende uma parte importante das atividades dos cooperados. Além de ser uma atividade essencial para o funcionamento da cooperativa, é também a tarefa que mais permite que os cooperados se encontrem, sendo o principal momento em que podem socializar e tratar coletivamente do trabalho no cotidiano.

Os cooperados realizam entre si uma divisão de tarefas, com alguns membros estando mais responsáveis por uma parte do trabalho ou outra. Essa divisão é algo fluida, sendo alterada conforme há necessidade, e com os cooperados realizando mais de uma das atividades descritas anteriormente. Existe uma certa especialização entre alguns dos cooperados, particularmente quando alguma atividade exige maior grau de conhecimento prévio para ser realizado, como tarefas informáticas e tecnológicas ou de finanças. Como exemplo, alguns ficam majoritariamente na atividade logística, enquanto outros passam a maior parte do tempo nas atividades de gestão e financeiras. Essa especialização não é formal nem é uma divisão rígida, e mesmo que os cooperados foquem suas atividades em alguns tipos de tarefas, eles tendem a também ajudar com as outras em menor grau.

Por fim, no que diz respeito à inserção mais ampla da cooperativa no contexto da atuação do MST, temos que a cooperativa ocupa um espaço de ponte urbano-rural, na medida em que

atua em uma ponta junto de produtores rurais, e na outra tem grande parte de seu trabalho na densamente urbanizada Região Metropolitana de São Paulo.

3.2. Observação participante e experiência etnográfica

3.2.1. Chegando e conhecendo o campo

Os primeiros contatos que tive com os cooperados da Terra e Liberdade se deram entre fevereiro e março de 2022, momento em que pude apresentar a proposta de minha pesquisa. Essas conversas iniciais se deram por mensagens e logo em seguida duas videoconferências foram marcadas e realizadas. Devidamente apresentado, concordaram que eu tecesse a pesquisa com a cooperativa e sugeriram que eu começasse o contato direto participando das montagens de cestas às quintas-feiras.

Logo comecei a participar delas, indo semanalmente (ou quinzenalmente, quando tinha algum impeditivo), indo regularmente durante quatro meses e mais esporadicamente ao longo de todo 2022 e começo de 2023. Isso totalizou 16 visitas mais formais, e pude estar presente com a Terra e Liberdade em espaços que não são especificamente deles, mas em que estavam, como na IV Feira Nacional da Reforma Agrária.

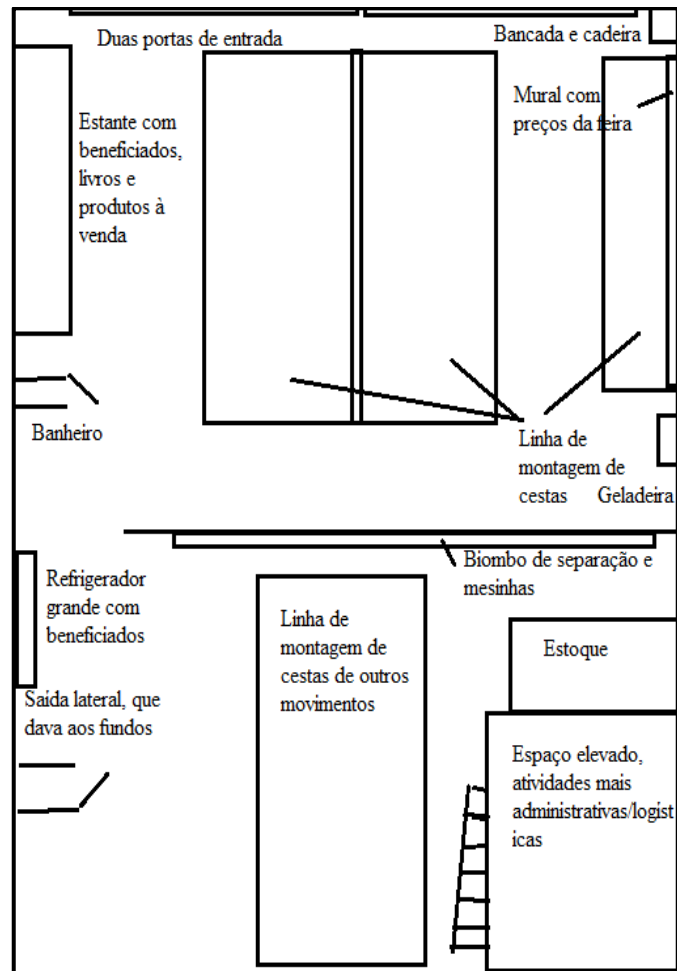
As idas ao entreposto da cooperativa em que eram feitas as montagens tiveram variações, dependendo do local em que eu morava na época, e a localização do entreposto, mas houve certa regularidade na forma em que isso se dava. Habitualmente acordava em torno das quatro horas da manhã, no máximo quatro e meia, e me dirigia ao entreposto. Algumas vezes pude ir de carona com um dos cooperados, mas na maioria delas fui de ônibus, e chegava atrasado para o começo das montagens por pegar o primeiro ônibus da linha. Cheguei a maior parte das vezes entre 5h30 e 6h, enquanto a montagem normalmente começa às 5h.

Minha primeira inserção foi algo truncada — cheguei, cansado e de máscara cirúrgica, ainda antes do amanhecer no Galpão Agroecológico, onde três pessoas já estavam ocupadas com a montagem de cestas. Nenhuma delas eram conhecidas, e os cooperados que já havia conversado apareceram depois e em outros dias. Apresentei a ideia da pesquisa, com pouco fôlego com a caminhada e a máscara, e fui bem recebido pelos cooperados. Haviam sido avisados de que eu iria, então não houve surpresa com minha chegada, mas houve um certo estranhamento quanto a ser alguém novo naquele espaço e quanto ao tema de minha pesquisa (na época, apresentei como sendo sobre cultura solidária e especialmente acerca do humor e do lúdico). O único questionamento que ouvi já veio de um lugar lúdico — “Legal! Mas você

deveria ter achado uma cooperativa que não começasse a trabalhar tão cedo”, aludindo ao horário, sono e cansaço que perpassam o trabalho com frequência e como se fosse algo que poderia barrar esses fenômenos de aparecerem — o que pude ver rapidamente não ser o caso. Apesar da boa recepção, certos comentários indicavam um receio justificado com a presença de um pesquisador desconhecido. Um comentário em particular saltou aos ouvidos nesse primeiro dia — brincaram “Você não tá gravando escondido né? Você tem que falar, ou eu denuncio para o comitê de ética!”. Assegurei que não, e foi dito como uma brincadeira, mas com nítida seriedade velada e com a preocupação se estaria respeitando-os e o que faziam lá.

Após os primeiros minutos de minha chegada, logo propuseram que eu participasse da montagem das cestas, fazendo as atividades que eles próprios realizam. Nisso, acabei inserindo-me de modo bastante parecido como outros aliados e companheiros o fazem quando auxiliam a cooperativa. O espaço em que me inseri inicialmente, o Galpão Agroecológico, tinha uma proposta cooperativa e de construir relações com vários empreendimentos e movimentos, dentre eles a Terra e Liberdade. O espaço era do tamanho de uma loja de médio porte, dividido nos dias da montagem em dois espaços, um à frente, em que eram feitas as montagens, e a parte de trás, que era usada mais como estoque. A parte usada para montagem em outros dias também servia de espaço para realização de feira e contava com gôndolas para colocação de caixas, o que facilitava o processo de montagem e o tornava mais ergonômico. Essa parte do espaço também era utilizada para realização de feiras em outras ocasiões pelos usuários do Galpão. Abaixo segue um desenho do espaço.

Figura 2. Desenho da montagem no Galpão Agroecológico



Se para a Terra e Liberdade o espaço servia principalmente de entreposto, tinha um caráter misto, servindo de entreposto, loja, feira e armazém, usado de maneira distinta pelos vários grupos que o utilizavam. Era um espaço agradável e colorido, cheio de produtos *in natura* e beneficiados, além de dotado de bandeiras dos vários grupos que participavam dele.

Meses depois, a Terra e Liberdade deixou de utilizar o espaço do Galpão e passou a utilizar um “puxadinho” próximo a um espaço do MST no centro de São Paulo. Esse espaço essencialmente era um armazém, espaçoso e de chão de concreto, em um local mais estratégico, mas de caráter temporário. Depois de cerca de outros seis meses, mudaram novamente o espaço do entreposto para um local na Zona Oeste, mais espaçoso e agradável de se estar, com uma copa e banheiro próprios.

Com o passar dos meses e idas, fui conhecendo melhor os cooperados e creio que uma descrição deles seja relevante, mesmo que de forma limitada pelos vieses de meu olhar e por preocupações de sigilo. Em termos de gênero, a cooperativa aparentou ser bastante equânime.

No quesito étnico-racial, presenciei um número maior de pessoas brancas nas atividades da cooperativa e nos espaços que pude visitar dos assentamentos presenciei uma maioria de pessoas negras. No quesito de idade, a maior parte dos cooperados estava na faixa dos 30–40 anos, com um cooperado estando em torno dos 60 anos. Os aliados que auxiliam a cooperativa têm uma variação maior, e estimaria ser de pessoas diversas entre 25 e 65 anos, sem grande tendência. Pelos relatos que ouvi, no quesito de classe há uma unidade significativa, com praticamente todos sendo de classes populares, mesmo que com variações em história pessoal e em diferenças mais específicas de renda e vida. Uma parte significativa dos cooperados completou o Ensino Superior, com alguns estando ou já tendo feito atividades em pós-graduação, todos relacionados à economia solidária, agroecologia e temas similares.

Creio que essas informações são de relevância para uma compreensão mais aprofundada do perfil da cooperativa e de seus membros, mas é muito importante ressaltar que, por não ser o foco dessa pesquisa, não houve coleta aprofundada de dados ligados a esses pontos. Sem um trabalho quantitativo de coleta de dados e mesmo um trabalho de pensar as identidades dos cooperados frente a isso, esses dados serão utilizados aqui apenas como indicativos relevantes e não devem ser considerados como informações completas e definitivas.

Outro ponto importante de ser colocado desse momento de chegada na cooperativa é o de ser um tempo de transição pandêmica. No começo de 2022 as taxas de vacinação contra a Covid-19 cresciam e se consolidavam, e cada vez mais as regras de uso de máscara iam se relaxando, junto do uso efetivo delas pelas pessoas. Ao longo das visitas à cooperativa, isso foi bastante visível, na medida em que progressivamente o uso das máscaras e de álcool gel foi se reduzindo, com quase todos de máscara no primeiro dia que estive, e quase ninguém (eu incluso) mais ao fim do ano. A Covid-19 cada vez menos foi presente, tanto nas taxas de infecção, como tema de conversa nos dias de montagem e no medo que gerava — algo que no começo de 2022 ainda seguia intenso, dado em parte pela enorme taxa de mortos no fim de 2021.

3.2.2. Da inserção na cooperativa, pertencimento e virando aliado

Minha inserção no cotidiano de trabalho, ou no da montagem mais especificamente, foi rápida. Logo no primeiro dia, já fiquei quase o período de montagem que restava inteiro montando cestas com os cooperados e participando do cotidiano. Pelas características da cooperativa e a receptividade de seus membros tive a possibilidade de estar lá como o que

Minayo (2014) chama de observador-como-participante, estando lá como um pesquisador observador, mas que efetivamente participa das atividades de trabalho, mesmo em um lugar diferente e não assumindo todas as responsabilidades que eles têm. Ainda que não chegue a um lugar idêntico ao do trabalhador, esse espaço é bastante potente, já que permite um conhecimento mais concreto do trabalho lá realizado e uma maior aproximação das reais condições cotidianas do trabalho e das dinâmicas na cooperativa (COUTINHO, M.; BERNARDO, M. & SATO, L. 2017).

Com o passar das visitas, pude perceber que inicialmente sugeriram que eu ficasse com tarefas mais simples, com menos chance de eu fazer algo errado, e mais fáceis de corrigir caso isso acontecesse. Por isso comecei montando as cestas de folhas aromáticas, que são poucas em número e contêm usualmente quatro tipos de folhas, consideravelmente menos que outros tipos. Ainda assim, com meu conhecimento limitado de plantas, tive alguma dificuldade em reconhecê-las e demorei para completar a tarefa, também receoso de errar e atrapalhar o processo de trabalho. Depois, conversando com outros cooperados e aliados, soube que esse desconhecimento e confusão inicial sobre as plantas é uma coisa pela qual muitos passaram, e que leva algum tempo para conhecê-las melhor. Talvez, mesmo que intuitivamente, saber disso tenha feito parte da decisão dos cooperados presentes no dia em me deixar com uma atividade mais simples.

No caso da montagem das aromáticas, a dificuldade era mais identificar as folhas, separá-las e montar as cestas, algo relativamente simples. Com o passar das visitas, pude gradativamente participar mais do processo de montagem, sendo atribuído funções mais complexas e trabalhosas, e sentindo-me confiante a ponto de sugerir que pegasse algumas tarefas ou mesmo propondo coisas aqui e ali pensando que poderia auxiliar no processo. Creio que isso andou junto de me sentir progressivamente mais confiante no trabalho e mais pertencente e acolhido na cooperativa, caminhar este que foi surpreendentemente rápido. Se no início minha pesquisa era vista mais com receio e estranhamento, passou a ser um ponto de curiosidade ocasional dos cooperados, e o interesse em estudar uma cooperativa ligada ao MST era bem-visto.

Já pela terceira montagem, minhas visitas eram bem-vindas, e me agradeciam por somar com as atividades da cooperativa, e falas como “Logo mais você vira sem-terra também” foram ocasionalmente sendo ditas a mim. Convites para participar de eventos organizados pela cooperativa ou pelo MST, convites vagos para tomar café ou cerveja também passaram a ser

comuns, mesmo que fossem poucas as vezes em que consegui aceitar um dos convites. Com o tempo, fui conhecendo os cooperados, mesmo que em um tempo algo limitado, e passando a conviver com mais leveza e cotidianidade, com os receios e desconfianças diminuindo com o passar dos meses. A meu ver, pude passar por um processo de ser visto com maior confiança e de mostrar que estava genuinamente interessado neles e em auxiliar com o trabalho que estava sendo feito (esse segundo ponto possivelmente sendo mais importante). Se continuei ocupando um lugar algo misto por ser um pesquisador externo inserindo-me na cooperativa, pelas dinâmicas da Terra e Liberdade entendo que passei a ocupar mais um papel de aliado genuíno, e não apenas como um pesquisador que iria retirar dados e ir embora ou lesar os cooperados de alguma forma, algo que foi auxiliado por eu estar inserido e relacionando-me com outras figuras e espaços da economia solidária. De certa forma, fazendo parte de uma grande rede difusa ligada por ela.

Assim, passei a me sentir também pertencente e acolhido pela Terra e Liberdade e seus membros. Certamente um pertencimento efetivo seria limitado, por diversos fatores — seja porque estava menos implicado que os próprios cooperados na totalidade das atividades, por ser mais recente no espaço, por não acompanhar com tanta frequência e intensidade o trabalho, possivelmente por ocupar esse lugar misto de pesquisador-aliado e mesmo por um distanciamento afetivo em conhecer pouco as pessoas da cooperativa. Independente disso, a receptividade e acolhimento pelos cooperados me surpreendeu, dado o lugar de estrangeiro de que partiu a pesquisa.

3.2.3. Dos aliados da cooperativa e “das esquerdas”

Ao longo da pesquisa de campo, algo de marcada importância para a realização das atividades foi a presença dos aliados da cooperativa. Esse grupo numeroso e diverso é composto por pessoas que apoiam as atividades da cooperativa em específico e o MST como um todo. No caso da cooperativa, essas figuras vinham de lugares diferentes — da militância do MST e de outros movimentos aliados, de consumidores que foram se engajando com as atividades da cooperativa, de membros da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (ITCP-USP), de pessoas de esquerda interessadas em auxiliar o MST e assim em diante. Como há esse histórico de apoio militante às atividades da cooperativa, efetivamente foi esse lugar que acabei ocupando ao começar a pesquisa de campo, realizando as atividades que outros aliados também fariam. Creio que isso foi relevante para deixar de ocupar o lugar de pesquisador ou de figura

estranha ao espaço com relativa rapidez, apesar de certamente ser algo que tornou minha presença mais incomum que a da maioria dos aliados.

A presença desses aliados da cooperativa tem papel importante na realização do trabalho da Terra e Liberdade. Na medida em que muito do trabalho feito nela tem esse caráter voluntário-militante, as horas-trabalho dispendidas pelos aliados são valiosas para que o trabalho seja viabilizado. Como os cooperados da Terra e Liberdade têm mais experiência, domínio dos processos de trabalho e são os que organizam o trabalho e gerenciam a cooperativa, possivelmente dariam conta de todas as atividades realizadas caso dispendessem mais tempo, mas certamente seria uma tarefa mais árdua e extensa. Para exemplo, a maioria das montagens em que fui estavam entre 3 e 5 pessoas, raramente excedendo isso e tipicamente 1 ou 2 eram aliadas (me contando nesse número), mas certamente havia dias em que nenhum aliado podia comparecer, ou em que 3 ou 4 iam.

Esse ponto é relevante. Os aliados servem um papel importante nas atividades da cooperativa, com uma presença forte, mas sua participação é inconsistente, e a diferença entre se ter 2 ou 3 pessoas em uma montagem ou se ter 5 ou 6 é gritante, no primeiro caso o trabalho frequentemente torna-se longo, intenso e muito cansativo, e no segundo acaba mais rápido, o ritmo é mais tranquilo, e as pausas são mais viáveis.

A presença de aliados nas montagens é o exemplo mais nítido, e possivelmente o mais relevante, mas eles estão presentes em outras atividades. Por vezes se responsabilizam por fazer rotas de entrega ou entregam cestas para espaços específicos, oferecem seus veículos, auxiliam nas feiras realizadas pela cooperativa e em outros eventos, entre outras tarefas possíveis. No entanto, no período em que acompanhei as atividades, a presença em maior peso era na montagem.

No que tange a esfera política e ideológica, chama a atenção a variedade de origens dos aliados e dos próprios cooperados. Há muitos tons de vermelho e preto entre o espectro das esquerdas presentes — entre comunistas marxista-leninistas, anarquistas organizados, sindicalistas, militantes de base do MST, membros de movimentos sociais diversos, esquerdistas simpatizantes sem maiores afiliações (no caso de aliados) e outros, há uma diversidade de visões que convivem com um horizonte de construção conjunta de projeto. Por vezes chocando-se e gerando conflitos, mas em grande medida também enriquecendo e fortalecendo a luta e a composição de uma perspectiva que se propõe a ser solidária e popular.

3.2.4. Aberturas e caminhadas da pesquisa — do “campo” ao campo

Uma preocupação ética e metodológica de se trabalhar com uma perspectiva que enfoca o empírico é de se atentar à realidade que o campo apresenta, não se restringindo ao inicialmente proposto metodologicamente. Uma postura rígida, que não permita flexibilidade e alterações no método, poderia incorrer em se priorizar as hipóteses iniciais, possivelmente levando a interpretações equivocadas e que não levam em conta aquilo que o campo efetivamente apresenta, mesmo que isso fuja do esperado.

Nesse sentido, busquei estar atento aos caminhos e oportunidades que surgiram ao longo da inserção no campo. Se inicialmente havia proposto acompanhar as montagens de cestas e foi onde estive mais presente, com o passar dos meses ficou mais e mais nítida a necessidade de conhecer, mesmo que brevemente, os assentamentos e as famílias que lá moram. Considerando que um dos objetivos principais da Terra e Liberdade é escoar a produção dos assentados e favorecer uma condição digna de vida a eles, e que a produção comercializada em sua grande maioria vem diretamente deles, seria uma falta não conhecer essa ponta “campo” do campo de pesquisa. Como os cooperados trazem, há uma consideração de que os produtores, junto da cooperativa propriamente dita e dos consumidores, fazem parte de um mesmo ecossistema de cooperação.

Considerando isso, busquei conhecer os assentamentos, e houve abertura por parte da cooperativa para isso. Em um dia, ao longo de em torno de quatro a cinco horas, acompanhei um dos cooperados na rota da logística, encontrando-o em São Paulo (no Galpão Agroecológico) e passando pelos três assentamentos abarcados pela Regional Grande São Paulo do MST, onde pude conhecer brevemente os espaços e alguns de seus moradores.

Alguns pontos aqui chamaram a atenção. O primeiro, como seria de se esperar, foi a recepção dos assentados à minha presença lá. Acredito que, por estar junto de um cooperado muito bem conhecido e querido, houve uma certa transferência de confiança pela maioria das pessoas que encontrei. Algo como “se ele está junto do cooperado no qual confio, deve ser tranquilo confiar nele também”. Sendo assim, senti que a maioria das pessoas que encontrei me olharam e trataram ou com uma certa indiferença ou com receptividade. Os que me olharam com uma certa indiferença pareciam me ver como mais um “menino” novo ligado à Terra e Liberdade que ajudava a cooperativa, algo que não é tão incomum dado a presença dos aliados, e seguiram em suas atividades habituais e conversas com o cooperado. Isso também aconteceu com os mais receptivos, mas houve um interesse por vários em entender quem eu era, por

acharem bacana a implicação em ajudar o MST e a cooperativa, e aconteceu uma brincadeira específica de estar lá de ajudante do cooperado enquanto aprendia a dirigir a *Juniper*.

Talvez o ápice dessa receptividade e de uma solidariedade com o próximo tenha sido quando, no começo da noite, o cooperado disse que faríamos uma parada na casa de uma família de assentados com a qual a Terra e Liberdade trabalha para pegar produtos, mas que também possivelmente nos receberiam para jantarmos lá. Eu, que não esperava por isso, me surpreendi e até fiquei receoso em aceitar isso sendo um completo estranho. De qualquer maneira, sendo convidado para isso ao chegar lá, aceitei o convite, jantei com eles e conversamos sobre diversas coisas. Sendo o mais recente lá, fiquei por fora de muitos assuntos que já corriam entre eles, mas pude participar aqui e ali, e me surpreendeu a leveza relativa com que minha presença foi tratada ali. Ao menos pelos mais velhos. Nessa casa também tive o mais nítido sinal de desconfiança, vindo de um dos filhos (já um jovem adulto) do casal de produtores, que me encarava frequente e indiscretamente com suspeita. Não passou disso, no entanto, e não foi uma reação que tive de outros assentados, mas diz de um receio compreensível à presença de um estranho na casa. Talvez mais surpreendente seja a leveza de acolher no lar e na mesa de jantar um homem estranho, e não essa reação mais receosa.

Outro ponto que me chamou a atenção, admitidamente por ignorância da realidade dos assentamentos, foi o que creio que pode ser justamente chamado de uma vivência de “campo”, nessa vivência rural e ligada à lavoura, nessa conexão com a terra. As casas dos assentados eram mais horizontais e relativamente distantes umas das outras, com um espaço considerável para o plantio e ocasional criação de animais. Considerando a causa do MST e a luta pela terra e pela reforma agrária, isso talvez não devesse vir como algo surpreendente, mas a proximidade da cidade de São Paulo, com um dos assentamentos estando dentro dos limites da própria cidade, me gerou uma expectativa inicial de que os assentamentos teriam um aspecto mais urbano, algo que é falso. Mesmo que próximos de centros urbanos, a vivência lá é bastante rural.

Um último ponto que se assentou como fundamental e que ficou claro a partir da abertura a perceber os caminhos criados pelo campo na pesquisa e pela visita aos assentamentos, foi da fundamentalidade da militância política, tanto para o MST quanto para a cooperativa em si. Aqui, a implicação política aparece como de suma importância para que os espaços dos assentamentos pudessem ser ocupados há décadas, e que possam continuar a ser moradia e

espaço de vida para tantos. Aparece também como base para a criação da cooperativa e suas atividades diversas com o MST.

Retornaremos a isso na análise à frente, mas a militância política ocupa um papel fundamental na Terra e Liberdade na medida em que dá um caráter ao empreendimento que não é apenas econômico, mas também político; algo que é uma grande força possível de cooperativas genuínas, e que é necessário para que uma proposta dessas possa favorecer mudanças estruturais.

3.2.5. Ocupar e resistir — implicação política e militante da cooperativa

A implicação política e militante da Terra e Liberdade e de seus membros perpassa as atividades e planejamentos da cooperativa. Isso esteve marcadamente presente nas atividades que acompanhei a partir de agosto de 2022, com a aproximação das eleições presidenciais. Com a iminência desse evento de grande importância, discussões acerca disso tornaram-se mais comuns nas redes sociais em que a Terra e Liberdade está e no ambiente de trabalho. Grande parte das discussões giravam em torno do possível apoio do MST à candidatura de Lula e das contradições e complexidades disso. Aqui, os debates, mesmo que no cotidiano, eram bastante profundos, já que os cooperados são bastante politizados e unidos por uma perspectiva socialista, mas possuem diferenças ideológicas entre si. Com pouco tempo, um consenso algo receoso se formou acerca de apoiar a candidatura de Lula, frente ao risco e temor de outro governo Bolsonaro, que na visão dos militantes e do MST, foi muito prejudicial à sociedade como um todo e fez frequentes e duros ataques às iniciativas de reforma agrária em particular, na medida em que favorecia o agronegócio, a liberação de agrotóxicos, perseguia militantes e facilitava ataques e desapropriações de assentamentos. A possibilidade de um governo Lula era vista como decididamente melhor que esse cenário, mas as memórias de seus outros governos, em que o apoio à reforma agrária popular existiu, mas foi fraco e insuficiente, servia de base para um ceticismo sobre o quanto permitiria a situação mudar.

Com a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2022, essas contradições são retomadas nas reações e comentários dos cooperados no trabalho. Todos concordam ser uma vitória, mas o clima era marcado tanto por comemoração quanto por ceticismo, variando bastante dependendo do cooperado em questão.

Nesse cenário eleitoral, o MST e a Terra e Liberdade apoiaram a candidatura de Lula com ações concretas, participando de eventos, parcerias e ações diversas. Entre algumas delas pode ser dito de um grande evento sobre economia solidária no Armazém do Campo de São Paulo nesse segundo semestre de 2022 e a aparição da cooperativa em um jornal de grande porte. A cooperativa parece ter vivido o momento de maior visibilidade nesse semestre, apesar de ser difícil dizer o quanto é ligado a esse momento eleitoral — possivelmente a maior visibilidade do MST em si tenha contribuído para isso, junto do crescimento das atividades da Terra e Liberdade.

A implicação política da cooperativa a eventos mais amplos é nítida e vai para além desse momento eleitoral. Como colocado anteriormente, há uma atenção às demandas do momento, e isso em grande medida se dá a partir do horizonte de luta do qual participam. Nas visitas que fiz, percebi isso em maior volume em dois momentos. Em meados de agosto de 2022, o então candidato à presidência Lula defendeu no Jornal Nacional o arroz orgânico do MST, dando grande visibilidade ao Movimento e ao produto em si (FREITAS, C., 2022). Esse evento teve impacto considerável na procura pelo arroz, algo que também reverberou em uma alta na procura pelo arroz orgânico na loja da Terra e Liberdade logo em seguida, o que fez com que a cooperativa aumentasse os estoques desse produto (já que é produzido por cooperativas parceiras). O segundo evento se deu em março de 2023, como citado no capítulo anterior, com as denúncias de trabalho escravo de um número de grandes produtoras de sucos de uva. Frente a isso, a procura de alternativas produzidas pelo MST cresceu, aumentando também a procura e as vendas feitas pela Terra e Liberdade de sucos de uva. Se há uma atenção econômica nesses aumentos de procura, o intuito de suprir isso não é o de lucrar ou de meramente aumentar as receitas, mas sim o de seguir defendendo as causas da economia solidária, da agroecologia e da reforma agrária popular, e mais diretamente o acesso a alimentos de qualidade e sem veneno; e simultaneamente, de denunciar as mazelas geradas pelo capitalismo, pela agricultura predatória, pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e assim em diante.

Outro aspecto da implicação política é o da ampla rede de movimentos progressistas em que a cooperativa se insere. Para além do momento específico da eleição, há um esforço contínuo para fomentarem boas relações com grupos e espaços parceiros, como os vários estabelecimentos que são pontos de retirada de cestas. Os diversos movimentos com os quais a cooperativa se relaciona também são foco de trabalho conjunto — em grande medida com o MTST e as cozinhas solidárias que existem em São Paulo, para as quais uma parte considerável

de cestas são enviadas. Mais recentemente, a Terra e Liberdade estabeleceu uma parceria mais íntima com o sindicato que cedeu parte de seu espaço para servir de entreposto da cooperativa, e houve um cuidado para que essa parceria pudesse ser uma relação frutífera e agradável. Várias ações cotidianas, mas significativas, foram pensadas nesse sentido — como ter um cuidado para limpar e cuidar desse espaço além de deixar alguns produtos como presente, junto de uma carta escrita à mão de agradecimento e de boa-fé na parceria que estavam estabelecendo. Essa parceria é significativa por vir também com um desejo de que esse espaço possa se tornar permanente, e um dos cooperados trouxe uma clássica frase do MST pensando nesse momento de transformarem esse espaço mais em um lar — “Ocupar e resistir”.

3.2.6. O viver cultural no cotidiano — humor, lúdico e o musical

Considerando o caminhar da pesquisa, e como a exploração do campo revela aquilo que é importante, é digno notar que o humor e o lúdico se mostraram como elementos constantemente presentes no cotidiano. Naquilo que tange o viver cultural cotidiano, a esfera do musical surgiu como de surpreendente relevância já desde a minha primeira hora montando cestas.

No primeiro dia em que estive no Galpão Agroecológico, após pouco tempo do começo da montagem, uma das cooperadas colocou a música de João Gomes, popular e recente cantor de piseiro, para tocar em seu celular para termos algo agradável a ouvir durante o trabalho. Ele foi a figura mais recorrente nas montagens, especialmente nas primeiras em que fui, mas a presença musical como um todo era recorrente. Foi uma experiência que me recordou de Simone Weil acompanhando grevistas em 1936, quando, frente à parada das máquinas, os operários cantavam músicas populares pelo prazer de as cantarem — não músicas políticas como “A internacional”, mas músicas cotidianas que conheciam e gostavam. Guardadas as devidas diferenças de tempo, espaço e situação, creio que o ambiente mais livre e leve possibilitou esse acompanhamento maior das músicas que refletiam os gostos e identidades dos cooperados e aliados que lá apareciam.

Se João Gomes e outros cantores sertanejos como Marília Mendonça apareciam mais por serem preferidos por uma das cooperadas que mais estava nas montagens, quando outra pessoa estava no encargo de sugerir músicas isso mudava. Um dos cooperados, vindo do Ceará, com frequência sugeria cantores de raízes nordestinas como Luiz Gonzaga. Outro, mais novo,

trazia mais figuras do MPB e cantores como Tim Maia. Um aliado que trazia mais explícita e cotidianamente questões políticas colocou “Ay Carmela”, música ligada aos revolucionários espanhóis durante a guerra civil, em uma das montagens, junto de outras músicas políticas ligadas a momentos revolucionários. Por vezes, a própria dinâmica do grupo de montagem em determinado dia favorecia certo estilo musical. Em um dos dias em que estive, o assunto de vivências nas décadas de 1990 e 2000 surgiu, junto dos gostos musicais na moda da época — como o emo e outras músicas populares desse período, que marcaram esse dia.

O mesmo grau de espontaneidade estava presente com a influência do lúdico. Raramente era algo explicitamente discutido ou mesmo percebido como algo sério. Era apenas vivido como um elemento frequente e constante no cotidiano, emergindo como parte das relações entre os presentes e da vida que lá estava. Em praticamente toda montagem em que estive algum tipo de brincadeira surgiu em algum momento, com os mais diversos temas e objetos — seja como piadas com e sobre outras pessoas presentes, brincadeiras sobre o trabalho sendo realizado e as questões de ordens práticas sendo feitas, ocasionais brincadeiras práticas e assim em diante. Nesse sentido, mesmo que existam nuances, o lúdico e o humor aconteceram de formas majoritariamente sobrepostas no cotidiano. Em grande medida se deram em momentos em que havia algum grau de conforto e confiança entre os presentes, o que era frequente, dado a tarefa em comum que tinham, algum grau de amizade entre vários dos cooperados e a questão da camaradagem política que parece favorecer um grau de confiança conjunta.

No que pude perceber, e a partir do que me foi dito, a presença de brincadeiras e piadas é visto como majoritariamente positiva, já que promove uma leveza, prazer e um alívio de tensão valiosos frente a um trabalho frequentemente cansativo. Especialmente quando a frequência de brincadeiras era alta, algo de um “clima brincalhão” parecia se abrir, em que as piadas eram frequentes, e o espaço era tomado por uma série de brincadeiras, mesmo que o trabalho não parasse. Dada a importância desse tema para a pesquisa, anotei dezenas de situações lúdicas e humorísticas ao longo das montagens. Algumas merecem ser contadas para nos debruçarmos mais em questões que revelam.

Uma das atividades que por vezes são necessárias nas montagens de cestas é a de abrir cestas já montadas, conferir se está tudo certo e acrescentar ou retirar produtos caso haja necessidade de corrigir a composição das cestas. Essa atividade não é difícil, mas é um pouco chata e trabalhosa, e a maioria das pessoas demora um pouco a fazê-la. No entanto, um dos

cooperados, que chamarei de Carlos, é excepcionalmente bom nisso, fazendo de forma rápida e precisa essa atividade. Em uma das vezes em que isso foi necessário, um dos outros cooperados pediu para que Carlos fizesse essa tarefa, inclusive olhando as cestas — ou “sacos”, que havia montado. Daí, diz que deixaria apenas que Carlos mexesse em seu saco, algo que gerou risadas em muitos e se tornou uma brincadeira algo recorrente (até perder a graça; ou encher o saco, se o leitor me permite).

Aqui temos um teor humorístico claro com um duplo sentido linguístico. A tarefa que Carlos faria, de corrigir as cestas/sacos era concreta; e daí surge a abertura para uma brincadeira boba de teor sexual. Ela não gerou muitas questões, sendo vista como boba e trazendo apenas riso.

Nem todas são tão inofensivas. Em outra montagem, uma das cooperadas contava que tinha brigado com uma ex-colega com quem trabalhou em outro empreendimento não-relacionado à Terra e Liberdade. Quando desmancharam esse empreendimento, houve necessidade de dividirem as ferramentas, e no processo, essa ex-colega passou a dever um dinheiro significativo, o que incomodou a cooperada que eventualmente a confrontou. Nisso, diz que “não é muito de tretar”, algo que faz com que outro cooperado ria e diga ironicamente “O que?! Achei que ouvi alguém dizer que não é de tretar”, dando a entender que era algo que ela fazia com frequência. Isso elicitou algum riso, mas não de todos, e o assunto seguiu brevemente, até acabar. Algum tempo depois, enquanto fazia outra tarefa, a percebi conversando com outro cooperado da qual é mais próxima sobre isso, perguntando se realmente brigava muito, buscando justificar os motivos pelas vezes em que teve que fazer isso, claramente triste e reflexiva com isso ter sido colocado.

Com esse caso, é claro que a faceta crítica do humor surge como forma de apontar questões percebidas de forma mais ou menos veladas pelo humorístico. Esse tipo de comentário também pode ferir, o que aconteceu nessa situação, reforçando que o humor não é exclusivamente veículo de prazer e alívio. No entanto, isso não é algo inerente ao ambiente cooperativo — algo do gênero poderia ocorrer em qualquer espaço, e talvez o fator “solidário” poderia estar mais na maior liberdade para o brincar e na possibilidade de réplica a comentários do tipo.

Retomando a questão do pertencimento na cooperativa, algo digno de nota é que eu próprio me envolvi em diversas brincadeiras, algumas sendo comentários mais unidirecionais

e outras brincadeiras mútuas. Em mais de uma ocasião um cooperado, ao me ver, trouxe de como estava parecido com Zé Bonitinho, personagem criado por Jorge Loredó. Fazia referência a meu cabelo, preto, e cortado como um topete, já bastante comprido nos dias em que isso foi dito. Aqui, me comparava a um personagem famoso por ser caricato, metido (sem sucesso) a charmoso e feio, apesar do nome. Essa brincadeira me pareceu vir em claro tom de zoeira amigável, um tirar sarro a meu custo que indica também um certo grau de confiança de que o alvo não se ofenderia. A avaliação do cooperado foi correta — mas fiquei surpreso com a comparação a esse personagem mais antigo e brinquei que já me chamaram de Johnny Bravo por outras vezes também.

Mais uma vez ligado a meu cabelo, aparentemente elemento chamativo de minha aparência, também brincou em um dia em que havia recentemente cortado o cabelo que havia “ido ao sindicato”. Confuso, perguntei, e ele disse que quando trabalhava em fábrica, os colegas iam ao sindicato cortar o cabelo, e era algo que diziam quando um operário voltava de cabelo curto; nisso, trouxe um pouco de sua própria história ao fazer o comentário.

Brincadeiras ligadas a aparência, ao jeito e vários elementos da forma de ser das pessoas que estavam na montagem, e em outros espaços que ocupei, eram comuns e recorrentes, especialmente quando parecia haver compreensão de que entre aquelas pessoas seria tranquilo que isso fosse feito. Ou seja, seria bem-recebido, tolerado ou poderia ser um convite a brincar junto. Essas eram as mais comuns. Por vezes, brincadeiras mais ácidas como a que a cooperada participou também acontecem, sendo um risco com esse humor mais crítico.

Essas nuances, é digno de nota, são mais da natureza do humor do que questões relativas ao modo de organização em autogestão ou cooperativa. Esses cuidados e riscos estariam presentes em qualquer espaço, e chegaremos nas possíveis particularidades mais à frente.

3.2.7. Cansaços e conciliações

Se o clima cotidiano na cooperativa frequentemente é leve e descontraído, frequentemente convive com a realização de um trabalho que, como um todo, é árduo. Compondo isso, três pontos recorrentemente surgiam — o cansaço físico, o sono e a conciliação de atividades.

No que tange o cansaço, ressalto a natureza física e braçal de muitas das atividades da cooperativa, especialmente na montagem de cestas. Muito do trabalho envolve levantar e mover peso, incluindo abaixar para pegar caixas com produtos que, quando cheias, podem estar muito pesadas (como em torno de 30kg, por exemplo). Os cooperados tomam cuidado para não extenuarem demais o corpo, pedindo ajuda para levantar e mover coisas pesadas demais, desenvolvendo técnicas de como carregar caixas com mais segurança e fazendo pausas quando necessário. Ainda assim, é algo que se alonga por horas. Em dias em que há um número maior de pessoas trabalhando e/ou se tem mais tempo para realizar as atividades, o cansaço das tarefas diminui, mas quando não, é muito cansativo.

Isso é somado à questão do sono. Como as atividades começam bastante cedo, em torno das 5h, é comum que os cooperados tenham que acordar antes ou em torno das 4h para fazerem as atividades; por vezes tendo outras atividades até à noite no dia anterior. Isso faz com que raramente os presentes tenham tido uma boa noite de sono anterior à montagem. Ouvi diversos relatos ligados a isso. Em uma conversa da qual participei, dois cooperados comentavam que com frequência dormiam pouco, com dificuldade de pegar no sono ou mesmo acabavam passando a noite em claro, por receio de dormirem demais e perderem o horário da montagem por terem que acordar depois de poucas horas dormidas. Ir às montagens “virado”, sem dormir, por vezes acontecia também quando um cooperado tinha que fazer atividades de logística indispensável, como receber alimentos na madrugada anterior. Mesmo que incomum, em mais de uma ocasião um ou outro cooperado deixou de ir às montagens ou se atrasou por ter perdido a hora ao dormir demais. Certamente isso não é exclusivo da Terra e Liberdade, mas parece intensificado por essa dinâmica.

Um fator que aparece intrinsecamente relacionado a essas questões é a necessidade de conciliação das atividades. Como dito anteriormente, a maioria dos cooperados precisa ter outros trabalhos para se sustentar financeiramente, fazendo com que seja necessário um esforço de conciliar essas diferentes atividades, e isso com frequência foi colocado como motivo de cansaço — como ter que trabalhar até tarde da noite e vir às montagens bastante cedo.

Guardadas às respectivas diferenças de lugar ocupado, acabei vivenciando algo similar. Frequentes foram as vezes em que fui dormir relativamente tarde, não conseguindo pegar no sono antes por estar pouco habituado a acordar quatro da manhã, tendo trabalhado até tarde, dormindo quatro horas no total, pegar ônibus, trabalhar na cooperativa um bom tempo, retornar

à casa, escrever diários de campo, trabalhar mais e tendo que descansar na metade do dia, dolorido, antes de retomar atividades depois.

Meu caso creio ser de menor intensidade do que o vivido pelos cooperados, que tem maior dedicação às atividades da cooperativa, indicando o peso que essas atividades podem ter no corpo e psiquismo do trabalhador. Há um cuidado para minimizar o peso disso, mas algumas vezes presenciei cooperados tendo que fazer pausas para descansar ou mesmo cochilar ao longo do trabalho. Em uma vez que ficou mais marcada, uma das cooperadas que tem mais horas dedicadas à Terra e Liberdade e lida também em atividades de gestão, e que com grande frequência aceitava horas longas e difíceis para viabilizar o trabalho, passou mal, possivelmente de exaustão, durante a montagem, tendo que pausar o trabalho e posteriormente voltar à casa para descansar. Eventos mais extremos assim eram raros, mas casos mais intermediários de cansaço não.

3.2.8. Da organização e dinâmicas de trabalho no cotidiano

Dito isso, há grande esforço pelos cooperados para que o fluxo do trabalho seja organizado e melhorado, tanto para que o trabalho seja mais eficiente quanto mais viável de se realizar. Apesar de a carga de atividades também dificultar dedicação de tempo para aprimoramento dos processos, é algo a que se atentam constantemente. Quanto a isso, merece ser dito que os processos de trabalho são razoavelmente bem-organizados. Várias das atividades têm horários específicos, pensados ao longo do tempo pela experiência acumulada e conhecimento de como as atividades podem funcionar e fluir melhor, considerando também a disponibilidade de cooperados-chave para determinadas tarefas.

Se existem atividades mais fixadas no tempo e espaço, há também uma flexibilidade e variabilidade significativas no trabalho que se relacionam intimamente. A questão da variabilidade aparece com frequência. Por vezes um ou outro produto pode vir em falta (como frente a chuvas e colheita menor que o esperado) ou em excesso (caso produtores enviem a mais por erro ou por generosidade), o que exige um ajuste na composição de cestas, e por vezes excessos são destinados à doação, guardados para outras montagens ou acrescentados a cestas como um “a mais”. Imprevistos em relação a outros momentos do fluxo de trabalho podem gerar mudanças em horários de trabalho, como alterações nos dias em que atividades de logística são feitas. Alterações de rota para entrega ocorrem com frequência para dar conta de

mudanças nas vendas, já que pontos de entrega adicionais surgem caso haja consumidores novos, e outros deixam de ser quando outros clientes param de comprar. Como já dito, o número de pessoas disponíveis na montagem também é variável, o que também altera o ritmo de trabalho.

Assim, há muitos pontos em que a variabilidade de fatores puxa, ou mesmo exige, uma flexibilidade das atividades realizadas. Se por vezes dificulta a organização e realização de tarefas, também permite que os cooperados possam colocar mais de si na forma de fazer as atividades, que, por mais que sejam braçais e por vezes repetitivas, permitem experimentações. Mais de uma vez em que estive presente e a montagem estava mais tranquila houve experimentações com formas de organizar as linhas de montagem de cestas para ver se poderiam ter outras formas mais eficientes e confortáveis. Para além do intuito da eficiência, é um trabalho que permite que os cooperados coloquem um pouco mais do seu jeito de ser e preferência em realizar a atividade ali — como usar uma técnica que prefere para cortar mandioca, em vez de seguir uma única hipotética maneira ideal. Mesmo que sejam variações sutis, permite uma criatividade na realização das atividades que as torna menos monótona.

Ao estabelecer uma dinâmica mais flexível e baseada na solidariedade, há espaço para que pausas, individuais ou coletivas, sejam feitas ao longo do trabalho. Era bastante comum que em algum momento da montagem alguém fosse em uma padaria próxima para pegar pães ou salgados para todos comerem e passasse um café ao longo do trabalho ou mesmo trouxesse de casa uma garrafa térmica com café preto. Essas pausas eram feitas algo intuitivamente, normalmente depois de algumas horas de trabalho e de se completar uma parte das atividades. O retorno ao trabalho também era feito de maneira mais intuitiva. As pessoas iam retornando aos poucos, ou alguém trazia algo como “Beleza, vamos voltar a trabalhar”. Não notei, nesse ponto, uma figura que estivesse mais responsável por esse retorno, parecendo que a responsabilidade da volta ao trabalho estava mais difusa entre os cooperados.

Creio que isso se relaciona com a ausência de uma hierarquização formal no trabalho da cooperativa — não existem chefes ou gerentes que possam mandar em outros, e mesmo os cooperados que ocupam um lugar mais de gestão não têm esse poder coercitivo. Esse ponto, ligado à proposta autogestionária, fomenta a responsabilização de cada um pelo seu trabalho e atuação, já que fazem parte desse todo coletivo. Uma questão concreta que surge a partir disso é de uma certa dificuldade em cobrar o camarada de trabalho frente a uma falta percebida. Como fazer isso? Se todos estão como iguais no trabalho, alguém tem legitimidade de cobrar o outro?

Esse é ponto colocado como difícil pelos cooperados no cotidiano, já que pode ser percebido como alguém querendo ser “patrão” do outro; e na outra ponta, pode gerar desresponsabilização e um trabalho insuficiente para o que a atividade pede.

Esse ponto por vezes gera tensões. Não existe hierarquia formal na cooperativa, mas existem lugares diferentes que as pessoas que nela trabalham ocupam, em grande medida ligadas à experiência de militância e trabalho que possuem. Alguns dos cooperados são dirigentes de um setor da Regional Grande São Paulo do MST e são figuras relativamente mais velhas do Movimento; e alguns deles são também os cooperados mais antigos e experientes da Terra e Liberdade. Fazem várias das atividades operacionais como todos os cooperados da Terra e Liberdade, e são alguns deles que majoritariamente se encarregam das atividades financeiras e de gestão da cooperativa. Todos os cooperados, e mesmo alguns aliados mais próximos, dão opiniões sobre o funcionamento e decisões da cooperativa, mas devido à sobrecarga de atividades, por vezes a responsabilidade sobre tarefas de coordenação fica nos ombros de alguns desses dirigentes. Isso é algo como a maneira possível de trabalhar, mas é trazido no cotidiano como um fator que por vezes gera atritos intra e interpessoais. Há um peso grande depositado e vivido pelos dirigentes, já que são as figuras que mais recebem críticas quando algo na cooperativa desagrade consumidores (se algum legume vem feio, são eles que geralmente recebem as reclamações), e por vezes estar nesse lugar mais decisório gera desconfortos entre os cooperados que não ocupam esse espaço.

3.2.9. Das dinâmicas relacionais — amizade, camaradagem, conflito

Dito isso, as dinâmicas relacionais entre os cooperados em grande medida se baseiam em serem relações de trabalho e no âmbito político de serem relações de camaradagem. Pela tarefa política que a cooperativa constrói, os cooperados compartilham de um horizonte comum de mudança, o que parece trazer algum grau de pertencimento a uma tarefa conjunta. Como dito anteriormente, há uma diversidade de origens e lugares dentro das esquerdas, mas o objetivo comum é o mesmo.

Como em qualquer outro espaço, certas pessoas têm maior afinidade com outras pessoas específicas, e no caso da Terra e Liberdade, momentos em que podem acontecer aproximações com os colegas de trabalho não são tão frequentes, considerando o reduzido tempo em que todos passam juntos. A atividade de montagem de cestas e as reuniões regulares são os

momentos em que a maior parte dos cooperados estão juntos, mas ainda assim a configuração de pessoas presentes não é fixa. Ao longo das montagens em que fui, alguns cooperados trouxeram comentários no sentido de que isso gera um certo distanciamento, algo bastante agravado pelo extenso período em que a cooperativa funcionou durante a pandemia do Covid-19, na qual muitas atividades eram feitas à distância e com uma quantidade reduzida de pessoas em um mesmo espaço. Esse momento se enrosca na questão da passagem de tempo, e o quanto dele foi compartilhado entre os cooperados. Pessoas que estão na cooperativa há mais tempo, e que puderam passar mais tempo juntas, por vezes têm maior intimidade, enquanto membros mais recentes que chegaram em momentos similares têm mais entre si.

Mesmo com esse relativo distanciamento que alguns cooperados sentem, presenciei relações majoritariamente leves no cotidiano, especialmente na montagem, e de genuína amizade entre vários dos cooperados. Numerosos são os momentos de riso e alegria mesmo com o cansaço ali. Há de se considerar, no entanto, que minha presença e o próprio espaço da montagem ser de um momento mais operacional e agitado são recortes relevantes para a forma como as relações no cotidiano se dão. Como é um momento de trabalho, de resolução de atividades com um prazo relativamente restrito, há pouco tempo para conflitos e discussões maiores. Isso não impede que eles emergem no cotidiano, especialmente considerando que a tarefa a ser feita é grande, e eventuais discordâncias surgirem. Do que pude presenciar, esses conflitos foram majoritariamente cotidianos ou mais velados, como podemos considerar a brincadeira sobre a colega “não ser de treta”. A maioria deles era ligado ao trabalho em si. Em uma das primeiras montagens que fui, um aliado próximo da Terra e Liberdade estava ajudando com parte da montagem entre outras atividades que tinha e descobriu, junto de uma cooperada, que vários sacos de arroz orgânico haviam passado da validade. Frente a isso, disse, algo duramente e várias vezes, que aquilo era um grande desperdício, uma pena, que aquilo não podia acontecer e que tinha sido um vacilo — não colocou diretamente como um vacilo dos cooperados, mas é o que ficou implícito. Esse era o tipo de situação mais comum e aberta de conflito que presenciei.

Eventuais conversas sobre problemas e conflitos externos à cooperativa por vezes também aconteciam. Aqui, conversas sobre questões pessoais eram comuns e outras ligadas a questões ou discordâncias com figuras da extrema direita também, essas sendo ditas com tranquilidade, com uma compreensão de que quem estava ali era de confiança para se falar

sobre isso. O tópico mais sensível era sobre eventuais discordâncias com outras pessoas da esquerda, especialmente aquelas com que se tinha algum grau de parceria.

Para exemplo, em uma montagem presenciei dois aliados conversando sobre movimentações políticas de vários movimentos e grupos de esquerda, especialmente ligados à proximidade das eleições de 2022. Um desses aliados, que chamarei de Rogério, que vem de uma base anarquista, depois de tecer várias críticas a figuras e posições tanto de esquerda quanto de direita de quem discordava, criticou irritado um influente político de esquerda que é próximo ao MST e vários outros movimentos relacionados, dizendo que seus seguranças por vezes eram repressivos contra militantes anarquistas em manifestações. No mesmo dia, um aliado do Galpão Agroecológico brevemente passou pela montagem, e Rogério disse, algo indiscretamente, que aquele homem deveria ser encrenqueiro. Frente a isso, seu colega colocou que ele deveria tomar cuidado com esse tipo de fala, porque pode dar briga — dando a entender que esse tipo de discurso já gerou questões no passado.

A postura de Rogério, aliado que vi poucas vezes, de trazer críticas a camaradas próximos, mas que divergiam em alguns pontos (particularmente os comunistas), era algo que gerava um incômodo mais nítido entre as pessoas na montagem, algo mais percebido por falas como essa de seu colega e pelo silêncio dos outros frente a essas colocações. Creio ser mal-recebido, não apenas pelo incômodo, mas por ser uma crítica a camaradas em um momento político eleitoral em que alianças estavam sendo enfatizadas e em um espaço de cooperativismo com implicação política e que tece um horizonte compartilhado progressista, mas com pessoas que possuem divergências em focos e perspectivas ideológicas.

Entre os cooperados, esse tipo de colocação explícita e sem sutileza era raro, e parecia ser tratado com mais cuidado. O fato de eu ter presenciado poucos conflitos maiores nas montagens é um recorte relevante. Isso será retomado ao falar das entrevistas, mas soube que aconteceram conflitos grandes e duros na história da cooperativa, e que questões maiores são discutidas em reunião ou entre as pessoas em momentos e espaços mais seguros e dedicados a isso. Mesmo que não seja fácil, há um cuidado para que esse tipo de conflito não aconteça ou estoure de qualquer maneira.

3.2.10. Solidariedade e cuidado

Se conflitos e divergências ocorrem, é digno notar a solidariedade e o cuidado com o próximo que pude presenciar e ouvir sobre. Com frequência isso acontecia de forma cotidiana. Um exemplo seria o que uma cooperada colocou como sendo de uma solidariedade mais material. É o trazer uma garrafa térmica com café de casa, mesmo acordando de madrugada, ou buscar pães de queijo para a montagem. Também aparece frente a situações que exigem algum manejo. Se alguém passa mal, ou algo acontece que dificulte uma pessoa a estar na montagem, era comum que houvesse compreensão do que houve e se desse um jeito de cobrir pelo colega. Há a preocupação concreta em dar conta do trabalho, mas raras foram as vezes que, frente a um empecilho desses, a resposta foi pressionar ou cobrar para que a pessoa trabalhasse apesar dos problemas. Mais comum era o confiar que a colocação do outro era legítima e importante e manejar a partir daí. Aqui, isso se estende para além de questões de saúde. Soube que um cooperado havia pedido para um colega que fizesse uma atividade no fim de semana em seu lugar para que pudesse ir em um encontro romântico, que não estava conseguindo ir havia semanas por ter que dar conta de diversas atividades. Pedido esse que foi acatado com felicidade, mesmo sabendo que iria acrescentar ao cansaço. Esse é um exemplo dentre muitos.

Creio que essa postura solidária se imbrique em uma generosidade para com o próximo, espontânea e despretensiosa. Em uma das montagens em que estive, trabalhadores da prefeitura passaram boa parte da manhã fazendo alguma obra na rua logo em frente ao Galpão. Percebendo isso, os cooperados aproveitaram um excedente de produtos naquele dia e montaram pequenas cestas para os trabalhadores, que receberam alegres o presente. Em outro dia, já em outro entreposto, uma pessoa em situação de rua conversou conosco perguntando se poderíamos ajudar com um suco ou outra bebida. Um dos cooperados passou algum tempo conversando com ele, dizendo que tinha alguns alimentos e frutas. O homem disse que não podia comer, por estar com o estômago tão frágil que conseguiria apenas tomar bebidas, e o cooperado dedicou um tempo para arranjar um suco restante para ele. Em menor medida, eu próprio fui incluído nesses atos de generosidade. Em um dia, alguns sacos de feijão haviam levemente passado da validade, ainda estando bons para consumo, mas inviáveis para venda, e me ofereceram um sem custo. Em mais de uma ocasião pude comprar a preço de custo itens como licores e doces da Terra e Liberdade. No período em que juntavam tudo para saírem do Galpão Agroecológico e irem para o entreposto seguinte, foi necessário dar algum caminho para produtos impróprios para venda, como um pote de vidro de mel bom, mas rachado, e pude levar esse mel e outro item de presente. Em outro dia, quando sobrou exatamente uma caixinha de morango que seria vendida, também pude levar de presente. Sempre que eu reagia com algo como “Caramba,

obrigado! Me fala o valor que passo”, os cooperados consistentemente diziam que não era necessário, era algo tranquilo e que era um presente. São alguns exemplos, mas pude presenciar muitos outros, seja nesses atos de dar presentes ou por ações solidárias e generosas um para o outro.

O cuidado para com o outro parece entrar nessa mesma dinâmica, transcendendo aquilo que é das relações de trabalho e as atividades da cooperativa em si. Diversas vezes pessoas com mais intimidade um com o outro falavam ao longo do trabalho de questões íntimas, como sobre questões de vida amorosa difíceis ou mesmo interrompiam o trabalho para dar apoio. Nisso, parecia haver mais espaço para a honestidade frente ao que acontecia de difícil. Mais uma vez, eu próprio me inseri nessa dinâmica. Em uma pausa para café com um dos cooperados, conversamos sobre questões de sua vida e mudanças importantes que passava.

Em meu caso, algumas situações me marcaram e emocionaram, e guardo com afeto o cuidado inesperado que recebi. Ao longo do período que estive com a Terra e Liberdade, meu pai, que estava com um câncer em estágio avançado, gradualmente piorou até falecer. Consegui, com dificuldade, seguir com minhas atividades, acompanhar a cooperativa nas montagens sendo uma delas. Mas estar presente é muito diferente de estar bem e em várias montagens eu estava visivelmente abatido. Vários dos cooperados me acolheram de forma ou outra, e uma delas me perguntou mais diretamente se algo estava acontecendo, já que estava “borocoxô”. Me senti confortável em contar o que se passava e fui acolhido, nessa pausa espontânea que aconteceu em momento de baixa de uma montagem. Até fui avisado que caso precisasse, poderia chamar para um café ou cerveja para conversar.

O café acabou acontecendo sem planejamento durante a IV Feira Nacional da Reforma Agrária, em que a Terra e Liberdade participou, e onde eu estive algumas horas como feirante auxiliando-os em um dos dias. Quando eu estava indo embora, essa cooperada estava saindo de próximo à barraca para ir a outro lugar, e nos sentamos ao lado do palco do evento para conversarmos e tomarmos um café. Trocamos sobre a vida, com ela trazendo de uma situação difícil em sua vida pessoal, e eu contando da morte do meu pai, que naquele momento fazia pouco mais de um mês.

A conversa não foi muito extensa, mas foi profunda, e raras vezes presenciei um cuidado e solidariedade dessas com alguém que, por mais que tivéssemos trabalhado juntos e conversado de coisas importantes, havia tido relativamente pouco contato. Creio que isso se

deve em grande medida à dinâmica de solidariedade que é tecida a partir de uma cooperativa de economia solidária e pelos laços de camaradagem que se estabelecem frente à tarefa comum ali construída. Nas quais eu, mesmo que como pesquisador e estrangeiro inicialmente, fui me inserindo e participando.

4. Entrevistas com os cooperados

O contato com a realidade da cooperativa só foi possível pela observação-como-participante em seu cotidiano, mostrando questões relevantes da Terra e Liberdade e apontando pontos de investigação a serem explorados. As entrevistas feitas próximas ao término da pesquisa de campo atuaram aí e apontaram questões mais ou menos pulsantes para os cooperados e em relação à cultura solidária. No total foram entrevistados quatro membros da cooperativa, com cada entrevista sendo feita ao longo de duas ou três sessões de entrevista.

Para apresentar essas entrevistas, segui as recomendações de Ecléa Bosi (1993) e bebi de considerações como as de Samir Mortada (2022), tomando um cuidado para que a totalidade de sentido das entrevistas se mantivesse, mesmo que os relatos em si tivessem que ser editados devido ao comprimento das entrevistas e a questões de sigilo dos participantes. Essa edição também incorpora as considerações de Romeu Gomes (2016), já incluindo um processo de exploração do material e decomposição deles em unidades que se relacionam com os temas da pesquisa como um todo. A organização e preparo das entrevistas foi inspirada também pelo trabalho de Raul Gomes de Almeida (2021).

4.1. Marcelo

Marcelo é pesquisador, engenheiro e cooperado da Terra e Liberdade, sendo também seu fundador remanescente. Também foi um dos dois cooperados que me acolheram na aproximação com a cooperativa, apresentando-me aos colegas e facilitando minha inserção junto deles. Conversamos pela primeira vez por videochamada no começo de 2022, ainda pensando na segurança contra a Covid-19, quando pude apresentar a proposta da pesquisa. O tema, como de hábito, gerou uma mistura de curiosidade e estranhamento. Ainda assim foi bem acolhido, da mesma forma como foi o interesse pela cooperativa. Vi Marcelo frequentemente nos trabalhos com a Terra e Liberdade. Sempre cuidadoso e interessado, perguntando como estava e como andava o trabalho, e igualmente corrido, raramente ficando muito tempo na montagem, tendo que resolver coisas aqui e ali.

Crescendo

Nascido em 1991, Marcelo é paulistano. Criado em uma configuração familiar não-tradicional, pensa que isso pode ter trazido um olhar diferente em relação ao mundo. Como coloca: “O que era tido como normal nunca foi normal para mim”. Vindo de uma família

majoritariamente de esquerda, lembra de já pequeno acompanhar manifestações, e foi por um tio-avô jornalista que teve seus primeiros contatos com as obras de Marx.

Circunstâncias familiares permitiram que Marcelo estudasse em sua infância em um colégio tradicional e particular de elite. Se ali tem acesso a um alto padrão de ensino, também vive o contraste do convívio com colegas que vinham de famílias com muito mais dinheiro que a sua. Se já era de esquerda, coloca que essa situação fez com que desenvolvesse um ódio de classe que o levou a querer ser melhor que os colegas, mas nos termos meritocráticos incentivados pela instituição.

No colegial, pensa sobre o que fará no futuro. Gosta de mar, importa-se com questões ambientais, crise climática, tem interesse por História e Filosofia. Incentivado pelos familiares, entra em Engenharia Ambiental na USP, pensando que teria mais oportunidades. Em seu primeiro ano, desilude-se com o curso, deixando de ir por alguns meses, e foi esse o momento em que teve que cuidar de sua avó, que piorava com Alzheimer. Apesar da situação, continua na faculdade e em seu segundo ano conhece Roxo, um doutorando da engenharia de produção, que se torna referência em vários aspectos. Roxo era militante do MST e do anarquismo organizado, movimentos que servem de inspiração para Marcelo, que passa a se engajar. Sempre fora de esquerda, mas algo superficialmente — era marxista? Anarquista? Com esse momento, passa a estudar mais, a se engajar no grêmio de sua faculdade em uma chapa de oposição, filia-se a um partido de esquerda, mesmo com críticas ao processo eleitoral e ajuda a montar uma bomba de ligamento em um assentamento. Em um grupo de extensão, discute questões climáticas, de software livre, agroecologia — e começa seu contato com o MST, a partir de onde vai se engajando organicamente no Movimento.

Trabalhando e militando

Na narrativa de Marcelo, os caminhos do trabalho e da militância com frequência se entrelaçam, culminando em seus trabalhos atuais e na atuação na Terra e Liberdade. Chegaremos lá.

Já pequeno, Marcelo por vezes vendia balas na escola para conseguir ter algum dinheiro para poder sair e se divertir, e no colégio deu aulas particulares de física. Adolescente, auxiliava um tio que dava aulas de mergulho, algo que gostava de fazer. Enxerga o dinheiro que tirava dessas atividades como simbólico e não as considera como propriamente trabalhos, mas as inclui ao fazer sua narrativa de história de trabalho. Na faculdade, engaja-se em uma série de projetos de extensão e iniciação tecnológica. Formado, sua atividade principal por um tempo

foi em uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, trabalhando em tempo integral. Faz alguns bicos como MEI em engenharia ambiental, economia solidária e perícia ambiental. Depois, entra no mestrado como bolsista, e é no meio desse processo que começa as atividades que dariam origem à Terra e Liberdade. Passa também a trabalhar com consultorias de ergonomia e psicodinâmica no fim dessa pós-graduação. Pouco tempo depois, ingressa no doutorado como bolsista, no qual segue atualmente, conciliando com as atividades de consultoria e da cooperativa.

As atividades que toca em grande medida tiveram inspiração no contato com Roxo na faculdade e em sua inserção em um grupo de extensão ligado a agroecologia entre 2011 e 2012. Marcelo coloca que a agroecologia se tornou forte fonte de construção de sentido para ele, e que se encontrou na engenharia ambiental por conta dela. A partir daí, vai tecendo sua militância, começando com aproximações com o MST nos assentamentos de São Paulo e se organiza junto a anarquistas especificistas (que prezam por maior organização política e o desenvolvimento de uma práxis e teoria anarquistas mais definidas), meio em que Roxo também estava. Inicialmente tinha uma perspectiva de construir um programa especificista dentro do Movimento e vai participando organicamente como aliado. Ocupa terra, faz seu TCC na Comuna da Terra Irmã Alberta, participa de eventos e encontros importantes. Em um processo orgânico, Marcelo viu sentido na militância e foi participando e assumindo responsabilidades. Em 2016, é convidado para fazer parte da direção da Regional Grande São Paulo, indicado pelos assentados do Dom Pedro Casaldáliga e, quando a organização anarquista do qual participava se distanciou do MST, saiu dela e se manteve no Movimento.

Para Marcelo, sua militância ter sido construída de uma forma orgânica, e pela base, e sua indicação à direção ter vindo deste lugar, é fundamental:

(...) Ocupei terra, em ocupação mais simbólica, em ocupação que foi mais ocupação mesmo, tomei despejo junto... não estava morando, mas no dia do despejo acordei 4 da manhã, corri para lá, entendeu? Tem uma história construída aí. Pode ser questionada, claro, não estou falando “Nossa, é exemplar”, não sou exemplo de liderança para ninguém, não é isso, tenho várias autocobranças com as minhas falhas. Hoje eu coloco vários limites de ordem pessoal, eu quero ser um vovô militante, mas um vovô que não vai se espanar fazendo tudo (...) Mas, bem ou mal, eu construí uma história que foi construída pela base, fui indicado pela base. Isso para mim é muito importante. (...)

Junto de sua tecitura de trabalho e militância, Marcelo tem que manejar outras questões de ordem pessoal, o que o leva a repensar a maneira como levava sua vida. Reorganiza-se frente a isso, aceitando e colocando mais limites às tarefas concretas e às cobranças ligadas a elas.

É nessa convergência de fatores, nessa tecitura conjunta de trabalho, militância e vida, que o embrião da Terra e Liberdade surge.

A Terra e Liberdade

Como dito anteriormente, a Terra e Liberdade propriamente dita começa em 2017, mas iniciativas anteriores, menores, tiveram início em 2016, mesmo ano em que Marcelo entra na direção. Aqui ele tem lugar importante, por ter sido um dos três militantes presentes nessa criação e ser o fundador da cooperativa remanescente na Terra e Liberdade. Assim, o que é a história de Marcelo, e o que é a história da cooperativa, mesclam-se.

Pouco antes de entrar na direção, em 2016, surge um desejo vindo do assentamento Dom Pedro Casaldáliga pela construção de uma CSA, uma Comunidade de Suporte ao Agricultor, que é um grupo de consumo, tendo base em outras iniciativas anteriores. De acordo com Marcelo:

(...) E a galera via isso como um voluntarismo, um bom-mocismo dos caras — “Deixa eles, mas isso não é nossa estratégia”. Que aí ia lá e pagava a banana estragada, e o alface zoado... “Ah vamos ajudar o MST”, era essa a pegada, e beleza. (...)

Em torno desse momento, cresce o mercado do consumo consciente, mas não havia ainda estrutura no Movimento que abarcasse isso ainda. A estratégia da Regional era voltada para o mercado institucional, para as políticas públicas, e mais especificamente, para o PAA, que comprava quantidades maiores de alimentos após um período fixo e relativamente longo (Ex.: 5 mil pés de alface em 6 meses).

Com o governo Temer, o orçamento para o PAA cai drasticamente, e surge uma necessidade imediata de pensar estratégias para escoar a produção dos assentamentos. Como solução rápida frente à demanda urgente, essas iniciativas antes vistas como voluntarismo se tornam mais importantes e vão ganhando mais tamanho, com parcerias com sindicatos, grupos de extensão universitários e outros. Marcelo coloca que havia consciência de que no mercado direto, com o consumidor final, tem-se melhores preços, e é mais possível fazer trabalho de base e difundir os assentamentos. Mesmo que na urgência e da forma como era possível, as iniciativas vão tendo resultados, e Marcelo e seus camaradas militantes vão acumulando a reflexão de estabelecer uma cooperativa de comercialização, pensando também isso como forma de o Movimento poder se financiar de modo mais independente.

Em relação à sua vida, Marcelo entende que era um momento propício para se dedicar a isso, estando com uma bolsa de mestrado e custos de vida relativamente baixos, e se debruçou

na construção do que viria a ser a Terra e Liberdade. Conta que esse começo foi algo difícil e conturbado, com uso de um grupo de *WhatsApp* em que eram feitos pedidos, mas havia conversas de todo tipo, correntes de mensagens, uso do carro emprestado e bastante estresse. Nesse começo, um dos companheiros fundadores sai, tendo passado em um concurso, e outro colega militante entra para fazer muito da logística. Coloca que essa relação foi se desgastando, pelo colega ter uma perspectiva de trabalhar “para” e não “com” a cooperativa, e se lembra desse momento como tendo sido conturbado e árduo. Pelo estresse da atividade e desgaste dessa relação, Marcelo coloca que os três despejavam questões um no outro, tornando a convivência bastante difícil.

Com a saída desse colega, já com a Terra e Liberdade tendo um nome, outras pessoas se aproximam da cooperativa. Silvia, veterana de faculdade de Marcelo, entra com uma perspectiva de aprimorar a tecnologia, muda as vendas para um novo formulário Google e depois cria o site atual da cooperativa. Seu colega fundador que permaneceu, cansado do trabalho, avisa do desejo de sair, mas não queria deixar Marcelo e Silvia na mão. Assim, Sofia e Murilo, cooperados e membros da direção Regional do MST, entram organicamente na Terra e Liberdade, incentivados por esse colega, que sai logo em seguida. Carlos, também militante do MST, chega pouco tempo depois. Em 2020 chega Renan, e pouco tempo depois, entram Vinícius e Rafaela na cooperativa. Com exceção de Vinícius, os outros cooperados seguem na Terra e Liberdade, e Marcelo é o cooperado que a acompanha desde sua criação.

Na cooperativa, Marcelo já fez um pouco de tudo ao longo desses sete anos desde as primeiras atividades no embrião da Terra e Liberdade. Atualmente, foca principalmente em atividades gerenciais, estratégicas e financeiras à distância, com trabalhos operacionais (como entregas) ocasionais. Muito disso envolve falar com assentados e grupos de consumo, combinar entregas, feiras e encomendas, olhar para o financeiro, além de alimentar e pensar planilhas; mas essas atividades mudam conforme a necessidade.

Do sentido do trabalho na cooperativa e na militância

Para Marcelo, muito do trabalho que faz na Terra e Liberdade e da militância que tece junto ao MST é dotado de sentido, e considera que é aquilo que mais o mobiliza. Entende o trabalho na cooperativa como luta em si e como via para pensar autofinanciamento da luta política e para aumentar a independência de classe do movimento social, eixo do trabalho militante que baliza esse sentido. Em menor medida, coloca que o crescente reconhecimento do

trabalho da Terra e Liberdade, em parte pela presença crescente em redes sociais, mas principalmente pelo Movimento em si, serve como motivação para o trabalho.

Mas Marcelo coloca que esses, sozinhos, não sustentam seu engajamento. Afirma que os laços que foi constituindo o ajudam a se sustentar no trabalho — esses laços de camaradagem e amizade que tornam uma atividade frequentemente difícil mais manejável. Aqui, isso não se dá apenas com os cooperados, mas em grande medida com as pessoas dos assentamentos, no caso de Marcelo principalmente com os do Dom Pedro Casaldáliga. Marcelo rememora um exemplo que o marcou, e explica isso:

(...) Tem esse horizonte ideológico... Mas tem o dia a dia, e tem um outro elemento que é muito importante, talvez até mais importante que esses dois, é dos laços pessoais que, no meu caso principalmente com a galera do Dom Pedro (...). A gente sabe, a gente vê certas famílias mudando de patamar... Quando eu fui lá na casa de uma delas, levar uma assentada depois da Feira das Mulheres, cheguei lá e ela falou “Vem ver meu banheiro! Tem um box”. O banheiro não tinha box, a cozinha dela, ela estava cozinhando à lenha dois anos atrás, hoje ela está com cozinha reformada. Então a gente... O impacto na vida das pessoas, que a gente foi estabelecendo relações, faz dez anos já que eu conheço ela, sabe. Então tem esse lado, das relações com as pessoas dos assentamentos que é muito importante, porque só o sentido macro assim não sustenta isso. É no dia a dia, ela me liga, aí não posso atender porque estou trabalhando, aí posso atender e ela “Ah só queria te encher o saco mesmo” (risos), esse tipo de coisa (...). Rola um cuidado nisso, um querer bem e um certo... A gente foi muito não reconhecido por estar entregando pouco, menos, gerando renda, mas isso começou a mudar de um tempo para cá, a gente foi se tornando mais relevante. Então o reconhecimento (...) mais de uma gratidão, não é um reconhecimento profissional. Reconhecimento profissional eu tenho com o Murilo, com a Sofia, com a Clarissa, com o Carlos... É tipo mano, porra velho, você está pegando a minha produção, e eu não estaria conseguindo escoar velho, valeu. E isso sustenta muito mesmo, motiva e engaja (...).

Essa cena e outras que envolvem poder ver como sua atividade impacta positivamente a vida de outra pessoa e o reconhecimento vindo disso marcam várias falas de Marcelo. Reforçam a importância das relações nesse processo de construção de sentido em relação aos colegas da cooperativa, aos assentados e aos consumidores. Sobre os consumidores, os quais existem vários tipos, Marcelo coloca que teve experiências marcantes com consumidores mais engajados, militantes, especialmente dos grupos de consumo responsável — mas sente que outros consumidores poderiam ser mais engajados e teve experiências difíceis com alguns clientes que coloca como “clientes-rei”, depositando muitas cobranças, e por vezes frustrações desmedidas, nele e em seus colegas.

Para Marcelo, as relações e laços que estabelece nessas atividades são muito importantes para seguir com o trabalho e a militância, mas por vezes são intensas, o que atribui em parte à fluidez do trabalho na autogestão. Falando disso, Marcelo lembra de uma fala de um cooperado de uma fábrica recuperada que acompanhou no seu mestrado:

(...) E eu vi isso na fábrica, falei isso para você, do cara que era operador de máquina, que tirava bombola lá, que falou “Mano, se fulano chega pra mim e não dá bom dia, meu dia já é outro, se me dá bom dia é um dia bom, se não dá bom dia é um dia ruim”. Bom, olha o nível, de um bom dia para o outro te afetar tanto assim, e já rolou comigo várias vezes isso, principalmente nesse momento pandêmico (...)

Se as relações certamente são centrais, também são complexas e por vezes difíceis, como traz nesse trecho em que descreve uma identificação com o operador.

Relações com os trabalhos

Refletindo sobre a relação que estabelece com os trabalhos que faz, Marcelo diz que nunca trabalhou em um espaço que fosse muito disciplinar e que tivesse uma cobrança organizacional grande, passando por diversos projetos com alto grau de autonomia e responsabilidade individual. A consultoria, o espaço mais estruturado em que está, é lugar em que vive cobranças relativas a entregas de trabalho, mas por ser uma atividade ligada à saúde mental, há compreensão dos pares frente a eventuais atrasos e apoio deles com outras questões. Conforme diz, majoritariamente o incomoda a autocobrança e preocupação ao furar prazos.

Em relação à pesquisa de doutorado que realiza, já traz mais questões. Por ser um tipo de atividade mais aberta, com prazos muito distantes, enxerga o trabalho como potencialmente infinito, dando abertura para ansiedades e comparações com outros autores do campo, e que é uma atividade frequentemente solitária. Próximo das datas de entregas, como a qualificação, coloca ficar “biruta”, bastante ansioso e preocupado.

Reflete mais ao pensar sobre as experiências que teve na autogestão, também por se dedicar bastante a esse campo:

(...) Aí na Incubadora eu fui meio *workaholic*, mas acho que é isso. E na Incubadora talvez seja meio que nem na Terra e Liberdade, tem um monte de coisa que emerge, bolas que são levantadas, que se ninguém pegar e cortar, elas não são cortadas. Algumas tudo bem, que são bolas nada a ver que nem devia m ter sido levantadas, mas tem outras que, se ninguém cortar, fodeu. E aí começo a me responsabilizar muito. Aí tem algo que acho que é importante — essas organizações mais autogeridas, que buscam... e que têm vínculos pessoais... (...). Rolam umas transferências pesadas nessas organizações. Quando as metas são meio soltas, onde o próprio estudo organizativo é meio solto, e isso não é igual a autogestão necessariamente, mas na autogestão é mais fácil que seja assim, eu acho. Aí eu chegava em casa e estava falando do trabalho e me colocava demais na Incubadora e acho que na Terra e Liberdade é assim também. Se coloca demais, aí fica mais fácil levar para o pessoal, as transferências são mais fortes. (...)

Como coloca, há uma quantidade grande de demanda nos espaços de autogestão em que estive, em parte pela falta de recursos na Incubadora (frente a cortes de verba e conjuntura política) e no contexto em que a Terra e Liberdade surge, algo que se compõe com um cenário de incerteza econômica. Frente a isso, Marcelo se sente pressionado a se responsabilizar, já que

o não-cumprimento de certas demandas traria consequências graves. Coloca que a cooperativa é comparativamente mais desestruturada em relação aos outros trabalhos que realiza, e que isso abre margem para que as novas demandas que surgem desorganizem seu tempo, vivência que considera difícil. Ter que dar conta de uma grande quantidade de coisas não necessariamente relacionadas também dificulta o desenvolvimento profissional, já que interfere com o foco em se especializar em determinadas atividades ou com o tempo que tem para se dedicar a outros campos de atuação.

Pensando sobre a vivência na cooperativa e na autogestão, Marcelo entende que a vivência subjetiva se relaciona muito com a situação objetiva, nesse caso ligado ao mercado. Um elemento que entende poder ser especificidade da autogestão e que é difícil de manejar é a abertura para que qualquer um possa ajudar ou querer saber da tarefa do outro:

(...) na cooperativa, cada um está tocando uma tarefa, e talvez seja uma especificidade da autogestão, qualquer um pode ajudar ou querer saber da tarefa do outro. Só que você está numa outra relação com o tempo, numa outra relação com a ansiedade, isso rolou, por exemplo, quando eu estava na qualificação, de uma pessoa querer saber de certas coisas que eu não estava olhando, mas ela estava num momento de uma ansiedade com relação a isso, e isso desestabilizou um pouco o coletivo de trabalho naquele momento. O coletivo de trabalho naquele momento era eu e mais uma pessoa que estavam cuidando do financeiro, mas a gente estava sem os dados muito bem planilhados e fomos demandados porque uma pessoa olhou e falou “Caramba, a gente tá com o caixa no negativo”, aí entrou na ansiedade, e ela ter entrado nessa desestabilizou nossa gestão naquele momento. Pelas tarefas serem mais fluidas, a gente tem que lidar com zonas de incerteza e defesas coletivas que não são... Por exemplo, eu e a outra pessoa que estava olhando para isso vivíamos aquela incerteza no dia a dia, mas a gente tinha desenvolvido uma forma de lidar (...) Só que existe isso, quando um vai olhar a tarefa que o outro tá tocando, vai com o tempo dele, com a ansiedade dele e atravessa o tempo do outro naquela tarefa, e às vezes isso pode ser contraprodutivo para tocar aquela tarefa (...)

Se esse aspecto pode gerar mais apoio e flexibilidade, ele entende que subjetivamente traz desafios ao correr o risco de desorganizar o trabalho e aumentar ansiedades. Marcelo entende que essa fluidez do trabalho, junto do alto grau de sentido que tem a atividade da cooperativa para muitos, abre margem para cada um depositar questões muito pessoais na relação que estabelece com o trabalho e com os outros. Se isso dá mais abertura para amizade e acolhimento, sente que isso aumenta as ansiedades e a intensidade das relações.

Outro elemento que percebe e com o qual tem dificuldade é cobrar os colegas da cooperativa. Pela ausência de hierarquia formal e por essa mistura daquilo que é mais de trabalho e mais afetivo, sente ser difícil cobrar o outro para a realização de uma tarefa, mesmo que ela precise ser feita.

Pelas atividades que realiza, Marcelo frequentemente ocupa um lugar de gestor em uma autogestão, lugar que acha difícil de ocupar, enxergando ser um lugar em que se precisa trabalhar muito para ser legitimado pelos pares. Ao refletir sobre isso, entende haver uma diferença entre um gestor que trabalha desenvolvendo pessoas e tendo um olhar estratégico, e aquele em uma empresa capitalista que foca apenas no lucro:

(...) E aí essa é uma discussão muito louca que eu estou começando a fazer agora, de o que é a gestão. Se a gente pensar a gestão numa empresa capitalista, grande, do mundo corporativo, você vai ter os gestores de baixo a médio nível, que são a galera que tem ali uma experiência prática, e que tão subindo, e que podem estar subindo por dois motivos, ou por vestir pra caralho a camisa da empresa e vão ser os capatazinhos, ou porque é uma pessoa boa de desenvolver as outras e tem um olhar estratégico e se responsabilizar. E mesmo o capatazinho tem um pouco disso, só ser capatazinho que não se responsabiliza não é o que vai fazer subir, é assumir as tarefas e assumir as buchas. E aí você chega num nível em que a gestão se perde completamente dessa dimensão de se responsabilizar e ajudar a desenvolver a equipe, mediar conflito e passar experiência e propiciar cooperação, e vai virando colocar os critérios de valorização do valor pura e simplesmente, é... de uma dimensão que já não tem quase nada de humano, é onde se objetiva as relações humanas à lei do valor, a acumulação do capital, frente ao mercado, e óbvio, tudo isso tô falando mundo corporativo, tem que pensar qual mercado tá inserido isso, não é hegemônico, a gente tá num mercado bem específico...

Enfim... Esse gestor que desenvolve os outros é uma figura fundamental cara, e que na autogestão a gente várias vezes tende... sei lá, na fábrica o cara era invisibilizado, tinha que trabalhar pra caralho para poder... se autorizar e ser autorizado pelos demais, até na intimidade (...)

Esse lugar de gestor, ou de “não-gestor”, dada a falta de título formal e a dificuldade em se sentir legitimado nessa ocupação, é uma vivência difícil que Marcelo relata com um certo grau de identificação. Parte do desafio desse lugar vem de como ele é percebido pelos próximos, e Marcelo conta de um conflito difícil vivido na cooperativa em parte relacionado a isso:

(...) Eu acho que tem uma galera, mesmo o Vinícius, que vem de uma pegada mais autonomista e saiu da cooperativa, que sempre vem com um discurso mais trabalhista, ele era professor sindicalizado, essa é a cultura política dele, de denunciar por uma burocracia sindical, aí ele vinha “Ah, os patrão aqui, e tal?”, as brincadeiras assim, demandando como trabalhador de se desresponsabilizar, e isso é muito prejudicial para as relações na autogestão, quando você pega quem se responsabiliza, estereotipa como gestor, porque você tá se pondo como um trabalhador sem se responsabilizar, vai nas reuniões e fica quieto, entra puto e sai calado e depois quer opinar por fora, e aí se ele opina por fora e não é ouvido, entra num denunciamento, e isso corrói cara, porque depende, liberdade na autogestão vem com responsabilidade, tem que se responsabilizar cara (...)

Esse conflito foi mais amplo e complexo, mas parte da questão vinha desse posicionamento do colega de Marcelo, que é entendido como um deslegitimar quem se responsabiliza e o se desresponsabilizar como trabalhador, algo que de certa forma segue uma lógica sindical. Aqui, esse lugar de quem se responsabiliza, e por vezes cobra, dentro da autogestão, é visto como o de um patrão.

O cuidado em ser democrático e acolher pessoas novas nos processos, ao mesmo tempo em que se tenta construir estruturas organizativas com base na experiência acumulada para que os processos possam acontecer de maneira mais eficiente, é um balanço constante. Criar estruturas para que o trabalho flua melhor e conflitos possam ser mediados sem que a organização se torne disciplinar é um desafio, especialmente frente a pares que possam enxergar isso como uma forma autoritária ou de patrão.

Solidariedade e afeto

Ao longo das entrevistas, Marcelo traz diversas questões que vive na relação com a autogestão, a ponto de recear estar “jogando muita tinta” nela. Aqui, faz questão de levantar também aquilo que vê de potente nessa forma de trabalhar. Logo levanta poder contar com seus colegas e ter apoio frente à solidão:

(...) Às vezes eu me sinto meio sozinho quando tenho que assumir umas paradas meio invisíveis, mas eu tô ligado que se eu quiser tornar visível e pedir ajuda sempre vai ter, ou pelo menos algumas pessoas, mais da metade da cooperativa eu posso contar (...), comparando com os gestores nas consultorias a gente vê essa questão da solidão do gestor, e do bom gestor, não tô falando do gestor que é a reencarnação de uma lógica do capital, tô falando do gestor que não quer demitir os funcionários na pandemia e vende o apartamento do bolso pra poder manter o capital de giro da empresa, esse tipo de coisa eu acompanhei, e é muito solitário. Na autogestão não tem tanta solidão assim, e a gente sabe que pode contar. Às vezes umas tarefas são invisíveis e a gente fala “cara lho, ninguém tá vendo minha contribuição pro rolê”, mas no limite se eu pegar e mandar uma mensagem ou ligar dá para compartilhar isso, e está à mão, e quando o bagulho pesa a gente compartilha, a gente compartilha, efetivamente compartilhamos, não é só um credencial, a gente faz isso, e isso é muito bom, tipo. Essa gastrite, essa ansiedade, tem certos encaaminhamentos pela cooperação muitas vezes (...)

Como Marcelo coloca, frente a um mundo em que a lógica neoliberal se intensifica, e cada vez mais o indivíduo é responsabilizado, a autogestão aparece como uma forma de quebrar com isso, e sente que a dinâmica de fato se dá de forma diferente. Compara com as outras atividades que faz. Para ele, a pesquisa é marcadamente solitária. O trabalho com consultoria é bastante acolhedor e pode contar com apoio, mas no limite da atividade em que está engajado.

Frente a situações de dificuldade, Marcelo relata que pode contar com a solidariedade de seus colegas, chegando a colocar que com alguns “confia sua vida”. Traz diversos momentos em que isso ocorreu, seja com ele ou com seus colegas. Quando ele próprio precisava focar em sua qualificação de doutorado, quando Sofia queria fazer um curso, ou Murilo teve um show para ir, houve um compromisso coletivo com as tarefas para que fosse possível essa atividade excepcional de cada um. Por vezes isso gera atritos e desentendimentos, mas são muitos os exemplos que coloca dessas solidariedades no dia a dia.

Para além da solidariedade, muitas das relações que estabelece com os colegas são de grande amizade. Pensando sobre isso, Marcelo fica na dúvida se há algo de tão específico da autogestão ou da organização cooperativa que media o estabelecimento dessas amizades. Coloca que certamente o trabalho serve de mediação, e como já trouxe, frequentemente há maior intensidade dos afetos sentidos. Se há grande confiança e carinho, deslizos, atravessamentos e faltas contam muito também. Mas para além disso, atribui muito ao estreitamento de vínculos com o passar do tempo, com o convívio frente a uma tarefa comum, e a militância política como um intensificador dessas relações. Refletindo se a solidariedade e os vínculos são influenciados por ser uma cooperativa, diz:

(...) É... poderia não ser... Com certeza impacta, sim, mas acho que essas relações de solidariedade também existem frente à organização coletiva. Eu vi muito isso com bancários, na agência, que eles iam todo dia dar rolê depois do trampo e uma parte do que mantinha o grupo unido era falar mal do gerente, eu acho que no nosso caso com certeza, mas é... Não sei se isso é o que dá a liga, acho que criar a liga é... Nem sei dizer, é a convivência, e compartilhar tarefas, é o encontro recorrente, e no compartilhamento de tarefa vai construindo confiança, não afetiva mas pelo que o outro entrega, e aí também acho que talvez a cooperativa tenha questões quando o outro não entrega e quando o outro não entrega, e eu também, por causa dessa lógica, dos outros tramos e atravessamentos, isso atrapalha construção de amizade né. (...) Então ser uma cooperativa, como isso conforma (...), pondo mais à prova o valor das pessoas, porque é um valor tão grande que a atividade e o resultado da atividade ocupa... Talvez se fosse uma cooperativa que não tivesse tanto valor e tanta importância pelo menos para alguns de nós frente a um movimento, a um projeto político, talvez não seja uma especificidade da cooperativa. (...) A mistura de ser uma cooperativa, autogestão, pouco estruturada, mas ter um valor muito grande... Impacta esses laços de uma maneira que pode reforçar, mas os deslizos contam muito (...)

A questão do sentido da atividade mais uma vez surge como algo fundamental, e diversos outros fatores relacionais são elencados. Ser uma cooperativa é relevante, mas não é visto como o motivo único que atravessa essas relações, e tampouco a solidariedade estabelecida entre os cooperados.

Humor e lúdico

Perguntado sobre como enxerga o humor e o lúdico na cooperativa, Marcelo os entende como algo saudável e importante, por deixar o ambiente mais leve e o trabalho menos “neurótico”. Como coloca:

(...) você deve ter visto isso na montagem, mas sei lá, o Murilo é muito brincalhão, de fazer piada de besta, e eu perto dele vou ficando também. Eu era muito sério, demais eu acho, mas (...), eu dei aula particular de física e dava aula em cursinho popular de física, aí você vai meio que aprendendo a ser bobão, porque dar aula em cursinho sem fazer umas piadas, dava aula de física no Jardim Ângela, não tem como. E acho que o Murilo é isso elevado a décima quinta potência (risos), para manter essa metáfora, e isso vai contaminando numa forma positiva assim. E a Sofia também é muito palhaça (risos de M.), sempre com umas palhaçadas. Às vezes tem coisa com muita restrição temporal, e eu fico meio frito, mas vira e mexe a gente faz umas piadas nada

a ver... na imersão a gente fez uma hora lá, eu e a Sofia começamos a fazer uma piada e quebramos um copo assim lá em casa, enfim, tem várias cenas assim de... Ah, o Murilo ele tem uma cobra, você já viu quando você foi na *Jumper* com ele? Ele tem uma cobra de borracha. Aí às vezes ele deixa lá no Galpão em uma caixa assim a cobra. Puta, o Vinícius uma vez pegou um pau e foi tentar matar a cobra e não se ligou que era a cobra do Murilo (risos), enfim a gente faz umas piadas assim sim. Toda reunião tem alguma piada, tirando às vezes um com a cara do outro, mas às vezes com questões de fora, enfim. Tem, tem bastante. Não sei também se é específico de ser uma cooperativa também, mas tem (...)

Diz que já foi alguém muito sério, e que por vezes ainda cai nesse lugar, mas que por ter dado aulas em cursinho popular, e em parte pelas relações mais próximas, foi sendo mais aberto a brincadeiras. Vê que no cotidiano situações lúdicas e engraçadas são bastante frequentes, e que se juntar pessoas da cooperativa por algum tempo, imagina que acontecerão. Às vezes se sente estressado, “muito frito” pela restrição temporal e quantidade de coisas a fazer, o que o distancia desse lado mais brincalhão, mas justamente pelo peso da atividade, valoriza esses momentos como forma de tornar o trabalho mais leve e saudável.

Conta que ele e Sofia, pela amizade que têm, sentem-se à vontade para fazerem brincadeiras mais agressivas, de tirar sarro um do outro afetivamente. Coloca que já houve situações em que outras pessoas foram incluídas nisso e que não gostaram, mas logo isso parou, com um respeito para que isso não caísse em uma situação de desconforto ou assédio.

Marcelo traz relativamente pouco sobre isso, apesar de relatar ser algo muito frequente. Talvez justamente por ser cotidiano, é algo que é sentido como parte rotineira da dinâmica entre os cooperados, mas Marcelo não sabe dizer também se sente ter algo específico da organização cooperativa nisso.

Memórias marcantes, perspectivas de futuro

Quando pergunto o que mais o marcou em sua história com a cooperativa, Marcelo fica pensativo por algum tempo. Em seguida, traz alguns elementos — bastante positivos e outros bem negativos.

Negativamente, seu conflito com o colega no início da cooperativa ficou marcado, por ter sido um momento em que “o clima era muito ruim” e em que era demandado como um chefe, coisa que entende que não deveria acontecer em uma cooperativa. Outra situação que traz é de um evento em que levou pessoas de um assentamento a uma peça de teatro e encontrou uma companheira de um grupo de consumo. Quando uma conhecida mútua apresenta Marcelo, essa pessoa, que tinha uma relação com o Movimento e a militância, descarrega sua insatisfação com os produtos das cestas nele. Logo em seguida, encontra uma assentada —

coincidentalmente uma das que fez os produtos — e a elogia e trata com afeto e carinho. Esse não-reconhecimento, e ter “todo o ódio em cima dele”, marca bastante Marcelo.

Em contrapartida, a mudança da situação, melhoria de qualidade de produtos e ver o impacto que o trabalho da cooperativa traz, o marcou positivamente. Coloca que a viabilização do site da cooperativa foi um momento de satisfação, junto de poder fazer feiras a pela cooperativa. Marcelo traz várias situações menores que o marcaram, em grande parte ligado ao ver melhora na vida daqueles com quem trabalha — retoma a situação do box do banheiro de uma assentada, e de ela ter conseguido pagar por uma cirurgia de uma irmã, devido em parte pelo trabalho da Terra e Liberdade. No que tange à luta política, ter o reconhecimento da Regional foi importante, e os momentos em que pôde juntar a cooperativa com a luta, como quando auxiliaram na ocupação do acampamento Marielle Vive, são destacados como importantes em sua memória.

Em relação ao futuro, Marcelo fala bastante sobre os processos da Terra e Liberdade e um desejo de que seja possível profissionalizar a cooperativa. Pensa ser importante ter mais acertado o fluxo de trabalho, com dedicações de horas contadas e tarefas mais delineadas e com remuneração. Com isso, pensa que será mais manejável manter o trabalho e se dedicar a outras questões da vida, inclusive para desenvolvimento acadêmico e profissional. Junto disso, acredita no caminho de ampliar a relação campo-cidade, de classe e de abastecimento das “quebradas”.

Projetando-se junto à Terra e Liberdade ao futuro, deixo com Marcelo as últimas palavras:

(...) Profissionalizar, acho que tem muita potência a gente estar do lado de São Paulo, dá para crescer muito, mas tem que aumentar a produtividade do trabalho, tem que criar mais trabalho dentro da tarefa fluida, tem que ter mais padrão de qualidade, tem que rodar melhor assim, aí tem dificuldades de ordem externa e interna. Interna, a autogestão é um desafio e é um desafio bom, a gente quer manter esse desafio, é uma potência também... Mas como lidar com os diferentes tempos das pessoas, diferentes responsabilizações, profissionalizar também envolve isso, construir uma solidez maior de interação com o processo, (...), com maior solidez, e isso resolveria boa parte dos conflitos que a autogestão, porque não é só a autogestão, é a autogestão e é isso, crise econômica, conciliar com outras tarefas, outros tramos, e talvez não precise ser, “Ah, eu só trampo aqui 40 horas”, não é isso, não, ter vinte horas separadas para isso que eu consigo me organizar porque eu tô recebendo pra isso e consigo me organizar pra essas vinte horas separadas e faço outros tramos pra complementar a renda, outros estudos, e faço outras coisas pra me desenvolver, o que eu quero, coisas diferentes, mas aquelas horas tão ali separadas. E vai ter coisa que vai emergir, mas vai reduzir muito, é o que eu boto fé assim. Então acho que é isso assim, profissionalizar, aí avançar mais no abastecimento das quebradas, (...) tem uns grupos de consumo com preço mais barato, mas é pouco, eu quero ver a favela comendo alface do MST e sabendo que é do MST e discutindo e se organizando, como ampliar essa relação campo e cidade, numa relação de classe também, (...) E outro desafio

importante é... aumentar, melhorar a renda, melhorar a produção, o controle de produção, as técnicas, a diversidade nos espaços, é um desafio que a gente caminhou uns degraus dolorosos até (...)

4.2. Carlos

Carlos é engenheiro ambiental, pesquisador em mestrado e cooperado da Terra e Liberdade. Junto de Marcelo, foi um dos cooperados que me receberam na chegada à cooperativa. Tivemos nosso primeiro contato no começo de 2022, por videochamada, e acolheu com ânimo a proposta da pesquisa que trouxe. Ao longo da pesquisa de campo, tivemos contato frequente, já que parte grande do trabalho de Carlos é na montagem de cestas, e conversamos bastante fora da entrevista no percurso de caronas e em pausas no trabalho.

Crescendo

Paulistano, Carlos nasceu na metade dos anos de 1990 na Zona Norte da cidade de São Paulo, próximo ao Horto Florestal. Pequeno morou com os pais e lembra de sua infância com afeto, tendo relações fortes com as pessoas ao redor e especialmente com o pai, que era animado e divertido, e que animava para ir jogar bola. Conta também com carinho sobre a relação que tinha com a natureza. Viajava com frequência para visitar seu tio e primos em sítio e coloca que criou cedo essa relação afetiva de “gostar de estar no mato”. Isso se junta com a proximidade de sua casa do Horto Florestal, já que parte de seu quintal dava nele. Uma memória forte que traz é a de dar bananas aos macacos-prego que iam perto de sua casa, e deles “fazendo macaquite” — tirando telhas e caixas d’água do lugar por exemplo.

Adolescente, estuda em uma ETEC e passa no vestibular em Engenharia Ambiental e Urbana na Universidade Federal do ABC. Por dois anos faz o cansativo deslocamento da Zona Norte até a faculdade, até passar a morar com um amigo em uma república, onde fica por quatro anos. Com o fim do curso, muda-se para Santo André com esse mesmo amigo e depois retorna para São Paulo, onde morou em alguns bairros diferentes.

As experiências que teve na faculdade em grande medida deram indicativos de caminhos para a vida de Carlos. Uma das experiências mais importantes que elenca foi a de sua inserção em um laboratório de pesquisa, onde trabalhou com diagnóstico habitacional de uma cidade. Nesse espaço, conheceu sua orientadora, que diz ter sido uma “mãezona” que o apoiou em seus estudos e trabalhos. Essa figura de admiração também era referência em reurbanização de favelas, área pela qual Carlos se interessou bastante. No mesmo ano dessa inserção, entra em um grupo de agroecologia urbana da UFABC no qual organizava atividades, mutirões e trabalhos, e foi cada vez mais se engajando.

Caminhos da militância

Cada vez mais engajado e com a agroecologia crescentemente tendo sentido em suas atividades, em 2017 participa de um curso sobre agrofloresta em um assentamento do MST, momento este em que tem uma aproximação forte com o Movimento, aprendendo muito e gostando dessa aproximação. Como coloca:

(...) foi um curso que durou três dias, em que eu acampeei lá. E (...) foi quando eu tive uma aproximação bastante forte. Porque, porra, teve participação dos assentados no curso, aquelas místicas que o MST tem, então eu vi o quanto aquele Movimento era potente, no sentido de produção de transformação cultural, de outro modelo de produção, o quanto havia mesmo uma proposta ali, que tinha tudo a ver com a agroecologia. Eu até então sabia que o MST tinha isso, eu já tinha visitado junto com uma galera do ABC outro assentamento, de Itapeva, só que lá eu vi com mais... A dedicação tão grande dentro do Movimento para isso, o quanto era central isso. (...)

Nesse mesmo ano, incentivado por sua orientadora, Carlos participa do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), que ocorre bianualmente. Participando como monitor, consegue aproveitar o evento e acompanhar diversas mesas e atividades, e acaba por trabalhar como monitor de uma oficina chamada “Reforma Agrária na Metrópole”. Nessa oficina, tem mais uma imersão no Movimento, visitando várias comunas da terra ao longo de dois dias. Nesse processo, conhece vários produtores, com destaque para Roseli, com quem troca contato. Pouco tempo depois, faz junto de seu grupo um fórum de agroecologia na UFABC e, pensando em convidar alguém do MST, chama Roseli. Considera que ter essa ideia, construir essa proposta e organizar para que ela pudesse ir ao evento foi sua primeira tarefa como militante do MST. Nesse mesmo processo, aproxima-se de um núcleo de militantes do MST que atua na região do ABC e conhece Sofia, que considera ter sido a pessoa mais responsável por sua aproximação com o Movimento e por quem demonstra ter bastante admiração.

Ao final de 2017, é convidado por Sofia para um evento no Irmã Alberta e, em 2018, participa e organiza junto dela e outro militante o EVA – Estágio de Vivência Agroecológica:

(...) Aí os dois falaram comigo “Pô a gente tá a fim de bola essa ideia do EVA”, aí a gente fez uma reunião nós três na casa da Sofia e aí meio que bolamos a ideia, mas assim, eu estava participando sendo um militante, então foi uma forma de me trazer para algum nível de organicidade do que estava sendo bolado, foi a partir do EVA. Aí participei dos módulos do EVA, meio que nessas de participando, meio organizando... precisava comprar coisas para o café da manhã, fazia alguma tarefa assim, ou mesmo assumir alguma fala sobre agroecologia, então foi meio que o EVA que considero que foi ali que eu me tornei um militante, durante o EVA, que foi em 2018. Foi por ali, entendeu? Várias pessoas que participaram do EVA, tem muitas que até hoje estão militante ou são alia dos que contribuem bastante para o MST, tanto que a gente está querendo fazer uma segunda edição, porque trouxe... A gente colheu frutos dele né, e considero até que a minha militância se construiu ali, por meio dele. (...)

Foi nesse evento, em que ao mesmo tempo estava como participante em formação e militante organizador, que Carlos considera que sua militância passa a se construir. Dentro das várias atividades do EVA, participa de um módulo sobre comercialização, consumo e distribuição de alimentos, onde conhece Ricardo, outro militante do MST envolvido em uma cooperativa criada poucos anos atrás — a Terra e Liberdade.

A entrada orgânica na cooperativa

A partir de Ricardo, conhece o trabalho da cooperativa. Nessa época, Sofia ainda também não fazia parte da Terra e Liberdade, mas desempenhava algumas tarefas ajudando-a por ser do MST e do núcleo de militantes do ABC. Em 2019, ela entra na cooperativa, e pouco tempo depois estavam organizando uma pequena feira, mais com função política, em uma faculdade da USP. Para isso, precisavam levar parte da produção e Roseli para a feira, mas os cooperados tiveram dificuldades com a logística e pediram ajuda de Carlos para que fizesse isso. Sofia concorda em ajudar a Terra e Liberdade com essa tarefa, indo ao Irmã Alberta, ajudando Roseli a colher limões e depois levando-a à feira. Poder fazer essa tarefa com ela, de quem já era próximo, deu mais sentido à atividade que fazia e o contexto em que se inseria. Nesse dia também conhece Marcelo, de quem gosta rapidamente. Lembra com carinho de um doce de leite que ganhou de presente por ter ajudado com a tarefa e de uma foto que “guarda no coração” desse dia em que está com Roseli na feirinha.

Pouco tempo depois, trabalhou um dia inteiro em uma feira na Bela Vista junto à Terra e Liberdade, evento esse que gostou bastante. Foi a primeira feira em que trabalhou e ficou marcada. Nesse dia, conhece Murilo, membro da cooperativa, e Gilberto, produtor do Dom Pedro, com quem ocasionalmente faz feira atualmente. Se lembra de que nesse dia, estavam com uma garrafa de cachaça aberta para degustação e que até o fim do dia mataram essa garrafa. Depois, voltou para casa com ela vazia e a tem até hoje como recordação desse momento. Atualmente mora perto da praça em que essa feira foi feita e se rememora do evento sempre que passa por ela.

Um terceiro momento de aproximação da Terra e Liberdade foi pouco tempo depois, ainda na primeira metade de 2019, quando participa de uma reunião da cooperativa em uma padaria no Butantã e é adicionado ao grupo de *WhatsApp* dela. Nesse dia, passa a se sentir membro de fato da cooperativa. Lembra desse processo com ânimo e identificação:

(...) Fiz uma tarefa na cooperativa assim. E aí, pô, achei... foda como foi, tudo, participar de um processo desse, gostei do Marcelo, achei da hora, logo de cara curtir, me identifiquei também. Falei “Ó, támo aí a disposição, pra dar uma força”, aí a Sofia

estava há pouco tempo, o Murilo acho que entrou um pouco antes da Sofia, mas também acho que no começo de 2019, então a cooperativa estava meio que ampliando sua capacidade de braço, de pessoas, para fortalecer o trabalho. Aí eu fui nesse embalo (...). Aí a gente fez a feira junto, parei para pegar uma amizade também, ficamos... Nesse dia foi legal porque foi uma feira que a gente estava vendendo cachaça e a gente foi fazendo degustaçãozinha, para a galera querer ir comprar, aí a gente matou uma garrafa inteira de cachaça. Estava o Gi também, produtor do Dom Pedro, e enfim, conheci gente nova, gente da cooperativa, produtores e tal. E nisso me chamaram para ir a uma reunião mesmo da cooperativa, e aí eu entrei. Me colocaram no grupo de *WhatsApp*, foi um processo de entrada mesmo. Isso em 2019, acho que no meio do ano de 2019 (...)

Estando em um momento com mais tempo livre, vai iniciando seus trabalhos na cooperativa, começando por entregas aos grupos de consumo. Vai tocando as atividades com ânimo, por já ter vontade de conhecer os processos da Regional Grande São Paulo, e começa a gostar muito do trabalho que realiza, priorizando a cooperativa nas tarefas que tinha toda semana. Rapidamente vê sentido nas atividades que realiza e na proposta da Terra e Liberdade:

(...) Sempre tive vontade de fazer isso, no sentido de aprender mesmo os processos da Regional Grande São Paulo, da comercialização, da produção, conhecer, foi muito nisso. E via que meu esforço era importante, tipo, que o que eu fazia eram tarefas que... no começo eu ficava “Caralho, hoje eu ajudei a fazer as cestas que a galera tá recebendo do MST em casa”, hoje em dia é algo que faço bastante, mas que no começo era... continua sendo grandioso, mas era grandioso e novo, eu via aquilo como uma função muito importante, de garantir o abastecimento da produção do MST em São Paulo, participar desse abastecimento da produção. Eu achava bem foda, ainda acho na verdade, mas já logo de cara (...)

Junto do sentido que enxerga na cooperativa, Carlos gosta logo de cara das pessoas que fazem parte dela. Admirava-as como militantes e sentiu afinidade por elas já nos primeiros contatos, em grande parte por fazerem um esforço para deixarem outras pessoas (como ele, que chegava naquele momento) à vontade e pelo bom humor que traziam em suas interações. Sentiu-se como parte da cooperativa desde o começo, algo que considera raro acontecer. Descreve sentir identificação com vários dos membros, por muitos serem também engenheiros, mas rapidamente cria afeto por todos.

Ao longo dos anos vai se dedicando à militância e à Terra e Liberdade e cria uma proximidade especial com os produtores do Irmã Alberta. Em 2020, é indicado por eles para ser dirigente de setor. Hesita em um primeiro momento, receando ter passado pouco tempo para assumir esse lugar importante, mas é incentivado pelos outros dirigentes, militantes e pelos produtores e aceita estar nele.

O sentido da militância e da cooperativa

Para Carlos, um grande motor de sentido na militância vem pela dimensão nacional (e projeção internacional) do MST, que tem uma estratégia para transformar um país inteiro, e

pela maneira como isso se relaciona intimamente com aquilo que se faz em nível local. Chama isso de “transescalaridade” — aquilo que se faz em nível regional está conectado com uma estratégia nacional, e há uma dialética entre as escalas locais e nacionais. Essa relação, para Carlos, é parte do que torna a atuação local que faz ter muito sentido. Para ele, a história do Movimento também é relevante, já que as estratégias atuais vêm de um acúmulo de experiências, de acertos e erros, que vêm de quarenta anos de luta e atuação.

Mais propriamente do seu setor, vê sentido em trabalhar e pensar questões sobre produção, cooperação e meio ambiente, e ser possível pensar isso junto da agroecologia em uma perspectiva conjunta de transformação social e ambiental. Como traz:

(...) Na minha formação eu nunca dissociar as questões ambientais e as sociais, e isso é muito forte no MST. Não há uma dissociação aí, a gente que entende que para solucionar as questões ambientais, a gente depende de uma transformação das nossas relações sociais (...) E o MST faz isso muito bem, com a proposta da Reforma Agrária Popular, que tem a agroecologia como um pilar central. Tanto que a agroecologia também é isso, é um movimento político, transformador, e que entende que toda essa emergência climática que a gente vive, e as questões de desigualdade de acesso a vários dos recursos, inclusive terra, água, alimento, coisas que estão muito atreladas. Então eu acho que eu vejo muito sentido porque tem essa dimensão de totalidade (...)

Poder se inserir em um movimento em que tudo isso está presente, e em que pode agir conforme o que acredita e perceber uma transformação no mundo, gera uma atuação com muito sentido para Carlos. Na relação com a agroecologia, pensa muito sobre formas de tornar o agroecossistema mais equilibrado e abundante, a partir da inserção do humano no meio ambiente, e não sem ele, e formas de tornar os processos mais sinérgicos. Nisso, o trabalho da cooperativa entra de forma profunda. Na medida em que trabalha com o abastecimento, com logística, tarefas de colheita, montagem de cestas e várias outras atividades que por vezes são invisíveis, mas “bem mão na massa”, há uma atuação direta em construir processos que podem ser diferentes do capitalista vigente. Por mais que canse, que demande, o sentido da tarefa faz com que siga realizando-se:

(...) tudo que a cooperativa faz é bastante, e eu acho bastante importante de trazer visibilidade para tudo isso, eu acho que é muito politizante, educador, trazer atenção a esses processos. Porque pelo menos eu, quando tive os primeiros contatos com a agroecologia, fica muito na questão da produção que, porra, é tarefa essencial, mas tem esse meio de campo entre a produção, o lote de produtor e a sua cozinha, a sua geladeira. Tem um meio de campo cheio de tarefas complexas, desafiadoras, que eu gosto de participar. Encontrar soluções, fazer essas tarefas eu vejo muito sentido também, gosto de pegar meu carro pra... Claro, às vezes, é cansativo pra caralho, eu gosto, mas muitas vezes é penoso também. Não vou romantizar também, não vou ser leviano até trazendo só a visão..., mas eu vejo muito sentido, é o que me faz acordar quatro da manhã e fazer uma logística pesada, voltar tarde. Fico cansado, às vezes me arrependo porque precisa fazer outras coisas, mas nunca deixei de ver sentido nisso. (...)

Desde 2017, tece sua militância junto ao Movimento e junto à cooperativa a partir de 2019, e segue firmemente em ambos. No quesito de trabalho, Carlos realiza outras atividades conjuntamente à cooperativa e passou por outras atividades antes de chegar ao momento atual.

História de trabalho

As primeiras experiências de trabalho que Carlos traz começam quando tinha entre seus 16, 17 anos, como professor de inglês. Ainda aluno nesse período e reconhecido como um bom aluno, é convidado a substituir uma professora que iria sair seis meses de viagem. Essa experiência foi relativamente curta, durando esse semestre, mas conta que gostou dela, e foi sua primeira experiência com a docência.

Após isso, volta a trabalhar na faculdade, entre 2013 e 2014, como pesquisador em um projeto de iniciação científica ligado ao Instituto Florestal. Entrou nesse projeto majoritariamente pela bolsa e pela experiência de ser pesquisador e, apesar de não se identificar tanto com o tema da pesquisa, lembra que o orientador era “muito legal” e que tinha uma boa relação com seus colegas. Mais ao fim da faculdade, tem sua experiência em laboratório de pesquisa em que trabalha com o diagnóstico habitacional de Mauá, incentivado por sua orientadora. Gosta muito dessa atividade, trabalhando com visitas de campo, na escrita de um relatório para identificar os assentamentos precários do município e pensando a tipologia para classificá-los. Dedicou-se bastante nesse envolvimento, tanto que foi oferecido uma bolsa de pesquisa após um tempo, tendo entrado inicialmente como voluntário no projeto. Em torno desse período, teve a experiência de dar aulas em um cursinho popular na Zona Leste de São Paulo e com Educação de Jovens e Adultos (EJA) junto ao setor de educação do MST.

Depois desse projeto, envolve-se com a Terra e Liberdade, e em 2019 inicia uma graduação em Letras. Em 2021 é contratado para trabalhar em uma *startup* de comercialização de produtos orgânicos, que tinha a proposta de levar a produção de pequenos agricultores para grandes mercados. Sendo ainda uma empresa pequena e recém-chegada ao estado de São Paulo, Carlos é contratado no início de suas atividades para trabalhar muito em estabelecer uma rede no estado, prospectando produtores, realizando pedidos e fazendo logística diariamente. Já sendo militante do MST, Carlos enxerga que essa proposta era distinta daquilo que acredita política, ideológica e moralmente, mas vê valor nela e aceita assumir esse trabalho imaginando que algo interessante poderia sair disso, mesmo com as diferenças.

Rapidamente se depara com uma realidade diferente da esperada. A empresa vinha a São Paulo por ser um polo de investidores e era patrocinada por uma “investidora-anjo”. Apesar

do investimento inicial milionário, a *startup* tomava prejuízo todo mês e estabelecia metas fora da realidade, alcançando, por exemplo, apenas 10% do faturamento esperado no final de vários meses.

Com o tempo, Carlos passa a entender que essa empresa existia majoritariamente para elevar o parâmetro ESG (Environmental, Social and Governance) de grandes mercados, e que os produtos orgânicos que iam a eles eram uma parcela ínfima das vendas totais, servindo mais como marketing verde e social.

No dia a dia, diz que esse trabalho o deixava constantemente estressado, trabalhando dez horas por dia no computador, seis dias por semana, realizando muitas atividades que eram chatas e burocráticas. Por ser inicialmente o único empregado no estado, era muito responsabilizado pelo que fazia, o que aumentava seu estresse. Mesmo com outras e poucas contratações, seguia o mais experiente na área e, se aprendeu algumas coisas com seu novo chefe, era o que mais tinha que resolver emergências quando surgiam.

Lembra dessa experiência como de grande estresse, em que tinha que lidar com muitos conflitos que surgiam, e que sua vida e relações pessoais foram prejudicadas nesse período. Ao longo disso estava fazendo um mestrado acadêmico na UFABC, mas pela carga do trabalho, não conseguia se dedicar à pesquisa e aos estudos, algo que o frustrava. Com esse cenário, queria sair do trabalho, mas estava com dificuldade para encontrar outras possibilidades. No começo de 2022, surge uma oportunidade de bolsa para seu mestrado e, mesmo sendo consideravelmente menos dinheiro, sai da *startup* e foca em sua pós-graduação. Conta que essa transição melhorou significativamente sua qualidade de vida e pôde se dedicar mais na cooperativa com o tempo que liberou saindo da *startup*. Mais ao fim de 2022, começa a dar aulas de robótica em uma escola particular, retomando sua relação com a docência e complementando sua renda.

Carlos conta que essa mudança de cenário de trabalhos foi bastante positiva, “mudando completamente sua alegria”, dando-lhe mais disposição e tempo para fazer o que prefere e acredita. Traz questões com o trabalho nessa escola, entendendo ter colegas e perspectivas lá dentro que buscam uma normatização dos alunos, de os culpabilizar e diminuir quando fogem ao esperado, e tem poucas relações próximas com outros professores, em parte por dar aula duas vezes por semana. Mas mesmo com isso, enxerga potência em sua autonomia em sala de aula, por poder colocar sua visão educacional, didática e de aprendizagem, e se motiva muito com a relação com os educandos. A atividade como professor é algo que o atrai bastante, e que

quer seguir fazendo e expandindo — e nesse sentido, estar nessa escola e no ambiente acadêmico promove bastante esse processo.

Em 2023, segue com essas atividades e o trabalho na Terra e Liberdade, dedicando-se à militância e aos processos que lhe fazem sentido.

Na Terra e Liberdade, e comparações

Quando começa na Terra e Liberdade, Carlos assume tarefas diversas. Com o começo da pandemia da Covid-19, passa a ser responsável por grande parte da logística rural, já que Murilo, que fazia e faz parte considerável dessa tarefa, por ter sessenta anos, isolou-se por segurança. Nesse momento, em que pôde assumir mais atividades, atuava praticamente no ciclo completo de entrega, mapeando a produção, a logística, a montagem de cestas e as entregas. Com a melhora do cenário pandêmico, as tarefas na cooperativa são redistribuídas, e Carlos segue principalmente na organização das cestas, ajudando a montar em planilhas o quebra-cabeça dos tipos de cestas com os produtos disponíveis, com as montagens em si e as entregas, mas ocasionalmente age onde é necessário para além destas. Lembra de como inicialmente faziam a montagem na casa de Sofia, e que as montagens ficaram mais saudáveis, ergonomicamente, quando mudam para o Galpão e posteriormente outros espaços, por terem gôndolas para montagem. Uma atividade que realiza com frequência é participar em feiras, algo que faz pelo menos duas vezes por mês. Trabalhar em feiras é algo que coloca como sendo cansativo, mas uma atividade que gosta muito.

Carlos diz que por vezes precisa se dispor a lidar com tarefas quando surge necessidade, algo que pode ser bastante cansativo. Relembra um exemplo de um dia próximo a uma das entrevistas que fizemos:

(...) Ontem mesmo a gente fez, eu tive que fazer uma parte da logística e dividir com a Sofia para a gente fazer a logística rural ontem, porque a *Juniper* estava com problema no mecânico e não ficou pronta a tempo, e a gente teve que fazer a logística rural, a montagem, e depois as entregas. E foi meio puxado, e envolve o trabalho ser também bastante puxado às vezes, por exemplo, eu dormi só uma hora de quarta para quinta e fui fazer a logística porque tinha que ser de madrugada, eu tinha que estar às quatro da manhã pra pegar a produção no Irmã Alberta. E eu jogo bola quarta-feira à noite, aí cheguei, e tomar banho, jantar, tudo isso, eu praticamente não dormi. É até uma coisa que eu estava conversando com a Sofia. Esse trabalho militante na cooperativa exige uma dose de abnegação que a própria militância exige, porque os militantes, não são... não são todos os militantes que conseguem receber para serem militantes (...)

Carlos entende a questão da remuneração como algo fundamental. Pela Terra e Liberdade, recebeu uma quantidade durante a pandemia por estar realizando uma tarefa

fundamental e estar dedicando muitas horas de trabalho na cooperativa, algo que hoje acontece com Sofia e Murilo. Garantir remuneração é forma de garantir que a pessoa possa se dedicar à militância, mas também a viver. Coloca como paralelo sua bolsa de mestrado, que exige uma dedicação, mas permite que possa se dedicar às suas tarefas.

Ele diz que a militância exige uma certa abnegação de si, e que isso atravessa o trabalho na cooperativa com frequência, em grande medida aparecendo como um excesso de trabalho, falta de tempo para dormir ou cansaço. Como coloca:

(...) Por exemplo, quarta eu vou deixar de jogar bola para estar mais inteiro para logística? Ou eu vou fazer o que eu gosto que é jogar bola e estar meio quebrado e fazer a logística com sono? Geralmente eu faço a escolha de estar cansado, fazer a tarefa cansado, sem ter dormido muito bem, e isso é a parte ruim. Só que... eu nunca me arrependo, de falar “Eu queria ter ficado dormindo e não ter ido”. Tipo, quando eu acordo e tô indo esse é meu pensamento “Porra, queria estar na minha cama quentinha, dormindo, e não aqui de madrugada pegando caixa e tudo isso”, mas eu não faço isso sozinho também. Ontem eu conversei bastante com a Sofia, sobre coisas da vida pessoal dela que ela compartilhou comigo, falo da minha, a gente conversa sobre problemas que a gente vê da cooperativa e do Movimento, é muito produtivo nesse sentido, e como eu vejo que é muito produtivo e importante, eu me sinto bem. Falo “Caramba, realmente é muito importante isso que eu estou fazendo, esse processo em que eu estou participando, e minhas atividades nesse processo”. Então faz muito bem (...) Me sinto bem não só porque “Ah eu Carlos antes da cooperativa tinha me construído de tal forma e chegando na cooperativa ela tinha a ver comigo”, é um processo conjunto, também vou me formando, também tem coisas que eu acho que podem ser diferentes (...)

Mas, apesar do cansaço, da abnegação e da conciliação de tarefas, o trabalho na cooperativa é marcado pelo sentimento de que a tarefa é importante, que sua ação faz diferença. É também poder trocar com o outro sobre a militância e a Terra e Liberdade, sobre questões pessoais e a vida. É uma possibilidade de se formar, de poder construir algo em conjunto e mudar a si mesmo em uma mesma trajetória. E na hora de realizar a tarefa, coloca que com frequência é mais prazeroso do que esperava antes de começar, podendo estar junto dos colegas, ouvir música ou algum *podcast* enquanto dirige ou mesmo conversar, brincar e estar acompanhado no que faz.

Comparando com o trabalho na *startup*, enxerga como algo “diametralmente diferente” do que vivia. Para Carlos, há muitas diferenças. Existe uma responsabilidade coletiva sobre os processos de trabalho na Terra e Liberdade, coisa que não via em seu outro emprego. Existe uma divisão de tarefas na cooperativa, por vezes com atravessamentos e dificuldades, mas que está lá por um compromisso conjunto. Há a possibilidade de aprender coisas diferentes frente a possíveis questões (como uma cooperada ficar mais responsável pela parte tecnológica e querer ensinar aos outros para que isso não dependa apenas dela), algo que Carlos gosta. Nessa divisão, entende que pode por vezes existir uma hierarquia de saber, mas não de poder. Marcelo e Sofia

podem ser as referências da parte financeira, Silvia da tecnológica e assim em diante, mas isso existe mais por um domínio maior de conhecimentos específicos. Carlos entende que essa forma de criar certas hierarquias são importantes, e é algo que aparece no MST em si. Dito isso, pelo tamanho pequeno da cooperativa e pela proximidade das pessoas, considera que, mesmo de uma maneira mais democrática, há pouca presença de hierarquia na Terra e Liberdade, sendo possível uma maior horizontalidade e responsabilidade coletiva das tarefas. Nesse sentido, diferencia também de outros trabalhos militantes e voluntários que esteve e conheceu, em que por vezes o trabalho é direcionado de forma vertical e pouco orgânica. Sobre as hierarquias, coloca também que por vezes existe mais em um sentido de coordenação, da pessoa que tem mais formação, mais experiência e comprometimento com a atividade poder estar em um lugar hierarquicamente mais alto, algo que enxerga no Movimento também.

Cultura no cotidiano — humor, brincadeira e solidariedade

A forma como o cotidiano se dá e como são as relações estabelecidas na cooperativa são elementos marcantes para Carlos. Tendo tido figuras importantes em sua história que eram engraçadas e animadas, enxerga o humor como algo importante e na Terra e Liberdade o vê como um elemento frequente e positivo, sendo algo que deixa o trabalho menos penoso e desgastante e o ambiente mais descontraído. Entende que isso ajuda a criar laços entre as pessoas com quem trabalha — há responsabilidade compartilhada, mas também um afeto que é atravessado e fomentado por esse elemento. Pensando nisso, relembra as histórias engraçadas de Murilo, com seu jeito engraçado e que deixa o ambiente confortável ao mesmo tempo, e as piadas “que são tão ruins que são engraçadas” de Marcelo e Sofia. Nesse mesmo balaio, vê valor nas frequentes brincadeiras cotidianas que vivem, como as trocas de fotos e mensagens engraçadas nos grupos em que estão e em situações ocasionais, como as vezes em que Sofia levou sua cachorra à montagem, o que trouxe um brincar espontâneo com ela e acontecimentos engraçados.

Carlos coloca esses aspectos como muito positivos. Como traz:

(...) É uma coisa que é... muito gostosa, de fazer com esse clima. É também um pouco de... surpresa. Tipo, você sabe que vai fazer as coisas, mas você não sabe que história o Murilo vai contar hoje. Da última vez que a gente não estava trabalhando, a gente estava num bar, ele contou uma história de quando ele estava na França, perdido numa estação e aí (risos) encontraram ele, falando “Monsieur Murilô”, na França sabe. E é legal, o humor envolve essa incerteza, não dá para saber que graça, que história, que motivo será o da risada hoje. Isso eu acho que também, esse incerto também é importante. Faz parte dessa imprevisibilidade do humor que motiva também, além de tudo isso que eu já disse, eu acho que é legal esse elemento também (...)

O humor e o lúdico aparecem como elementos de inovação, de imprevisibilidade e de descontração. Mesmo que saibam exatamente qual será a tarefa do dia, e que saiam para fazer o mesmo trabalho, esses aspectos fazem com que nunca se saiba como será o clima, as conversas e do que se dará risada no dia, o que para Carlos torna cada um deles diferente e deixa o trabalho mais variado e menos repetitivo.

Isso se junta com a proximidade relacional que Carlos sente de seus colegas, entendendo que “hoje tem sido mais do que nunca um trabalho entre amigos de verdade”. Para além das graças cotidianas e da camaradagem política, há uma camada da amizade e do poder contar com o outro, seja para irem tomar uma cerveja e ir a um samba juntos seja para desabafarem e chorarem sobre outras coisas. Essas relações são atravessadas por um elemento de solidariedade comum, que entende ser tão presente que torna difícil de lembrar de exemplos isolados, mas lembra de uma situação com Marcelo:

(...) É até difícil contar, porque é tão presente. Mas, por exemplo. Uma vez que o Marcelo falou “Mano, eu estou tentando sair com uma mina faz semanas, não consigo, nunca tenho tempo, você pode depois da feira levar Maria e a Eliane pro Dom Pedro?” Porque é uma viagem ir até Cajamar levar elas de volta depois da feira, e o Marcelo tinha ficado de fazer. E ele foi bem sincero de falar para mim “Mano, eu quero sair com essa mina e não consigo, não dá tempo se eu for levar eles, ver ela”. E eu falei “Mano, com certeza”, eu ia fazer alguma coisa, mas... Porra, me solidarizei, essa é a palavra mesmo, com a vontade dele, e com a honestidade dele em falar desse jeito. Esse é um caso. E eu fiz porque por várias outras vezes em que eu tinha algum compromisso, alguma coisa, outras pessoas assumiram, e sempre foi nisso, sempre num lugar franco. A gente não inventa desculpa para pedir alguma coisa ou para pedir desculpa por ter esquecido alguma coisa. É sempre uma franqueza muito grande. E eu acho que isso é uma forma bem concreta de existir solidariedade entre a gente. Dessa sinceridade, dessa não-hesitação em pedir ajuda, em pedir para quebrar um galho. Sei lá, com qualquer coisa. É concreto para caralho em todas as etapas dos processos que a gente constrói. (...)

Toda essa dinâmica promove uma solidariedade que Carlos enxerga como constante, no meio de relações de confiança e proximidade, e que dá margem para a honestidade e a valorização de outros elementos da vida que transcendem o trabalho em si.

Futuro, potências e desafios

Refletindo sobre as atividades da Terra e Liberdade e suas perspectivas, Carlos vê muito potencial para crescimento da cooperativa. Em um nível concreto, há espaço para isso, com a possibilidade de mais produtores plantando e comercializando junto a eles, de atenderem mais lugares e outras iniciativas possíveis. Mas frente a isso, enxerga desafios, em grande parte devido à quantidade grande de tarefas e por parte significativa das atividades na cooperativa dependerem de trabalho militante, aspectos que tornam difícil consolidar a situação da cooperativa e gerar mudanças organizativas. Entendendo essa demanda, é pauta recorrente nas

reuniões da cooperativa pensar como trazer mais pessoas para atuarem como militantes juntos à cooperativa e de como integrar mais os aliados à atuação da Terra e Liberdade para que seja um trabalho mais recorrente e regular. Entende que essa não-garantia de remuneração faz com que sejam necessárias outras atividades, e que isso interfere na dedicação e intensidade de trabalho que seriam importantes para fazer esses avanços, mas coloca que eles têm ocorrido apesar dessas dificuldades. Parte dos desafios vividos vem disso, já que existem possibilidades importantes que planejam fazer, mas que dizem ser difíceis de concretizar. Uma grande é a de formalizar o CNPJ da cooperativa, o que permitiria acesso a editais, crédito e outros recursos aos quais não têm acesso no momento.

Pensando no futuro da Terra e Liberdade, Carlos menciona que parte importante de seu potencial está em ser uma iniciativa que ataca os problemas na raiz deles. Como traz:

(...) Cada vez mais a consciência, e não só a consciência, mas a necessidade mesmo de iniciativas que buscam atacar os problemas na raiz deles, que acho que é o que a gente faz, questão da distribuição de terras e recursos, e acesso a alimento por um preço barato, acessível para o público mais pobre no geral, e um alimento de qualidade, isso é cada vez mais uma preocupação, e não tanto uma preocupação de uma classe média, eu acho que já tá passando para outra, outra esfera da vida social esse problema. Porque quando a gente vê o problema da fome retornando desse jeito, e a gente consegue problematizar isso com o quanto isso está conectado com a concentração de terra, concentração de poder nos supermercados, nas grandes redes, lógico, é um desafio que a gente ainda tá longe de ser um senso comum, mas estamos indo para frente nisso. E isso tem tudo a ver com a potencialidade da cooperativa, porque é uma necessidade para quem produz e para quem come (...) A gente tá caminhando para se tornar um senso comum a questão do alimento saudável e do quanto é um alimento saudável que não pode ser inacessível (...) Claro, tem vários retrocessos que a gente vê, mas não sei se é uma impressão que muitos camaradas compartilham, mas eu vejo que a bandeira do MST se fortalece nesses tempos (...) E junto dessas pautas, que são pautas que vão se tornando quase vão se tornando universais. A questão do alimento saudável, quem é contra o acesso ao alimento saudável? São coisas universais, mas quando a gente vê que, para consolidar essa pauta, para fazer ela virar uma conquista de fato, quem são os atores que precisam assumir o protagonismo? As pessoas vão pensando nisso e vão vendo que são os movimentos sociais, são as iniciativas de trabalho cooperativo, que constroem relações que se pautam por outros valores (...)

Na medida em que a Terra e Liberdade atua frente a essas questões de base da sociedade brasileira, Carlos enxerga que há grande espaço para o crescimento dela. Percebe o fortalecimento da bandeira do MST nos últimos anos, apesar de uma conjectura política hostil, e um cenário em que questões como a fome e o alimento saudável estão mais visíveis e pulsantes. Retomando mais uma vez a “transescalaridade” que enxerga no Movimento, entende que a cooperativa se fortalece e ganha espaço simultaneamente, e que seu futuro, mesmo que dotado de desafios, é um de muita potência.

4.3. Sofia

Nascida em 1990 em São Paulo, Sofia é engenheira ambiental, militante de longa data do MST e cooperada da Terra e Liberdade desde o fim de 2019. Ao longo da pesquisa de campo, foi uma das pessoas que mais via nos cotidianos de montagens de cesta e com quem pude aprender muito sobre a cooperativa e o Movimento. Com frequência ocupando um lugar de gestão e coordenação, Sofia é uma pessoa firme, mas cuidadosa, frequentemente figura de referência dada a sua experiência acumulada no trabalho e na militância.

Da família à emancipação

Crescendo na cidade de São Paulo, Sofia era a caçula de seu núcleo familiar. Adolescente, via necessidade de ter seu dinheiro próprio para morar fora da casa em que cresceu e entra na Universidade Federal do ABC no curso de engenharia ambiental. Lá, logo começa a trabalhar com diversos projetos, dedicando-se muito a eles, entendendo que por serem projetos com bolsa, era necessário ter bastante competência e trabalhar para agradar os professores, o que exigia uma dedicação grande ao trabalho. Por trabalhar muito, foi sendo convidada para participar de diversos projetos e, apesar de ter pouco interesse em seguir carreira acadêmica, gostava do trabalho que fazia ligado à área de planejamento urbano e seguiu anos trabalhando vinculada a um grupo de pesquisa da faculdade. Com o passar do tempo, seus colegas do grupo avançam na carreira acadêmica, aumentando a disparidade de valores de bolsa entre Sofia e os novos mestrandos e doutorandos. Ao se formar, esperava que receberia um bom aumento salarial, mas se decepciona quando ele é pequeno. Percebia também uma diferença de tratamento e oportunidades devido a ser a única mulher do grupo, e considerava ser menos valorizada por ser mais jovem — atravessamentos esses que traz como tendo criado um amargor em estar lá.

Pensando no conceito de Gramsci de intelectualidade orgânica e vendo pouco sentido em trabalhar nesse cenário, sai do grupo de pesquisa e dessa área de planejamento urbano em que havia se especializado. Coloca que atualmente o salário é “igualmente ruim” e que segue tendo muita pressão, mas que os processos em que se insere atualmente são mais confortáveis e claros — há clareza do porque cada um ganha determinada quantidade na cooperativa e clareza no porquê isso acontece e o que é necessário para que o cenário mude, algo que vê ser muito diferente de um laboratório de pesquisa em que o espaço é de esquerda, mas que não abre espaço para reflexão dos processos e acaba reproduzindo desigualdades estruturais.

Para além dos projetos que fazia nesse espaço, Sofia fez alguns bicos, citando fazer faxina em república na época da faculdade, servindo almoço e limpando salão em uma cozinha industrial, em uma perspectiva de fazer entrar um dinheiro a mais.

Depois de sair do grupo de pesquisa, participou de um projeto da Organização das Nações Unidas (ONU) ligado a uma Organização da Sociedade Civil (OSC), em que trabalhou com vários colegas de seu antigo laboratório, mas que tinha outra coordenadora, da qual fala com bastante admiração. Como coloca:

(...) Eu acho que é muito importante ter alguém com uma noção do todo, que trabalhe e se dedique para organizar o todo. Porque é óbvio que não vai dar para todo mundo saber tudo que está acontecendo, a gente acaba dividindo tarefa para realizar um grande trabalho. E fica sabendo um pouco por cima o que cada parte está fazendo e como elas constituem o todo, mas não dá para saber no detalhe, mas alguém tem que saber. Alguém tem que saber como todas essas peças se ligam e como fazer para que todas as peças se liguem, ou seja, organizar o trabalho, que é o papel do coordenador ou do chefe (...) E ela coordenou o meu trabalho de um jeito que ninguém nunca tinha feito na minha vida, de me explicar mesmo, e é uma pessoa que eu me espelho muito, e que eu de certa forma projeto em outros trabalhos essa demanda, porque eu acho que é muito importante. Principalmente num contexto de divisão social do trabalho, em que ninguém sabe pra que o trabalho serve (...) acho que tem um pouco esse conflito dentro da esquerda, em especial quando diz respeito ao trabalho, porque ao mesmo tempo em que a gente quer ser horizontal e a gente constrói isso, ter uma pessoa que coordene processos é uma tarefa, é um trabalho coordenar processos, não é uma hierarquia, não é um cargo, tipo “O coordenador é fodão por coordenar processos”, não, na verdade ele provavelmente tá se fodendo pra fazer isso (...)

Essa figura serve de inspiração e contrasta com outras experiências de trabalho que teve em que coordenadores, ou figuras em lugares similares, diziam-se de esquerda ou democráticos, mas na prática se desresponsabilizavam pela tarefa que deveriam realizar. Em outro projeto que participou, essa postura vinda de um “coordenador que não coordenava” gerou desistências, perdas de prazos e um resultado precário, e Sofia lembra do momento como sendo bastante ruim.

Depois desses projetos, trabalha em uma cervejaria cooperativa com duas outras pessoas e gostava bastante do trabalho, pelos horários flexíveis e pela construção conjunta do empreendimento. No entanto, pelo que entende ter sido uma falta de experiência com gestão e administração de empresa, não guardaram dinheiro em fundo para a cooperativa, e quando houve necessidade desse dinheiro, a cervejaria quebrou, e se separaram após esse momento. No período das entrevistas, tirava seu sustento do trabalho com a cooperativa e da conciliação com outras atividades autônomas, por vezes atravessadas por uma lógica de “uberização”.

Sofia coloca que a falta de clareza dos processos no trabalho (como o porquê tal pessoa ganha tanto, e o quão justo é isso) e problemas de organização, particularmente vindos de uma

coordenação desorganizada, foram pontos destacadamente difíceis de lidar e que atravessaram diversos dos trabalhos que fez. Entende que, estando claras e mais organizadas, muitas formas de organização podem acontecer bem, e que a clareza dos processos é mais importante que o modelo em si para ela.

Da militância à Terra e Liberdade

Junto ao caminhar dentro do mundo do trabalho, Sofia também foi desenvolvendo sua militância de maneira orgânica. Ainda na faculdade, fez parte do movimento estudantil, inicialmente muito envolvida com a luta pela moradia, e mais especificamente moradia estudantil. Se envolve em seguida com um partido marxista-leninista, que entende como muito completo, com capacidade de organização teórica e política forte, e passa a se organizar junto a eles pensando questões de luta política e de classe. Pouco tempo depois, seu então namorado na época participa de um Curso de Realidade Brasileira, organizado pelo MST na UFABC e passa a compor com o Movimento junto ao grupo urbano do MST no ABC. Entendendo que a proposta do MST era “a cara dela”, chama Sofia para participar, e aí que se inicia sua militância junto ao Movimento, realizando trabalho de base na região, ajudando a construir uma biblioteca popular, um cursinho popular, uma associação de bairro e outras iniciativas, em um núcleo com forte pauta internacionalista. Atuando lá, frente a uma demanda que surge, passa a pedir alimentos de uma cooperativa recentemente formada:

(...) Em algum momento começou a ter a demanda por alimentos lá, você sabe como é, “Ah você é do MST? Você não quer fazer uma feirinha aqui no evento X?” [risos]. Aí eu falei “Ah, beleza” e comecei a levar uns alimentos para esses eventos e tals. E comecei a perceber que não era tão simples assim sabe? Que a gente levava alimento e às vezes tinha prejuízo. Porque as pessoas colheram os alimentos, precisa pagar, mas não necessariamente vendia nas feiras, aí tinha o custo da logística, que ninguém pensava, aí comecei a perceber que tipo, “Mas pera aí, feira não dá dinheiro”, aí cheguei no Marcelo e no Hugo, que tavam construindo a cooperativa e falei “Nossa que foda, mas deu prejuízo, e aí?” e eles “Pois é, é muito comum dar prejuízo, todo mundo quer uma feira X do MST, num evento X, ninguém compra alimento, é pra ficar ali de imagem”, aí eu comecei a entender um pouco melhor... Essa questão da demanda da organização do trabalho na produção, e comecei a me envolver mais na cooperativa. E, bom, há dois anos, em 2020... 2019? Eu fui compor o corpo da direção do Movimento pelo setor de produção (...)

Nesse período, passa a se relacionar com a Terra e Liberdade, ainda em grau de parceria, e passa a compor a direção regional do Movimento. Segundo coloca, esse processo foi gradual e orgânico. Como já assumia responsabilidades e coordenava processos, muitos já sendo tarefas de direção, foi convidada a participar de maneira algo mais formal.

Junto disso, o trabalho conjunto com a cooperativa vai crescendo. Comprando alimentos e demandando que fossem feitas feiras, e fizeram juntos várias feiras rodando o estado de São Paulo, muitas em parcerias com sindicatos. Uma dessas feiras marcou Sofia em particular:

(...) o que aconteceu foi que uma vez a gente desceu pra fazer uma feira na Baixada Santista, ia ter um evento de solidariedade a Cuba lá em Santos, aí eles demandaram uma feira e eu falei “Beleza, vamos organizar isso aí”. A gente levou os alimentos para lá, e essa feira deu mil reais de prejuízo, não vendeu nada. A gente perdeu todos os alimentos. Ainda deixamos umas quinze caixas que não coube no carro, então foi muito zoado. Aí o Marcelo pegou e falou assim “Meu, vocês tão viajando, tão viajando. Beleza, vinte reais de prejuízo, trinta reais de prejuízo, terminar no zero a zero tudo bem, porque tem um ganho político, mas mil reais de prejuízo é inaceitável. Gente, vocês têm que falar não, se tem uma demanda de uma feira X, que não vai vender nada, você tem que falar não, porque não é assim, tem um monte de trabalho envolvido, de onde vai sair dinheiro para pagar isso?” Bom, e depois dessa bronca eu falei “Desculpa, me explica como que funciona? Eu não quero dar esse prejuízo de novo”. Aí eu comecei a entender um pouco melhor como é que funcionava (...) então eu comecei a conseguir participar das reuniões da cooperativa, (...) comecei a participar de forma orgânica antes mesmo de falar “Ah eu sou da cooperativa”. (...)

Citando Gramsci, Sofia explica que sua entrada gradual na cooperativa partiu de uma demanda concreta, e que foi ocupando e trabalhando a partir dela. Frente a dificuldades em processos e marcadamente com a perda significativa nessa feira em Santos, vê uma necessidade de entender melhor como fazer diferente em processos futuros. Vai conhecendo mais do trabalho da Terra e Liberdade e entende como um despertar para saber mais de economia solidária e da proposta de fazer uma cooperativa de consumo, em grande medida a partir de Marcelo e Hugo.

Tanto trabalhando na Terra e Liberdade quanto na militância como um todo, Sofia vê sentido nessas atividades a partir de uma perspectiva revolucionária, com um horizonte de criar condições materiais para que o Movimento tenha mais condições materiais para financiar uma transformação social e que dependa cada vez menos do Estado.

Trabalhando na cooperativa e na autogestão

Sofia coloca que seu trabalho na Terra e Liberdade tem três aspectos. O primeiro é das tarefas de gestão, que envolvem organizar o trabalho e as demandas, não apenas de forma com que as tarefas sejam feitas, mas também que o sejam garantindo o horizonte de transformação social que a cooperativa tem. O segundo envolve o mapeamento da produção e o fazer os pedidos de produtos aos agricultores. O terceiro trata de elaborar a composição de cestas, montando planilhas com base nos produtos que se tem, além de montar e entregar as cestas e vendas como um todo. Pensando sobre o sentido da atividade e do quão demandante é, traz uma história de um dia de trabalho:

(...) é pesado. É um trabalho braçal, é pesado. Essa parte que é braçal é pesada sim, mas não é absurda, claro que quando se soma a outras demandas, pode ser que fique absurda. Vou dar um exemplo de demanda pro setor de produção: “Já que vocês vêm no assentamento semanalmente, vocês podem trazer 100 sacas de estrume que tá ali no Parque pro acampamento?”. Aí a gente “Tá, bora”. Aí nesse dia a gente foi para o Parque, a gente pegou cem sacas, cada uma com 20-30 quilos de estrume, colocou na *Jumper*, aí descarregou a *Jumper* no assentamento, a gente teve que abrir saca por saca, colocar na mandala, porque a saca tinha que voltar para o parque, porque o que eles tão dando é o conteúdo só, não é a saca. Aí depois disso o Murilo ainda fez a logística, a gente descarregou a *Jumper*, aí no dia seguinte eu tava recebendo alimento às 3 da manhã aqui em casa, para depois montar cesta, então é pesado (...) Mas tem um negócio, Gui, não sei se você já experienciou, que é assim, se você fica sem dormir uma noite, fazendo algo tipo, ah, não sei, com uma companheira num momento gostoso, você não fica cansado no dia seguinte. Tem um desgaste físico, óbvio, mas o fato de um momento ter sentido e ter sido agradável, reduz o desgaste físico. E em vários momentos eu sinto isso da cooperativa, sabe? Apesar do desgaste físico, quando é agradável, quando a gente está ali junto, dá uma apaziguada. É claro que é importante a gente trabalhar para reduzir o desgaste físico também, mas quando faz sentido politicamente parece que o impacto é menor no corpo. O impacto emocional e a carga mental de lidar com os agricultores e as demandas que eles apresentam, durante o mapeamento, os pedidos, a coleta de informação, é muito difícil, porque muitos projetam em mim, que é a pessoa que está dialogando com eles, quando eles perdem produção, quando a gente não pede, sabe? Isso é ruim (...)

Por muitas das atividades serem braçais, o trabalho na Terra e Liberdade frequentemente é pesado, especialmente se há um acúmulo de tarefas. Mas elas terem sentido, e com frequência serem feitas em um contexto agradável e com pessoas de que gosta, reduz o nível do desgaste. Mais difícil é a carga “emocional e mental” de lidar com demandas e reclamações dirigidas a ela, especialmente as vindas dos agricultores. Frente a isso, por vezes pede ajuda aos colegas para mediar essas relações. Com frequência é possível dialogar frente a essas críticas, argumentando que a cooperativa tem um horizonte político que é construído em conjunto, nesse ambiente de cooperação que envolve cooperados, agricultores e consumidores, e que não é mera prestação de serviços. Entende que quando há um horizonte revolucionário compartilhado, esse diálogo com frequência é possível, permitindo uma construção conjunta, mas com quem não tem esse interesse, não.

Comparando com os outros trabalhos que fez e que faz, Sofia entende que esse tem um caráter diferente, por ser de uma natureza diferente. Não é um em que irá entregar um produto, e isso se encerra, mas sim vir de uma construção de longo prazo que tem uma perspectiva de tecer outro modelo:

(...) a gente está construindo algo mesmo, não é um trampo que eu vou entregar um produto e acabou o trabalho, sabe? Não é um trabalho que tem começo, meio e fim, é para vida toda, porque tem uma perspectiva a longo prazo de construir um novo modelo. Então acho que mesmo se sair da cooperativa, eu vou continuar na construção disso, que é um pouco mais amplo que a cooperativa, e talvez esteja aí a principal diferença em termos de trabalho. Porque é algo que faz sentido na minha cabeça, mais que os outros (...)

Sendo uma tarefa para uma vida, em uma perspectiva de transformação social, vê muito sentido na militância e na cooperativa simultaneamente. Por ver uma grandeza em trabalhar para mudar o mundo, entende que ela própria e outras pessoas que se engajem não são dispensáveis como frequentemente são em trabalhos mais repetitivos. Sofia coloca que essa compreensão faz com que se sinta necessária nesse processo, algo distinto dos outros trabalhos com os quais teve contato. Entende que esses são os principais diferenciais, já que, em termos de organização de processos e divisão de tarefas, há uma similaridade — “A gente precisa de alguém no financeiro, em outros setores... Isso é similar” (...).

Em termos das similaridades, Sofia entende que a gestão, como atividade, é um trabalho, e não um cargo, que exige uma disposição em gastar horas de trabalho que frequentemente são penosas. Esse lugar em uma autogestão funcionaria quando se tem compreensão dos pares e dedicação de horas para esse trabalho, para que ele não caia excessivamente nas costas de uma ou outra pessoa, o que também desresponsabiliza os outros de participarem de atividades de coordenação. Sofia entende que:

(...) todo processo que tem no horizonte uma transformação social radical, ela tem que garantir que as pessoas envolvidas nesse processo sejam capazes, pelo menos ao longo prazo, de reproduzir aquilo sem a figura do chefe, ou seja, que ela domine os processos necessários para ser autônoma (...), a gente precisa trabalhar para que todo mundo, a médio e longo prazo, consiga compreender esses processos a ponto de reproduzi-los (...) Então é muito importante a gente ter essa capacidade de, ao mesmo tempo que coordena os processos, difunde os conhecimentos sobre os próprios processos e avança, vai construindo junto, eu acho que isso é fundamental para a autogestão acontecer. O problema disso tudo é que a gente tá construindo algo autogestionado numa sociedade capitalista, então a gente não tem grana pra remunerar essas horas de gestão. Então, se a pessoa não for politizada a ponto de compreender que numa empresa convencional, o que subsidia a empresa é o investimento inicial, e numa empresa cooperada pobre, popular, o que subsidia o investimento é o trabalho (...) É isso que subsidia a cooperativa, e é isso que vai garantir uma autogestão de qualidade, pessoas topando fazer isso. É claro que, futuramente, se tudo der certo, a gente vai se remunerar, essas horas trabalhadas vão ser pagas, e aí talvez tenha um pouco mais de disposição de algumas pessoas de compor esse corpo de coordenação e gestão da empresa social, da cooperativa (...) Mas na verdade a única diferença é a consciência política, é você entender onde que essa cooperativa, empresa social, se insere no horizonte de transformação social. Se você não entender isso, vai ser só exploração mesmo (...)

No contexto da Terra e Liberdade, de uma cooperativa popular que surge sem um grande investimento inicial, o que subsidia sua existência é o trabalho, e Sofia entende que a consciência política disso e do horizonte de transformação social em que ela se insere é o que faz com que o trabalho, mesmo que seja exaustivo, não seja sentido como exploração. A autogestão funcionaria na medida em que se tem clareza desse horizonte nos processos que são feitos no cotidiano.

Sofia coloca que uma divergência nessa compreensão foi parte do motivo de um conflito que levou um dos cooperados a sair da Terra e Liberdade. Traz que, em meados de 2020, um companheiro, bastante militante e politizado, passa a compor o quadro da cooperativa, vindo de uma história de luta sindical, trazendo seu carro para compor com a logística. Desde cedo demandava fazer parte do grupo gestor, das tomadas de decisão e de entender os processos, mas não queria trabalhar sem remuneração e a demandava com frequência, entendendo ser necessário para sua subsistência. Com o passar do tempo, essa divergência foi se ampliando, e o cooperado passou a se atrasar nas atividades. Sofia coloca que uma situação, precursora à saída dele, a marcou bastante:

(...) uma vez que ele atrasou 40 minutos às 4 da manhã, e eu tinha que fazer uma logística, eu fiz uma logística no dia anterior com dois carros, eu peguei um carro alugado, fiz o roteiro rural, passei nos assentamentos, colhi alimento, deixei o carro no Butantã, peguei o outro carro, fiz o roteiro rural, tudo isso no mesmo dia (...) combinamos de manhã cedo às 4 horas da manhã no Galpão, eu cheguei lá, esperei 40 minutos e ele não apareceu. E eu tentando ligar, e ele não atendia. Aí eu desmontei o carro. Eu desmontei os dois carros todinhos, devolvi os alimentos pro Galpão, coloquei a entrega que eu tinha que fazer na Zafira e fui embora (...) Aí quando eu tava no meio do caminho ele ligou e falou “Eu tô aqui, volta”. Aí eu voltei, a gente montou o carro dele, fomos para Santo André. Bom, deu tudo certo (...) Só que foi muito pesado pra eu fazer tudo isso sozinha. E depois desse corre todo, a hora que eu cheguei em casa, depois de ter devolvido o carro alugado, cheguei em casa, abri o celular, o Instagram da cooperativa tava cheia de foto dele. Falando assim “Ah fizemos a entrega, deu tudo certo, não sei que, trabalho cooperado, muito foda, compas”, não sei que. Eu fiquei muito puta, de ter o meu trabalho totalmente invisibilizado e o cara colocando a cara dele na cooperativa como se ele tivesse feito tudo (...)

Essa situação leva a uma discussão dura que desemboca em pressionar esse cooperado a assumir responsabilidade, e que esse tipo de postura não seria tolerado. O cooperado sai da Terra e Liberdade pouco tempo depois, e o evento como um todo ficou bastante marcado para Sofia como uma situação “horrorosa”. Frente a isso, sente que se enrijeceu com o que espera das relações dentro da cooperativa. Entende que desvios e acasos ocorrem ocasionalmente, mas que acontecendo com frequência isso é um problema. Como coloca: “Beleza, é militante, tem humor, tem piada, a gente é solidário, a gente é uma cooperativa, promovemos um ambiente de cooperação, mas precisa de disciplina, precisa de respeito”.

Da solidariedade e da cooperação

Apesar desse conflito marcante e de eventuais discordâncias cotidianas que surgem, Sofia enxerga solidariedade e cooperação dentro da Terra e Liberdade com frequência. Em sua compreensão, ela pode acontecer de uma maneira mais subjetiva ou de uma forma mais objetiva. Essa solidariedade objetiva é ligada ao campo do material, e ela vê muito cuidado

nesse campo. É levar um café preto passado antes da montagem de cestas, sair para comprar pão de queijo ao longo do trabalho e outros exemplos dessa ordem. Também compreende entender quando o outro está cansado, doente ou em uma situação difícil e aliviar para ele frente a isso — como cobrir a tarefa de outro para que ela possa descansar. O que é da ordem subjetiva acha mais difícil de traduzir, que são as coisas ligadas à afetividade, ao sentimento de pertencimento, às pessoas estarem felizes e bem-humoradas, esfera essa que Sofia sente ser mais difícil de mensurar:

(...) Então acho que essas situações [materiais] eu me lembro bem, de criar esse ambiente com base nessas, levantando essas situações objetivas que acontecem com bastante frequência... No entanto, contudo, porém, nas nossas reuniões de planejamento e de debate, é muito comum aparecer reclamações num aspecto que eu particularmente não tenho acesso. “Ah, eu não me sinto bem, eu não me sinto fazendo parte”; “Eu não acho que a nossa relação é boa”, e eu particularmente tenho dificuldade em entender isso, porque a minha vontade é de falar assim: “Mas como não é boa? Eu acordo as 3 da manhã, para ter meia hora para fazer um café para você, você acha que eu tô fazendo isso porque eu te odeio?”, sabe, mas é difícil mesmo, porque é como as pessoas se sentem. O que eu sou capaz de atuar é no campo do material, e eu tenho a impressão de que a outra parte demanda horas-trabalho que é para conversas. Para desenvolver esse afeto, para iniciar e debater politicamente coisas que, infelizmente numa cooperativa que não tem grana, falta. Falta tempo trabalho para essa coisa, então é difícil (...)

Vivendo esse tipo de situação, Sofia enxerga como muito importante a dedicação de horas-trabalho para essa “demanda subjetiva”. Cita uma formação sobre empresas sociais e cooperativas populares que fez pelo MST, em que é ressaltada a centralidade das pessoas, que elas estão no centro de tudo — nas tomadas de decisão, nos processos de trabalho, na qualidade de vida, e em como estão dentro da cooperativa. Assim, promover espaço para confraternização, para diálogos e vivências mais informais, é algo fundamental. Pela alta carga de trabalho, sente ser algo que a Terra e Liberdade não tem conseguido promover tanto quanto poderia, mesmo que os cuidados concretos e mais espontâneos sejam muitos e frequentes. Independentemente de se ter um espaço dedicado a isso, a demanda subjetiva surge em outros espaços da cooperativa — como ao longo de reuniões e montagens — e é algo tratado tanto formal quanto informalmente onde aparece.

Do riso e do cômico

Pensando sobre o humor no cotidiano de trabalho, Sofia tem dificuldade em lembrar de situações específicas mais marcantes, mas traz que é muito presente. Lembra-se de algumas piadas mais breves que fazem — de Carlos ser a pessoa que tem jeito em “tirar coisas dos sacos”, ou de outro cooperado ser o “Sodexo”, por ser a pessoa que ia comprar lanches quando ainda estavam no Galpão Agroecológico. Entende que muitas das piadas são bobas, mas

bacanas por ajudarem na criação de vínculo, e que isso contribui para o ambiente de cooperação e para a qualidade de trabalho.

Pensando sobre a brincadeira, lembra-se de uma situação que a fez pensar sobre o potencial de aprendizagem a partir do lúdico:

(...) sobre a brincadeira eu acho que tem uma coisa interessante. Eu acho que muitas das coisas que a gente aprende é por meio da brincadeira. Então é muito comum, por exemplo, o Murilo, que é o grande piadista, da brincadeira e tal, ensinar coisas brincando. E aí eu acho isso muito rico, porque desmonta um pouco aquele procedimento formal, meio do estagiário sabe, de uma forma até meio quadradinha (...). E eu percebi isso até de um jeito um pouco drástico, isso eu me lembro porque me marcou. Teve uma formação no Assentamento Dom Tomás sobre uvas, que ensinava tudo, do plantio até a colheita. Bom, a coisa é, a uva, tem primeiro uma coisa engraçada que o Murilo conta né, porque assim, ela fica por baixo da parreira, então se você olhar por cima você não vê a uva, você tem que abaixar para ver. Aí o Murilo conta isso dando cambalhota, se torna uma situação toda engraçada, só que ele tá ensinando, tá ensinando como ver a uva, tá ensinando que tem que ser por baixo. E aí ele me ensinou que tipo, se você comprar uma caixinha de 500 gramas (...) existe uma forma meio especial de montar aquela caixinha para fazer caber 500 gramas de uva. A coisa é, eu aprendi isso com o Murilo e foi muito tranquilo, foi uma piada e eu aprendi (...) E daí quando eu fui ensinar alguém, foi ruim. Tipo, eu fui ensinar uma pessoa da cooperativa (...) aí eu contei toda essa história do Dom Tomás (...) e a pessoa se sentiu humilhada. (...) E ficou muito claro que a forma mesmo como as coisas acontecem precisa ser pensado, não pode ser aleatório. “Ah, eu vou te jogar essa informação aqui porque é assim que tem que ser e acabou”, não, a gente precisa ter um cuidado mesmo, e a brincadeira ocupa um espaço importante nessa forma, sabe, de passar aprendizado, de compor, de entender como que funciona. (...)

Além do lugar da leveza que ajuda nos vínculos e facilita no cotidiano, o brincar também pode ocupar esse espaço de aprendizagem mais lúdica, que quebra com um ensino mais quadrado e vertical. Mas, como coloca, o “método”, a forma de fazer a brincadeira, precisa ser pensada, não podendo ser usada sem critério, sob risco de ter uma interpretação diferente do que seria o intuito. Nesse sentido, Sofia também coloca algo que entende ser “óbvio”, e que não é exclusivo da vivência na cooperativa, que é o cuidado para não passar dos limites com certas brincadeiras, que podem ser incômodas caso passem do ponto. Coloca que isso já aconteceu entre pessoas na cooperativa, mas que foram situações resolvíveis por meio de conversas, por mais que tenham gerado questões no momento. Na outra ponta, que também vê como óbvio, já ocorreram situações em que foi necessário “cortar o barato”, de terem que pedir para conversarem e brincarem menos porque estava atrasando o ritmo de trabalho.

Situações marcantes; projeções de futuro

Já nos últimos momentos das entrevistas, refletimos sobre situações marcantes do passado junto à Terra e Liberdade, e Sofia fala sobre um dia de trabalho logo após ter entrado na cooperativa:

(...) Quando eu entrei na cooperativa, a gente tinha acabado de adquirir a *Juniper*, o Murilo tinha acabado de adquirir a *Juniper*. Então, assim, basicamente era o Marcelo e a Silvia na cooperativa, sozinhos, o Hugo tinha acabado de sair (...) Era bem desgastante para eles, e chegaram a comentar com um pouco de desespero desse período, que era muita doideira mesmo, muito trabalho. Aí, bom, eu entrei nesse cenário, acho que eu falei para você já na outra entrevista, que eu me senti muito necessária mesmo naquele momento, que eu era mesmo. (...) aí eu e o Murilo a gente entrou muito para dar uma força, muito para “Agora o bicho vai. (...) E aí numa das primeiras entregas, meu, eu saía da minha casa tipo, 3 e meio da manhã, ia andando até o metrô porque não tinha ônibus, aí esperava o metrô abrir, pegava o metrô, vinha pro Butantã, aí eu ia andando do Butantã uns 40 minutos, tipo de madrugada, para encontrar com o Murilo para fazer as primeiras entregas, e daí as próximas entregas eu fazia com ele na *Juniper*. Como era isso? A gente tirava todas as caixas da *Juniper*, colocava na rua, no meio da rua, aí montava as cestas “Tchu tchu tchu tchu”, volta pra *Juniper*, aí colocava as cestas na *Juniper*, aí parava na frente do lugar, aí eu entregava as cestas. Daí a gente achava outro cantinho no meio da cidade, parava, montava as cestas que eram daquele ponto, e bom, a gente fazia isso. No quarto ponto que a gente ia entregar (...), a gente tirou as coisas, montou as cestas, e tava faltando beterraba. Aí a gente ligou pro Marcelo, (...) ele pegou o Uno dele, foi pro Dom Pedro em Cajamar, (...) pegou as beterrabas, voltou, a gente colocou as beterrabas nas cestas, aí a hora que o Murilo foi tirar a chave do porta-malas do Uno, a chave quebrou dentro da fechadura. Ele não tinha mais como abrir o carro, tinha coisa dentro do carro, não dava para sair com o carro, a gente precisava continuar com as entregas, daí precisou vir o chaveiro... (...)

Esse período ficou marcado por ser um clima de caos, em que todos davam seu máximo para que aquilo desse certo, “sem remuneração, sem condição de trabalho, sem nada”. E que, apesar da precariedade desse começo da cooperativa, sente que estavam bem em tocar desse jeito, justamente por estarem dando seu máximo para que aquilo desse certo. Comparando com atualmente, em que há melhores condições de modo geral na Terra e Liberdade, por vezes sente falta dessa “gana” inicial, e que muitos não entendem a dificuldade desse primeiro momento da cooperativa e o que foi necessário para que ela chegasse aonde está. Percebe atualmente uma demanda trabalhista na cooperativa, por melhores remunerações, menos estresse e melhores condições de trabalho, o que entende como justo, mas que é algo difícil de lidar. Difícil por sentir ocasionalmente uma falta de posicionamento político em compreender as características de uma cooperativa popular cujo motor é o trabalho e de seu lugar dentro de um mercado capitalista. E difícil também pelo lugar de gestão que ocupa — quando não é possível atender a essas demandas trabalhistas, as críticas recaem sobre ela e Marcelo principalmente, algo que a afeta e chateia, por parecer que não acatam os pedidos por não quererem o fazer, e não pela situação material em que a cooperativa está.

Enxerga que certas críticas e reclamações, além de difíceis de serem recebidas, caem em uma negatividade sobre a situação que entende como não sendo interessante. Reconhece a validade delas, mas retoma uma frase de Murilo de que “a felicidade também é uma luta política” ao lembrar dessas situações do começo da Terra e Liberdade. Apesar do caos, conseguiam levar aquilo com alguma tranquilidade, depois de um dia muito cansativo saíam

para tomar cerveja e enfrentavam a precariedade do trabalho com um sorriso no rosto, pensando no que poderiam fazer para melhorar a situação.

Algo nesse sentido, lembra com afeto do Natal de 2019, em que, a partir da cooperativa, montaram cestas natalinas para entregar aos agricultores que participaram da distribuição:

(...) No final de 2019, foi quando a cooperativa deu um salto de qualidade. A gente aumentou bastante o número de cestas, a cooperativa conseguiu fechar o ano com um montante relevante em comparação aos anos anteriores. E a gente decidiu dar uma cesta de Natal para todos os agricultores que tinham participado da distribuição. E eu fui com o Murilo nos espaços, dar a cesta de Natal para todo mundo — e era uma cesta bem humilde, tinha um licor, um café, uma manga e uma... daquela cor de rosa, bem bonita... Que tem uns espinhos, que é uma fruta meio esquisitona? Pitaia! Uma pitaia. E a gente levou, e foi muito bonito. E tipo, a gente levou no dia 24 de dezembro. À noite tinha jantar de Natal, e lógico que eu cheguei atrasadíssima no jantar de Natal, cheguei dez da noite na minha casa, mas muito feliz, alegre, feliz da vida, de ter tido essa missão, de ter encontrado com todo mundo, de ter, sabe, retribuído mesmo, o trampo. Tem que ficar clara essa relação entre todo mundo, e todo mundo se valorizando, e foi um momento importante para mim para estabelecer esse vínculo. (...)

Traz que esse momento a marcou nessa vinculação com os agricultores por poder ver, com alegria, os frutos do trabalho acontecendo de maneira coletiva. E coloca que foi:

(...) ao modelo cooperativa, que é na base do perrengue [risos], sempre acabando nove da noite, com muito trabalho envolvido, mas muito sorriso no rosto e muita política motivando. (...)

Nessa frase se resume muito da proposta e da potência da Terra e Liberdade. Pensando sobre o futuro da cooperativa, pensa que são uma potência pelo próprio trabalho que fazem, pela tarefa política que realizam e pelo que conseguem realizar em um horizonte de transformação social. Concretamente, Sofia entende que o desafio mais próximo é o institucional, de viabilizar um CNPJ próprio da cooperativa, algo que será muito importante quando conquistado, e o plano é tocar a Terra e Liberdade como uma empresa a partir daí. A perspectiva, como coloca, é de:

(...) Tentar conseguir grana o suficiente para remunerar todo mundo, e a partir daí, é só ladeira acima (...)

4.4. Clarissa

Nascida em 1991 em São Paulo, Clarissa é formada em ciências sociais e faz um mestrado sobre agroecologia. Teve um rico percurso de trabalho em ambientes de educação não-formal e culturais, e é militante do MST há anos. Durante a pesquisa de campo, foi uma das pessoas que vi com maior frequência, por sua atuação mais intensa nas montagens de cestas.

Da escola ao trabalho

Apesar de nascer no centro de São Paulo, Clarissa morou a maior parte de sua vida na periferia da Zona Leste da cidade. Coloca que sempre morou em condomínios populares, convivendo com muitas outras crianças, o que lhe ofereceu um ambiente tranquilo, onde podia brincar de maneira livre e com maior autonomia, em um espaço com bastante lazer. Quando era pequena, estudou brevemente em uma pré-escola de seus pais, mas a maior parte de sua vida escolar se passou em um colégio na Zona Oeste da cidade, onde vários de seus parentes trabalhavam. Com muitos de seus familiares em trabalhos pedagógicos, sempre teve proximidade com o campo da educação. Se não gostava muito do processo de escolarização, pelos longos deslocamentos que tinha que fazer e pela obrigatoriedade do ensino escolar, Clarissa coloca que sempre gostou muito de estudar, algo que diz ter influenciado posteriormente em seu desejo de fazer faculdade e pós-graduação.

É no contexto de seu colégio que começa a ter suas primeiras atividades remuneradas. Como uma forma de ter um dinheiro próprio, começa a trabalhar na cantina da escola, junto à sua avó, onde recebia um pequeno valor. Nesse contexto, sentia que os acordos de remuneração eram pouco claros, mas era um valor relevante para conseguir “fazer um pouco sua vida” ainda morando com a família. A partir daí, coloca que sempre trabalhou. Entra na faculdade de Ciências Sociais pouco tempo depois, onde teve auxílios estudantis e trabalhou com bolsas de extensão. Para complementar a renda, fez alguns bicos em momentos diferentes — fez comidas para vender, fez faxina e teve um trabalho temporário em um colégio grande. Pensava e sentia pouco em relação a esses bicos, por virem muito com a função de ajudarem a pagar as contas. O trabalho no colégio era exploratório, mas como sua perspectiva era de trabalhar temporariamente e sair, havia pouca expectativa de que aquilo pudesse ter sentido e afeto. Nas faxinas não teve nenhuma experiência “muito escrota” com donos das casas que limpou, mas tampouco coloca de experiências marcantes de qualquer maneira. Sobre a (não) relação que tinha com os bicos coloca que “não havia relação nenhuma — eu estava lá para ganhar algum dinheiro”.

Mais à frente na faculdade, começa a fazer estágios remunerados, trabalhando em um museu, passando um ano trabalhando em um Sesc e outro pela Secretaria de Cultura, em um centro cultural, onde depois retornou contratada integralmente. Nesses espaços, trabalhou bastante com educação não-formal, frequentemente como uma espécie de guia — seja ensinando sobre temática indígena em um contexto cultural ou educando sobre o funcionamento de uma horta agroecológica para crianças. Conta que gostava dessas atividades em que

trabalhava com pessoas, compartilhando ideias e em um papel pedagógico, tanto pela atividade em si quanto por permitir que se expressasse com o público e frente ao outro.

Reflete que começou a enxergar aquilo que a motiva no mundo do trabalho nos últimos anos, processo este em que o MST teve papel fundamental. Antes de 2017, não sabia sobre agroecologia, sobre o funcionamento de assentamentos ou outros elementos ligados ao Movimento e, a partir desse ano, passa a se engajar. Inspirada, participa de mutirões, encontros e vai passando por um processo “transformador”. Em 2019, no último ano do bacharelado, resolve se aprofundar nesse processo. Nesse movimento conhece Ariel, membro da cooperativa intimamente ligado à questão da agroecologia, e que acaba por ser uma de suas referências nos contatos com o Movimento. Nesse período, faz diversos cursos ligados à temática, também sobre educação ambiental, plantio e outros, com a agroecologia cada vez mais sendo um ponto de identificação e motivação. Sendo ainda uma “área em gestação” no Brasil, ainda pouco aproveitada, tem dificuldade em encontrar inserções para trabalhar com a temática, e Ariel serve de inspiração e como pessoa que ajuda a mostrar caminhos possíveis dentro da área. No começo da pandemia da Covid-19, ele chama Clarissa para auxiliar na gestão de um projeto voluntário que visava fornecer comida a comunidades em vulnerabilidade alimentar. Pouco tempo depois, surge a ideia de alugar um espaço para criação de uma cooperativa, que serviria de espaço para distribuição e venda, principalmente por feiras, de alimentos de pequenos produtores, e onde o espaço também pudesse servir de entreposto para diversos movimentos e aliados.

Essa iniciativa leva à criação do Galpão Agroecológico, em que Clarissa foi convidada por Ariel para fazerem a gestão conjuntamente. Em termos de afetividade e de sentido do trabalho, o Galpão aparece em um lugar especial:

(...) Eu tive experiências muito afetivas de trabalho, principalmente quando eu estava na Secretaria de Cultura, eu fiz muitas amizades, era um ambiente de trabalho muito gostoso, eu adorava. Mas no Galpão foi outra coisa, aquela coisa em que você se vê naquilo que você faz de uma maneira muito forte, você tem uma relação afetiva muito forte, do jeito que você atua, é uma realização muito grande. Mas eu já sabia que estava meio fadado ao término (...) a gente atua muito na precariedade dos recursos infelizmente. Mas se você perguntar qual época da minha vida que eu mais gostei, eu vou falar com certeza: O Galpão, com certeza. Uma experiência muito legal, uma experiência de estar em casa e estar trabalhando. E não é o trabalho do capital, que é o trabalho em que você é obrigado, em que o tempo do trabalho não é o seu tempo? Que não é no seu ritmo e que é extremamente desgastante e exaustivo. Enfim, não era esse trabalho, era aquele trabalho em que você realmente se realizava (...)

Se coloca que no centro cultural viveu um ambiente de trabalho agradável e com várias experiências afetivas e de amizade, é no Galpão em que consegue viver isso junto a uma identificação política com a tarefa sendo realizada.

Da militância à cooperativa

O envolvimento de Clarissa como militante do MST se deu ao longo do mesmo período em que foi se desenvolvendo no mundo do trabalho. Conta que durante sua Graduação morou em diversas repúblicas, entrando em contato com pessoas diversas. Em uma delas, teve contato com uma pessoa que participava de um projeto de extensão de banco de sementes com o MST, que contava histórias sobre o trabalho que fazia que eram de grande interesse para Clarissa. Nesse contexto, aproxima-se da então namorada desse homem, que era amiga de uma assentada do Dom Tomás Balduino. Conta que, nessa época, uma queimada destruiu boa parte do que ela havia plantado, acidificando o solo e criando uma demanda de apoio que foi acolhida pelo grupo de extensão do qual Clarissa participava com ela na época. Nesse momento, do fim de 2017 para começo de 2018, passa a ir ao assentamento para ajudar com mutirões:

(...) em 2018 a gente teve uma regularidade grande de ir lá, quase todo mês a gente tava lá no assentamento, na casa dessa amiga nossa, e também foi muito afetivo. Uma família muito querida, a gente sempre fazia festa e fogueira, a gente ia lá fazer mutirão, aí fazia fogueira e bebia (...) E aí foi isso, todo mês indo, fazendo mutirão. Eu nunca tinha tido essa experiência de trabalho com a terra e foi a minha primeira experiência desse tipo de trabalho com a terra, fazendo mutirão, da enxada, da foice, bem raiz assim, sem máquina, só as ferramentas manuais mesmo. E poxa eu gostei muito, e a gente foi pegando amizade com a família, foi se tornando uma coisa de amigos (...)

Em 2019, participa de um curso de agrofloresta no assentamento, onde dormiu vários dias. Conta que esse foi um momento de “revelação”, e que começaram a fazer mutirões todo mês nos lotes das famílias que participaram. Conta que nesse momento tinham uma ideia e objetivo mais claros, e que esse projeto deu vários frutos, estendendo-se no tempo e com a escrita de textos científicos sobre isso. Conta que, um tempo depois disso, essa amiga do assentamento, que era militante do setor de educação do MST de longa data, vai morar com Clarissa por um tempo e a convida a ajudar a organizar alguns eventos promovidos pelo Movimento. Em torno desse momento, passa a saber mais de Ariel, e em um dos mutirões que vai, Carlos, que já estava na Terra e Liberdade, também participa. Interessada em conhecer mais sobre cooperativismo e em aprofundar sua militância junto ao MST, pede para participar da cooperativa, algo que Carlos entende como positivo, especialmente dada a ótima relação que ela tinha com os assentados. Com isso, planejam que sua entrada seja no começo de 2020, mas o estourar da pandemia de Covid-19 atrasa esse processo para o 2º semestre do ano.

Efetivamente começa suas atividades junto à Terra e Liberdade quando essa passa a atuar junto ao Galpão Agroecológico e é oficializada como cooperada em uma reunião em 2021. Começa principalmente no operacional, mas rapidamente assume uma série de atividades — de gestão, ligadas ao financeiro, comunicação e as montagens, organizando-se no tempo para

“fazer tudo certinho”, essencialmente em um horário comercial. Coloca que, ao longo de 2021, foi uma das pessoas mais presentes com regularidade nas atividades, especialmente na atividade de montagem de cestas, mas tendo uma atuação forte na maioria das tarefas da cooperativa. Tendo acontecido no auge da pandemia, lembra de sua entrada na cooperativa como um momento de confusão geral pelas adaptações ao cenário pandêmico e como momento intenso. Como coloca:

(...) Eu comecei na cooperativa também num período que foi confuso para as pessoas no geral, que foi na pandemia, e a gente perdeu em questões de convivência humana. A gente acabou se tomando uma máquina de trabalho, foi convivendo pouco. Então a gente perdeu a qualidade nesse sentido do trabalho, e até por isso que no Galpão era tão bom, porque eu tava lá, encontrava com as pessoas (...) e o tempo que você consegue dispende na cooperativa é naturalmente reduzido por termos que se desdobrar em várias frentes de trabalho né. Mas quando eu entrei, foi uma entrada bem impressionante, porque foi uma imersão, e foi uma imersão de doze horas, foi muito louco. Dois dias seguidos assim, o primeiro dia assim a gente ficou o dia inteiro, inteiro. O Marcelo e a Sofia fizeram um baita estudo, o plano de trabalho, as tarefas, a divisão de horas, apresentaram o MST, as linhas. Aí foram dois dias seguidos, intenso, intenso. Tudo na cooperativa sempre achei intenso assim (...) é muita intensidade [risos], de militância assim. Eu sempre achei um ambiente de trabalho um pouco puxado assim, um pouco pesado, por conta disso (...)

O contexto pandêmico em que se insere promoveu um distanciamento das pessoas, tornando a proximidade ao Galpão especialmente importante. A adaptação inicial foi algo difícil pela quantidade de coisas novas e pelos horários com os quais não estava acostumada, mas coloca que logo se habituou com as atividades, que vê como sendo bastante regulares — de entregas regulares, atividades regulares, de um trabalho com tarefas similares e rotineiras.

Clarissa coloca que, considerando a conjuntura política desfavorável e a frequente dificuldade econômica em atividades ligadas à militância, imaginava que não conseguiria tirar grandes rendimentos do trabalho junto à cooperativa, mas diz que criou uma expectativa em relação a isso que não foi possível de ser alcançada. Por um tempo considerável, era remunerada pela cooperativa, mas era longe do que havia esperado. Se hoje entende os motivos por trás da situação financeira, coloca que essa situação gerou uma quebra de expectativa que a frustrou.

Para seu sustento, próximo ao começo de 2022, Clarissa começa a trabalhar como funcionária pública, em regime CLT, enquanto seguia com a pós-graduação e as atividades na cooperativa. Com esse trabalho em regime integral, passa a não conseguir se dedicar tão regularmente às atividades da Terra e Liberdade, auxiliando de modo mais “conforme consegue”. Coloca que foi difícil ver que não era viável se sustentar com o trabalho ligado à militância:

(...) em 2021 eu tinha uns horários muito certinhos para fazer parte de gestão mesmo, fiz bastante financeiro (...) eu fazia tudo muito certinho, com horário, tinha dias da semana separados em que eu fazia as coisas. (...) Mas para 2022, nesse regime de trabalho de segunda a sexta, horário comercial, presencial, todo dia, não tem como. E aí eu abri também mão de ganhar minha remuneração curta. E isso mudou muita coisa. (...) No começo do ano, eu fiquei injuriada, eu falei “Nossa, mano não acredito, eu tava no Galpão, na cooperativa, mas não tem perspectiva de salário, de viver com isso, tô tendo que trabalhar com outra coisa”, sabe? Queria continuar trabalhando com isso, fiquei injuriada. (...) Mas é, a falta de tempo, não tem como assim, quando você tá com um emprego em horário comercial, presencial, você se dedica muito menos à militância, e é um pouco triste e chato essa questão da militância não conseguir segurar seus militantes pela falta de remuneração, de emprego (...)

Diz que aceitaria uma remuneração mais baixa se pudesse se dedicar a essas atividades militantes, mas que era longe de ser viável. Elementos de segurança financeira, como uma renda mais alta e fixa, direitos trabalhistas e um plano de carreira, são aspectos presentes no trabalho como servidora pública que via como inviáveis na militância. Essa mudança fez com que Clarissa passe a tocar seu trabalho na cooperativa “do jeito que dava”, reduzindo sua participação significativamente, especialmente nas atividades de gestão, mudando a maneira como se relaciona com a Terra e Liberdade e a militância mais amplamente.

Do sentido da militância e da Terra e Liberdade

O sentido que Clarissa vê na militância é o que a motiva a se aproximar da Terra e Liberdade anos atrás e que segue motivando-a nas atividades como um todo. Como diz:

(...) tem a ver com isso que eu falei daquilo que eu acredito enquanto sociedade... enquanto possibilidade de vida, de sociedade, de trabalho, de organização. E o que eu gostaria para mim, para minha vida, é não estar no tempo e no espaço do capital. Mas estar em outros espaços-tempos possíveis. Então para mim a militância é muito isso, e claro assim, isso pensando da maneira racional. Tem também as questões de amizades, de tudo que a militância te abre de horizontes, em termos de relações sociais, e de possibilidades. Os caminhos que abre são diversos, tem muito aprendizado também, você aprende muito (...) E é isso, quando eu comecei na cooperativa foi acreditando nessa outra possibilidade de organizar a economia, o trabalho, a produção, a geração de renda e a distribuição de renda (...)

A possibilidade de agir para construir esse outro mundo, essa outra economia, e abrir caminhos para uma existência que não seja a de adequação ao capitalismo, foi e é grande motivador para seu engajamento nas diversas atividades. Coloca que, com frequência, a atividade militante acontece em um “ritmo louco”, muito intenso e puxado, mas que é algo que gosta por ser muito ativa e, mesmo que precise de momentos de pausas, retorna às tarefas pouco depois de pausar.

Algo que entende como difícil é o “como chegar” nessa outra possibilidade de vida, de sociedade e de trabalho. Enxerga como um processo em construção, exigente e por vezes conflituoso. Em relação à Terra e Liberdade, percebe que entrou em um momento histórico

conturbado e em uma cooperativa que já tinha um modo de funcionar em andamento. Entrando nesse contexto, considera que não teve um lugar de fala forte como os dos membros que já acompanhavam a cooperativa há anos e que por vezes não se sentia tão ouvida quando discordava de certos funcionamentos em andamento. Apesar disso, a proposta de um cooperativismo pautado na agricultura familiar agroecológica, na reforma agrária e ligado ao MST é algo que coloca como tendo todo sentido para si como causa, seja na Terra e Liberdade seja em outros espaços.

Do trabalho em cooperativa

Grande parte do que vê de interessante no cooperativismo vem das possibilidades de construção que essa forma de organização permite e fomenta:

(...) os trabalhos em cooperativa são muito legais. São trabalhos em que a gente cria nossas normas internas, eles são trabalhos criativos, (...) o trabalho em cooperativa é interessante porque ele é autocriado, é autogestão, então é um trabalho que abre esse espaço para as pessoas colocarem nele suas ideias e suas visões. E os acordos são mútuos, não é algo dado que você chega, algo que foi decidido lá atrás e você chega e já está. Claro que tem cooperativas muito antigas em que isso acontece, mas acho que sempre tem um espaço — pelas assembleias, para criar esses mecanismos de autogestão, de assembleias e tudo o mais. Então eu acho muito interessante, eu tinha passado por essa experiência no Galpão. No Galpão a gente começou do zero, tudo, marca, logo, preços, objetivos, clientes, rede, foi tudo do zero, e a gente que criou, a gente criou em coletivo (...) e demanda acordos, demanda relação, demanda que as pessoas se relacionem e conversem e cheguem a consensos. Então isso é muito legal também, não são trabalhos frios, em que você é só uma máquina de trabalhar alienada (...)

A possibilidade de decisão coletiva, que precisa ser feita considerando os envolvidos, é algo que movimenta o interesse pelo cooperativismo. Na medida em que as decisões são feitas assim, há maior necessidade de diálogo, o que Clarissa entende promover relações mais próximas e maior demanda de diálogos e acordos, algo que pode gerar relações mais intensas. Há uma compreensão de que esse tipo de participação é diferente de dinâmicas de trabalho que com frequência são alienantes, algo típico do trabalho no capitalismo. Comunitariamente, teria um potencial maior na medida em que tem frequentemente proposta de geração de renda, e que os rendimentos são decididos coletivamente. Tudo isso torna o cooperativismo um campo de grande interesse e sentido para Clarissa, mas que apresenta desafios grandes. A dificuldade em se viabilizar economicamente uma cooperativa, e o muito pequeno investimento público nessas iniciativas, torna, como colocado antes, bastante difícil de ser viável trabalhar apenas com isso, algo que deseja que fosse possível.

Em relação à Terra e Liberdade, a vê como uma cooperativa “meio crua”. Entende que houve avanços significativos nos últimos anos, mas que ela foi atravessada por questões

difíceis. Vinda de uma conjuntura desfavorável e passando por uma pandemia, demorou alguns anos para ter um formato operacional robusto, sendo relativamente recente o maior fluxo de vendas de maneira mais constante. Refletindo sobre sua dedicação na cooperativa, considera difícil voltar a se dedicar tanto quanto em 2021, pela necessidade de conciliar tarefas e por eventuais discordâncias, mas segue desejando o sucesso dela e de iniciativas similares.

Das relações e da solidariedade

Ao pensar sobre a relação com os outros dentro da cooperativa, Clarissa pensa que algumas questões promoveram um certo distanciamento. Enxerga que sua entrada no auge da pandemia dificultou aproximações, por uma distância física que foi promovida por motivos sanitários, e que reduziu os encontros presenciais. Relata que, como a cooperativa já existia há alguns anos, havia uma dinâmica entre pessoas que já estavam presentes, o que sentiu ter influenciado sua inserção no espaço.

Em um nível político, relata que percebeu existir uma diferença da forma como ela e outras figuras da Terra e Liberdade enxergam o papel da militância — que com frequência em espaços como a cooperativa caem em um lugar de muita demanda e de sacrifício, algo que Clarissa não entende ter sentido para ela, que vê a militância como importante, mas como uma entre várias tarefas. Isso, junto de uma diferença percebida de poder de fala entre dirigentes e não-dirigentes, e de brigas difíceis nas quais não esteve envolvida, mas presenciou, foi gerando um distanciamento entre ela e a cooperativa. Se seguiu presente, o fez “não se vendo 100%” pertencente a ela, mesmo que houvesse esforços de seus colegas para acolher e promover aproximações.

Nesse contexto, percebeu a prática da solidariedade como algo presente, mas complexa, por entender ser atravessada por essas diferenças de visão sobre a militância:

(...) Eu entendo que tem gente que quer se entregar para o MST e vê a vida nisso, na luta, e tem esse sentimento dentro de si. (...) Vão ter pessoas que vão querer muito lutar pelo MST, se veem no MST, mas se veem em outras coisas da vida. E elas vão tentar fazer um balanceamento de militância com várias facetas da vida. Eu acho que algumas vezes faltou esse olhar mais solidário entre nós, porque solidariedade de classe, beleza, mas entre nós (...) E já vi situações, já presenciei, já passei por elas em que acho que faltou de fato, de que não precisava acontecer como aconteceu, não precisava ter essa cobrança, sabe. A prática da solidariedade entre nós poderia ter sido melhor. Mas assim, também de outras formas, outras situações de apoio mútuo também já presenciei. A gente acaba se aproximando de pessoas que a gente se identifica mais, isso acontece na cooperativa. Então, tipo, os apoios mútuos acabam acontecendo nesses nichos dentro de cooperativas (...) E a gente não precisa ter a mesma visão de militância, e ritmos pode ter diferentes. Mas no geral, de uns tempos para cá, eu acho que isso tem sido mais respeitado, mais acolhido, do que por exemplo

em outros momentos em que eu pude presenciar cobranças e brigas, e falta de solidariedade maior assim (...)

Percebe conflitos que entende virem dessas diferentes visões de militância, mas entende ter acontecido uma melhora gradual em relação a isso nos tempos próximos às entrevistas. Enxerga momentos de apoio mútuo paralelos a essas tensões e de cuidado especial dentro dos “nichos”, essencialmente das relações mais próximas que estabelece lá dentro.

Do humor e do lúdico

Sobre o humor, Clarissa o identifica como bastante presente. Aqui, destaca dois elementos — a presença de figuras engraçadas como a de Murilo e o cansaço:

(...) eu acho que essas montagens de cestas são sempre engraçadas porque está todo mundo virado basicamente, todo mundo com sono, ninguém está raciocinando direito. Então é sempre uma coisa engraçada essas montagens (...) Nossa, teve uma montagem que a gente virou a noite. Porque antes de começar a ser de quintas de manhã as montagens, tínhamos o costume de fazer de quarta à noite, e foi uma montagem de cesta de Natal, e a gente virou a noite, literalmente, vimos o Sol nascer (...) [e o cansaço] no geral não me incomoda muito se eu puder ir para casa depois descansar, se eu tiver que fazer alguma coisa depois eu acho foda, mas no geral não me incomoda. É... Bom, o Murilo é engraçado, ele sempre é (...) de coisas engraçadas, cada um tem o seu jeito também, e a gente se diverte juntos. (...)

Enxerga esses momentos como muito importantes, por trazer leveza e bom humor ao trabalho, mesmo que entenda que em parte surjam devido ao cansaço que estão sentindo.

Dos momentos de brincadeira lembra de relativamente poucos, pelo distanciamento que viveram ao longo da pandemia. Os que se recorda associa muito aos eventos dos quais participaram:

(...) 2021 a gente não conviveu muito, a gente ficou mais distante. Mas esse ano, ah, teve vários bailes de dois, vários eventos que a cooperativa participou, são mais esses momentos assim, de descontração, tipo *happy hour* (...) mas no geral eu não convivo com o pessoal da cooperativa sempre, isso não acontece, porque 2021 foi esse ano de distanciamento social e 2022 foi o ano que eu estava trabalhando como servidora pública, (...) então não são tantas cenas acumuladas, (...) mas teve vários eventos esse ano, várias vezes que a gente se juntou para tomar cerveja depois de fazer alguma feira, teve evento no Irmã Alberta, teve evento no Armazém... teve as feiras, teve agora a Feira da Reforma Agrária, então foram várias coisas assim (...)

Assim como o humor, vê a brincadeira como tendo um papel importante. Coloca a ressalva de que para ambos depende do tipo de brincadeira. Se é algo que traz leveza ao ambiente, é positivo, enquanto aquelas que podem reforçar opressões ou que são feitas às custas dos outros podem gerar um mal-estar e acha “péssimo” e acredita que se deve ter cuidado com isso.

Retrospectivas e projeções ao futuro

Refletindo sobre sua participação como um todo na Terra e Liberdade, entende que o processo ocupou um lugar importante em entender aquilo que tem mais sentido para si:

(...) O Terra e Liberdade no geral foi uma experiência e tanto na minha vida. Foi a minha inserção de fato numa militância no MST, porque antes eu era uma aliada, eu não tinha um compromisso com o MST (...) E o Terra e Liberdade foi essa porta de entrada, com certeza, desse compromisso. E de adquirir muito conhecimento, saberes, em questão de cooperativismo, da gestão, das planilhas, do operacional, das relações... E essa questão da agricultura, mesmo que pela comercialização, tudo isso foi muito saber adquirido, foi muita experiência. Não só pela Terra e Liberdade, mas também pelo Galpão, que seguia junto até certo ponto. (...) E deu uma cimentada na cabeça que eu gosto de trabalhar com agroecologia e eu quero trabalhar com isso, e foi super válido, pros meus projetos pessoais, pro meu plano de vida (...) e foi marcante um pouco esse regime de trabalho puxado, de militância puxada, uma coisa que eu nunca tinha experimentado na vida (...), é um baita de um compromisso que você assume e que você se sujeita a fazer coisas que não fazia antes (...)

Mesmo que marcado por um compromisso intenso e um ritmo de trabalho frequentemente difícil, foi o lugar em que se insere de modo mais comprometido na militância e a partir do qual passa a entender de modo mais consolidado a importância da agroecologia para sua vida. Pensando sobre o futuro da Terra e Liberdade, e sobre os desafios e a potência que a cooperativa tem, coloca:

(...) Olha, é como eu falei, é uma cooperativa em estruturação, porque para mim tem que dar passos ainda para ser uma cooperativa. Passos formais, como CNPJ, estatuto e passos de gerar uma coesão cooperativa, assim, ampliar o escopo das relações e tornar essas relações mais transparentes (...) por exemplo, começar a envolver os agricultores na gestão. (...) Formalizar, fazer um estatuto. E começar a remunerar, atingir essa viabilidade financeira, é muito importante. E... gerar esse ambiente democrático mesmo, ambiente democrático que apesar das divergências pessoais a gente consiga trabalhar de uma forma cooperativa. E digo nessa questão da profissionalização do trabalho mesmo, da gente conseguir trabalhar e gerar esse ambiente de trabalho, que não seja apenas um ambiente de militância. Todo mundo que está lá é militante, todos nós somos. Mas lá é um ambiente de trabalho, é diferente né, militância vem muito com os valores pessoais. Não dizendo que no trabalho não dá para ter isso, dá para ter, mas a gente não precisa estar todo mundo coeso nos valores para trabalhar juntos. (...) E de potência, pô, é muita potência, porque seria mais uma cooperativa do MST, viabilizada, atuante, fortalecendo os próprios objetivos do MST, da reforma agrária popular, seria um jeito da gente gerar renda nos territórios e entre nós (...) então potência tem muita, mas os desafios também são muitos (...) eu espero que em breve a cooperativa comece a receber subsídio, eu acho isso importante (...) seja do Estado, seja do MST, de um doador, de qualquer lugar que seja (...) pra Terra e Liberdade continuar existindo no longo prazo e dar esses passos de estruturação, de se firmar estavelmente (...)

Ela entende que a cooperativa tem muita potência, tanto no efeito que pode ter localmente quanto em ser mais uma cooperativa do MST que fortalece o Movimento como um todo. Igualmente enxerga que os desafios são grandes, destacando principalmente a questão da formalização da cooperativa como um empreendimento, como forma de se criar uma estrutura cooperativa mais sólida, pela criação de um estatuto e outras estruturas, e de abrir possibilidades para subsídios estatais e de editais diversos. Em nível pessoal, aborda a intensidade da

experiência, e que, por mais que tenha sido algo ambígua e por vezes difícil, teve um lugar importante em se entender como militante e no desenvolvimento pessoal daquilo que faz sentido para sua vida.

5. A dimensão político-econômica da cultura solidária

5.1. Tecer uma cultura solidária demanda mudança econômica e luta política

Para pensarmos a emergência e o fomento de uma cultura solidária, é fundamental que olhemos para a dimensão político-econômica que a cerca. Sem a dimensão político-econômica, não há construção de cultura solidária.

Quando retomamos a história da economia solidária e de suas experiências precursoras, fica nítido o escopo de luta contra a hegemonia capitalista. Como Andrada e Esteves (2017) colocam:

(...) a Economia Solidária é, em suas origens, princípios e bases, uma ética e uma prática francamente anticapitalista; um movimento social de resistência ao capitalismo tramado nas fendas do sistema, por trabalhadores dele excluídos ou em franca recusa às mazelas do assalariamento, com vistas a superá-lo. (ANDRADA & ESTEVES, 2017, p. 172)

No Brasil, ressurgiu com força a partir dos anos 80 e 90 como resposta ao avanço neoliberal e ao contexto de crescente desemprego, superexploração do trabalho, ampliação de vínculos informais e precários de emprego, e outros desdobramentos econômicos que deixaram o mercado de trabalho mais precário para os trabalhadores (Andrada, 2006). Nesse momento de *boom* de empreendimentos solidários, somos lembrados da frase de Singer (2003, p. 13) de que a economia solidária não é criação de ninguém em específico, mas sim “criação em processo contínuo de trabalhadores contra o capitalismo”.

A experiência da Terra e Liberdade é mais recente e nitidamente surge em um contexto de desdobramento de décadas de avanço neoliberal e das subseqüentes reações de trabalhadores a esse ataque. Durante o governo Temer, há uma redução do orçamento do Programa de Aquisição de Alimentos em quase metade, e subseqüentes cortes ao longo dos próximos anos reduzem ainda mais o investimento nesse importante programa de apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar (BEZERRA, L. & SOBREIRA, V., 2021). Considerando que a estratégia da Regional Grande São Paulo do MST da época focava em produzir em escala considerando o PAA, essas medidas geram um impacto negativo imediato aos agricultores do estado, que sofrem uma redução drástica de seus meios de subsistência. Quando começam as atividades que depois viriam a constituir a Terra e Liberdade, é frente a uma demanda socioeconômica concreta e grave.

Surgindo nesse contexto, a cooperativa começa como uma iniciativa relativamente pequena, mas inserida em uma reação ampla e coletiva do MST a esses e outros ataques. A

preocupação inicial não era com os que viriam a ser cooperados propriamente ditos, mas sim com o que iria se constituir como um ecossistema de cooperação, envolvendo consumidores, cooperados e principalmente os agricultores, além do Movimento como um todo.

A partir disso, e inspirados por outras iniciativas de economia solidária e cooperativas, além de terem como base diversos princípios socialistas, os fundadores da Terra e Liberdade tinham claro desde cedo que ela não seria um empreendimento apenas econômico. Sua criação também se inseria em um horizonte político de transformação social. O esforço de promover um empreendimento autogestionário e solidário que busca a agroecologia e a reforma agrária popular se relaciona com o que Carlos chamou de “transescalaridade”:

(...) Eu acho isso ótimo também, e é muito foda construir, ainda que seja também em nível local, na Regional Grande São Paulo, as tarefas do Irmã Alberta, mas tem essa transescalaridade, de que aquilo que a gente faz em nível regional aqui, tá conectado com uma estratégia nacional de um movimento que tá em um país inteiro, e há uma dialética entre as escalas locais e uma escala nacional (...)

No que se relaciona com os participantes do ecossistema de cooperação, com a Regional Grande São Paulo do MST e amplamente com o Movimento como um todo, a Terra e Liberdade se insere em uma estratégia de transformação que faz com que seja uma cooperativa genuína, mesmo que ainda formal e institucionalmente em estruturação.

A implicação intimamente militante da Terra e Liberdade é fundamental para seu potencial transformador e para o potencial da rede em que se insere. O caráter politizado da cooperativa faz com que haja um projeto explícito de construção de não apenas um jeito de trabalhar diferente, mas de tessitura de outra forma de se relacionar e estar em sociedade. Como trazem Dardot e Laval (2017), refletindo sobre as experiências da “economia social e solidária” e retomando Chanial e Laville, a “ligação entre a forma cooperativa e o conteúdo solidário, entre as práticas associativas concretas e o objetivo cívico: ‘A mola da criação associativa é o sentimento de que a defesa de um bem comum pressupõe a ação coletiva’” (DARDOT & LAVAL, 2017, p. 413). Os autores colocam que a coerência ideal da economia social e solidária estaria em atrelar a instituição democrática do agir comum à produção do comum como finalidade pela qual se pauta a ação. Empreendimentos nesse meio que lutam contra um sistema econômico injusto propõem um outro modelo de trabalho, cuja dinâmica tem como parte de seu objetivo a extensão da democracia à economia e à sociedade. Há uma busca da criação de um laço social voluntário preocupado com a igualdade e a solidariedade, reforçando que a ação coletiva pode ser conduzida por princípios e finalidades que têm legitimidade própria e que não precisam ser submetidos à lógica do mercado ou à do Estado.

Dentro do espaço de uma cooperativa, isso pode ser visto mais nitidamente pela diferente estrutura e dinâmica, e pelos impactos que isso gera. Há, em uma cooperativa genuína, o potencial de uma superação local e incompleta do capitalismo. No que promove a detenção dos meios de produção, a participação nas decisões e frequentemente apropriação do trabalho combate a alienação. Com isso, a cooperativa vira espaço de referência comunitária, em que os laços sociais são feitos em solidariedade e apoio mútuo, onde é promovido o enraizamento, o combate ao isolamento e a uma lógica de responsabilização individual (ANDRADA & ESTEVES, 2017). No que tange a dinâmica laboral em si, a cooperativa promove a superação de um dos pilares do capitalismo, que é a divisão despótica do trabalho dentro da instituição (HADDAD, 2000). Quando a gestão passa a ser feita pelos trabalhadores de forma democrática, há uma quebra com a hierarquia típica de uma empresa capitalista. Fábio de Oliveira (2014) nos traz que a hierarquia é um dos elementos de sustentação da heterogestão, na medida em que ela organiza a dinâmica de poder por meio da coerção, centralizando as decisões e livrando esse grupo gestor das tarefas indesejáveis. Se nesse contexto há um monopólio de informações, na autogestão abre-se espaço para o oposto — para que o conhecimento da causa, e a transparência e acesso a informações sejam democratizados. Em realidade, isso se torna um elemento fundamental para as autogestões.

Todos esses pontos são ganhos importantes que uma cooperativa genuína pode ter ao conseguir se manter fiel aos seus princípios. No entanto, como Haddad (2000) e outros autores nos alertam, essa potência tem limites. Se supera localmente o despotismo da divisão de trabalho hierárquica, segue submetida às lógicas de mercado, não superando o modo de produção em sua conjuntura mais ampla. Se há quebra na tensão entre capital e trabalho nas relações de produção, segue a necessidade de conciliar os interesses da produção (padrões de qualidade, custos e prazos de entrega) com interesses dos trabalhadores (remuneração, condições de trabalho, atender necessidades pessoais e familiares) (ANDRADA & ESTEVES, 2017). A cooperativa, existindo dentro do regime capitalista, precisa competir e sobreviver em concorrência com as demais empresas, cooperativas ou não, o que a incentiva a ter que lidar com os parâmetros e desafios postos pela concorrência em mercado. De certa maneira, os trabalhadores não se livram totalmente da figura do patrão porque são empurrados a se tornarem patrões de si mesmos, correndo o risco de reproduzir o sistema de exploração do trabalho (HADDAD, 2000).

Pensar em um potencial transformador mais amplo que o local envolve passos a mais. Haddad coloca que a implementação nacional de um sistema cooperativo seria uma

possibilidade importante para superar o conflito com as dinâmicas de mercado, algo que exigiria a conquista do poder político pela classe operária, promovendo mudanças em outras estruturas como sistemas de crédito, tributários e sistemas de pesquisa e inovação, todos pontos com os quais cooperativas tendem a ter dificuldades. Outra possibilidade é a do fomento de redes cooperativas ou de empreendimentos solidários de maneira mais ampla como forma de mitigar ou pensar alternativas propositivas a essa contradição. No Brasil, temos exemplos como a Cooperativa Central Justa Trama, a maior cadeia produtiva de confecção da economia solidária no país. Como o nome indica, segue os princípios da economia solidária e é uma trama entre vários empreendimentos que percorrem uma cadeia de produção, envolvendo empreendimentos associados que vão da produção de algodão, passando pela fiação e tecelagem, a confecção de roupas, o beneficiamento e posterior comercialização dos produtos (NOVOS PARADIGMAS, 2023). Esse tipo de associação entre empreendimentos de economia solidária mitiga os efeitos deletérios da competição mercadológica e propõe uma alternativa, mesmo com limitações, ao mercado mais amplo. No entanto, promover a superação da divisão social do trabalho e das dinâmicas de mercado por completo envolveria também a tomada de poder, algo consideravelmente mais amplo e que aponta para a importância da implicação política.

Nesse quesito, a Terra e Liberdade é intimamente atravessada por diversas dessas questões. Seu envolvimento em uma rede de iniciativas diversas ligada ao Movimento Ihe dá fôlego em momentos de aperto e permite um apoio mútuo que beneficia os diversos empreendimentos e os fortalece frente às demandas do mercado. O fato de a cooperativa atuar em um circuito curto de comercialização e apostar nos grupos de consumo militantes promove uma inserção em um trecho do mercado que é relativamente estreito, mas que gera mudanças na relação com a comercialização. Com a implicação militante na produção e venda, e na relação com esse ecossistema de cooperação, promove-se uma alteração na dinâmica de mercado em que está inserida, mesmo que não supere as contradições. Esse ecossistema se aproxima do que autores como Nespolo e Esteves (2022) chamam de “rede solidária”, nesse caso tratando-se de um agrupamento de empreendimentos, iniciativas e pessoas que se apoiam e dão maior espaço para viabilização dos diferentes atores envolvidos. A construção de uma rede assim ou do “ecossistema”, como trazem, é uma maneira potente e coletiva de lidar com diversas das dificuldades mais recorrentes que atravessam empreendimentos solidários.

Sendo uma cooperativa que surge no fim do governo Temer e atravessa a gestão Bolsonaro, viveu anos em que as políticas de fomento à economia solidária e à agricultura

familiar foram cortadas, e o MST como um todo atacado. Isso restringiu o acesso a editais, créditos e apoios institucionais à sua existência, algo relevante, e que segue dificultado por não ser, até a escrita dessa dissertação, formalmente uma cooperativa ou associação.

Essas contradições econômicas nas quais as cooperativas se inserem fazem com que Haddad coloque que “a genuína cooperativa deve ser encarada pelos seus membros, desde o nascedouro, como um empreendimento político, e não apenas econômico” (2000, p. 40). Há uma necessidade de passos a mais, para além do trabalho na cooperativa, para um caminhar rumo a uma superação do capitalismo. Outro ponto que coloca é que esse trajeto exige uma certa reeducação dos trabalhadores para uma economia solidária que não seja fundada no egoísmo, que exige que aprendamos (ou reaprendamos) a priorizar estímulos que não sejam financeiros para trabalhar, criar e inovar.

Singer (1998) nos coloca que um espírito cooperativista, ou socialista, não emerge espontaneamente. É necessário uma educação e cultivo para isso. Como coloca, o primeiro passo seria a consciência da alienação, seguido da inserção ativa em espaços de luta política, sejam cooperativas, sindicatos ou outros. A opção por esse tipo de atuação seria oposta a seguir uma lógica individualista, que também não surge espontaneamente — ela é constantemente reafirmada por uma cultura de consumo e pela propaganda comercial, por toda uma dinâmica sociocultural que puxa o sujeito a se isolar. Mas mesmo frente à hegemonia capitalista, há esforços contrários, que incentivam a responsabilidade pelo outro e a solidariedade. Singer entende que várias iniciativas de trabalhadores dentro do capitalismo, como sindicatos e cooperativas, são “implantes socialistas” dentro do sistema que podem desempenhar papel positivo ao difundir valores essenciais à vida em sociedade e podem promover ideais socialistas mesmo antes de uma revolução social socialista.

Como Dardot e Laval nos trazem, existe um impasse estratégico em se insistir apenas na via econômica, e muitos pensadores socialistas consideram como uma “quimera da práxis” pensar que bastaria a introdução desses implantes socialistas no capitalismo para abrir brechas para outro sistema. Para os autores, a luta teria que ser ao mesmo tempo mutualista, cooperativa, política e sindical — ou seja, uma luta “total”. Para que a luta por outra economia seja possível, para que a economia solidária possa ser um projeto social viável, precisa estar junto da luta política e social.

Exige, também, que nos debruçemos nas materialidades ligadas a essas considerações político-econômicas.

5.2. Materialidades — atravessamentos gestionários, burocráticos e da precariedade

Se pensarmos no que é necessário para que um empreendimento solidário possa existir segundo seus ideais e possa os promover, vemos que existe uma complexidade organizativa envolvendo diversos fatores.

Ao tratarmos de uma empresa autogestionária, Andrada (2006, p. 12) nos coloca que a burocracia e o controle possuem uma dimensão dupla e contraditória. Nas empresas capitalistas tradicionais, o controle é exercido para que se extraia o máximo da produtividade, estando a serviço da exploração, e é intrinsecamente distinto do controle coletivo da autogestão. Tendo a empresa capitalista em mente, Andrada coloca que: “Sabe-se de início e o tempo todo o que *não* se quer em uma cooperativa autogestionária: hierarquia, subordinação, burocracia alienante, cisão planejamento-execução, competição internas (...)”. A oposição é clara, mas é mais difícil a formalização de um modelo diferente. Existe uma necessidade organizativa da autogestão, especialmente se, como Andrada afirma ao retomar o trabalho de Dalila Maria Pedrini, ela promover a criação de um modo de controle e de burocracia que possa defender os direitos dos trabalhadores, favorecendo-os e buscando normatizar e proteger o modo autogestionário.

Isso é importante também como forma de opor de maneira organizada a um modelo heterogestionário. Assim, é uma maneira de formalizar a gestão coletivizada, a transparência e acesso a informações e às decisões, de quebrar com mecanismos coercitivos e outros pontos típicos da heterogestão. Fábio de Oliveira, sintetizando as experiências de Sato e Esteves (*apud* de Oliveira, 2014), nos traz algumas condições necessárias à autogestão:

- Sendo o sujeito da autogestão o grupo de trabalhadores, é necessário que as pessoas reunidas em uma cooperativa formem um grupo de fato e não sejam um conjunto de trabalhadores reunidos apenas formalmente;
- O exercício pelos trabalhadores de controle sobre o processo produtivo (conhecer e intervir sobre ele), sobre a gestão do empreendimento e sobre o grupo (participar e saber-se capaz de interferir para contestar e propor);
- Existência de espaço para o conflito e a discussão, isto é, a possibilidade do debate público;
- “Impossibilidade de convivência entre a autogestão e outros vínculos de trabalho” (OLIVEIRA, 2014, p. 25).

A experiência da Terra e Liberdade nos mostra de maneira viva discussões e dificuldades ao redor dessas questões. Nas entrevistas, Marcelo e Clarissa trouxeram explicitamente a importância e vontade de profissionalização da cooperativa, algo também trazido por Sofia e Carlos com outros termos. Outro ponto é o da formalização da cooperativa.

Isso envolve o estabelecimento dela com um CNPJ, a escrita de um estatuto e a criação de um espaço de assembleia.

Diversos desses pontos têm um equivalente, mesmo que informal, na cooperativa: as reuniões regulares efetivamente funcionam como assembleias, a organização é autogestionária, e há textos nas redes e em diversos documentos da Terra e Liberdade que delineiam seus princípios. Mas existem demandas, por motivos diferentes, de que isso seja estabelecido de modo mais estruturado. A profissionalização permitiria uma melhor distribuição das horas e trabalho na cooperativa, com garantia de remuneração e melhora das condições laborais, pontos recorrentemente trazidos pelos entrevistados e no cotidiano como de difícil convívio e conciliação. A formalização em si viabilizaria acesso a muitos editais e apoios institucionais, além de garantir, de modo mais estruturado, os espaços de discussão.

Como nos traz Fábio de Oliveira, dentro da autogestão existem muitas possibilidades e mecanismos possíveis para sua concretização. A legislação brasileira exige que cooperativas tenham uma estrutura organizacional com assembleia, um conselho administrativo e um conselho fiscal, o que dá uma base sólida, mas ainda permite funcionamentos distintos dentro dessa estrutura. A eleição de representantes para cargos não é algo incomum, especialmente em empreendimentos maiores. Independente do funcionamento, é importante que a decisão coletiva — habitualmente por meio da assembleia — seja soberana.

A Terra e Liberdade, estando em momento de estruturação formal e tendo um número relativamente pequeno de membros, não segue essa estrutura. Há um esforço grande para que as decisões sejam coletivas e feitas nas reuniões regulares, e não há eleições para representantes ou cargos dentro da cooperativa.

Essas não acontecem por um foco na decisão coletiva e por uma desnecessidade do processo em um grupo menor. Mas se não existem cargos propriamente ditos, certamente existem funções. Quem ocupa as funções está nelas em grande medida pela disponibilidade em assumir a responsabilidade por ela, pelo conhecimento que possuem sobre ela e, em alguma medida, por serem ou não dirigentes da Regional. Os cooperados em sua maioria ocupam mais de uma função, mas existem algumas mais especializadas — do trabalho de gestão, da *hacker* especialista em tecnologia, do trabalho e planejamento financeiro, por exemplo.

Oliveira, retomando Albert (*apud* de Oliveira, 2014), aponta o lugar que o especialista ocupa em um ambiente em que decisões são tomadas democraticamente. Para o autor, a tarefa do especialista deve ser de utilizar de seu conhecimento específico para ajudar e embasar as

decisões feitas coletivamente, e não de decidir pelo grupo. Aqui, deve-se ter um cuidado para não se confundir uma autoridade de saber (aquela que é respeitada pelo conhecimento que tem) com uma autoridade de poder (que tem controle e meios de coerção sobre o grupo), algo que frequentemente é a norma em empresas capitalistas. O saber especializado é muito relevante e deve ser considerado, mas deve-se ter um cuidado de não cair em um argumento tecnicista que pode vir a descaracterizar o caráter democrático da decisão coletiva. Na Terra e Liberdade, o lugar de autoridade de saber parece ser ocupado por esses especialistas em seus respectivos lugares — vimos Marcelo e Sofia citados como figuras de referência mais consolidadas no lugar da gestão e do financeiro da cooperativa, por exemplo. Se por vezes a voz dos especialistas em seus respectivos campos pode ter um peso algo maior, as decisões seguem sendo tomadas coletivamente.

Isso não impede que essas autoridades de saber sejam vistas como de poder. O conflito relatado com Vinícius na narrativa de mais de um cooperado foi um momento dramático da história da cooperativa, e parte do motivo veio da percepção de que membros da gestão estariam agindo como patrões. O receio de controle e de hierarquia é algo que perpassa essa fala, ocupando um lugar de denúncia como se os colegas fossem chefes em alguma medida.

No entanto, um fator importante é que, mesmo que esses cooperados ocupem lugares de gestão, fazem-no de forma menos rígida, em grande medida por não terem o poder de demitir, deliberar unilateralmente sobre os rendimentos dos outros e outros aspectos tipicamente associados a um chefe capitalista. A ausência do poder coercitivo muda drasticamente a dinâmica e, mesmo que surjam incômodos, é um ponto fundamental para que outras relações laborais possam existir. Fábio de Oliveira traz exemplos de cooperativas de mão de obra em que conselheiros e coordenadores são sentidos como chefes pelos cooperados por terem esse poder de desligar outros membros e controlarem as retiradas — que inclusive nesse caso são chamadas de salário. Na Terra e Liberdade isso não pode acontecer, mas é possível que esse tipo de receio possa ser reduzido com maior formalização, na medida em que reduziria o espaço para o fantasiar sobre possíveis coerções.

Todas as questões levantadas nesse subcapítulo são atravessadas — majoritariamente limitadas e raramente potencializadas — pela condição material da cooperativa. Elemento comum em todas as entrevistas e recorrentemente presente no cotidiano é a questão da precariedade econômica que frequentemente incide nas atividades da Terra e Liberdade. Retomando dados de um mapeamento feito pela Senaes em parceria com o Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (Ipea), Andrada e Esteves apontam que a considerável precariedade de muitas iniciativas dentro da Economia Solidária é questão recorrente. Trazem um trecho de Antônio Cruz (*apud* Andrada & Esteves (2017) que sintetiza diversas questões que empreendimentos nesse campo enfrentam:

A Economia Solidária contraria tudo que está nos manuais de economia e de administração: teoricamente, ela não poderia existir. Suas escalas de produção são muito pequenas; a falta de capital leva a uma baixa produtividade; suas preocupações morais produzem deseconomias de todo tipo: perda de oportunidades em função de escrúpulos e princípios ideológicos, processos produtivos de rendimentos limitados, utilização intensiva de trabalho e aposta no aproveitamento de mão de obra pouco qualificada. Os manuais não sabem que, na maioria das vezes, para os empreendimentos de Economia Solidária, essa conjuntura não resulta de uma escolha entre outras possíveis, mas sim que se trata da única alternativa para uma dada situação (CRUZ, A., 2010, *apud* Andrada & Esteves, 2017, p. 177).

Muitos desses pontos são vistos de forma clara na Terra e Liberdade. A necessidade da criação de uma iniciativa para cuidar de demandas dos agricultores era premente. Nascendo em uma conjuntura política absolutamente desfavorável para apoio governamental, com princípios socialistas e a partir duma base popular, a ausência de capital era gritante. Disso decorre a necessidade de que o investimento inicial seja a mão de obra, levando a demandas intensas que melhoram com o tempo, mas que seguem fortes. O acúmulo de experiência, a chegada de novos membros e a melhoria nos processos e tecnologias são todos fatores que embasam o crescimento da cooperativa e endossam seu potencial, mas o contexto de precariedade segue atravessando-a de maneira relevante.

Como a sobrevivência da cooperativa em grande medida depende da mão de obra, que frequentemente é realizada por trabalho voluntário-militante, a necessidade de conciliação com outros trabalhos que garantam outras fontes de remuneração aos cooperados é premente. Com isso, trabalhos com direitos e garantias, com frequência em regime CLT, passam a ter uma atração maior, algo que vemos nos relatos de Clarissa quando começa um trabalho nesse regime. Como Fábio de Oliveira nos traz, esse tipo de situação, em que a dificuldade de obtenção de renda atravessa, produz ambiguidades na relação com o trabalho cooperativo e é fator que atravessa com frequência cooperativas populares. Diversas virtudes da autogestão são levantadas por vários dentro da Terra e Liberdade. Dentre elas, podemos citar: a construção coletiva da cooperativa, os vínculos fortes, o trabalho que não é alienante, a relevância política e militante do trabalho feito, o alto grau de sentido nas atividades realizadas, e de modo mais amplo, a forma como o trabalho se insere na construção de um horizonte revolucionário.

O sentido do trabalho é claro e relevante para todos os entrevistados, mas é atravessado pela questão material. Na medida em que a questão financeira é condição de sobrevivência dos

trabalhadores, a situação de baixos rendimentos até o momento para os cooperados é fator muito significativo para promoção da ambiguidade na relação com o trabalho cooperado. O desejo de que isso mude é nítido — Clarissa relata sua frustração em não conseguir se manter focando no trabalho cooperativo como estava, também trazendo que os cooperados mais antigos como Marcelo, que tanto se dedicaram à cooperativa, idealmente deveriam ter um retorno maior pelo trabalho de longa data. Muitos dos relatos de trabalhadores de cooperativas populares trazidos no livro “Os Sentidos do Cooperativismo” de Oliveira encontram ecos na Terra e Liberdade. As retiradas possíveis geralmente são uma parte pequena da renda de cada cooperado, exigindo outros trabalhos para que possam se sustentar. Apesar disso e de um cenário no qual por vezes é difícil de sobreviver, as esperanças para o futuro seguem altas, com forte desejo de que a cooperativa prospere.

5.3. Luta, solidariedade e camaradagem política — rumo a uma cultura solidária

Se essa esperança se projeta ao futuro como uma expectativa de melhora, manifesta-se concretamente nos esforços quase heroicos feitos pelos cooperados pela Terra e Liberdade. Ficar noites em claro para trabalhar antes do Sol do dia seguinte raiar, conciliar trabalhos de maneira frequentemente cansativa, aceitar rendimentos limitados por um tempo e de modo geral se dedicar intensamente ao trabalho são ações que mostram essa dedicação à cooperativa e à luta política de modo mais amplo. Como Andrada e Esteves (2017) trazem, essa experiência de “dar tudo de si”, de se sacrificar para construir algo melhor, é algo que atravessa cooperativas populares em que se tem a perspectiva de um projeto de trabalho e vida diferente. Há um processo de se responsabilizar pelo trabalho que está sendo feito e, em alguma medida, uma certa exigência da consciência do outro para que se responsabilize também (DE OLIVEIRA, 2014). Sofia demonstra isso ao trazer de uma expectativa de implicação política:

(...) eu às vezes sinto falta dessa gana, do pessoal, desse pertencimento sabe, e do pessoal se ligar que o bagulho é muito doido mesmo, e que se não tiver todo mundo ligado politicamente para construir a parada, ela não vai (...)

Ainda que cada um tenha expectativas diferentes ao se implicar no cooperativismo, sonhos particulares, sobre como deveria ser uma cooperativa, de modo geral é um trabalho que faz com que os trabalhadores assumam mais responsabilidade sobre o próprio trabalho e aprendam a fazer a gestão do empreendimento. Ao incentivar esse crescimento e competência, mesmo que difícil, tem-se um ganho relevante à capacidade de autogestão dos trabalhadores.

A vivência da informalidade e precariedade no trabalho é algo difícil e ponto frequente entre cooperativas populares, e na Terra e Liberdade a dedicação ao trabalho aparece como

forma de buscar atravessar essas dificuldades. Parte significativa do que permite isso é a tarefa e consciência política. Como Sofia traz:

(...) a consciência política é motora, que garante que eu seja “autochefe subordinada”, e que eu explore a minha própria mão de obra sem achar isso ruim. Qual é a diferença de eu trabalhar 16 horas mal remuneradas em uma empresa capitalista e numa cooperativa? Tem diferença? Faz sentido eu cobrar da cooperativa, por exemplo, vale-transporte e grana para almoço? (...) Você entende? É muito tênue. Mas na verdade a única diferença é a consciência política, é você entender onde que essa cooperativa, empresa social, se insere no horizonte de transformação social. Se você não entender isso, vai ser só exploração mesmo, (...)

Em um empreendimento com caráter militante e político tão forte, a consciência política aparece como fator fundamental na vivência do trabalho, e o que em grande medida motiva os trabalhadores. Os laços estabelecidos entre cooperados, junto a consumidores militantes e aos agricultores, são laços de solidariedade que baseiam a construção de uma cultura solidária, na medida em que se afirma uma posição de resistência ao modelo hegemônico e assinala um caminho possível construído a partir de práticas desenvolvidas em comum. Como Paulo de Salles Oliveira (2006, p. 31) traz, “define-se simultaneamente como um *projeto* e um *processo*, que apontam para uma prática política de transformação. A solidariedade aqui é uma aposta de construção conjunta, de topar um mutualismo e apoio mútuos, em que os participantes cooperam e assumem cada um responsabilidades”.

No caso da Terra e Liberdade, parece premente que os laços estabelecidos, para além de solidários, são também laços de camaradagem política. A identidade militante é fundamental entre os cooperados, e todos se inserem na cooperativa, no MST e no socialismo com um horizonte de transformação da sociedade. Como pudemos ver anteriormente, essa identidade militante comporta diversidades dentro do espectro político de esquerda. Entre anarquistas, marxista-leninistas, sindicalistas e esquerdistas de todos os tipos pode haver tanto diferenças quanto unidade. A potencialidade de transformação da sociedade que é vista dentro da militância e do trabalho cooperado parece favorecer o convívio com a diversidade de “camaradas” que existem. A síntese trazida por Jodi Dean (2021) de suas quatro teses sobre o camarada resume bem o que isso quer dizer:

1) “camarada” dá nome a uma relação caracterizada por uma condição comum, pela igualdade e pela solidariedade (uma relação que, no entendimento dos comunistas, rompe as determinações da sociedade capitalista; 2) qualquer um, mas nem todo mundo, pode ser um camarada; 3) o indivíduo (como lócus de identidade) é o “Outro” do camarada; e 4) a relação entre camaradas é mediada pela fidelidade a uma verdade; as práticas de camaradagem materializam essa fidelidade, construindo essa sua verdade no mundo. (DEAN, J. 2021, p. 16).

Os laços estabelecidos são simultaneamente de solidariedade e de camaradagem, que, se não são exatamente iguais, certamente dialogam fortemente, especialmente no meandro da tecitura de uma cultura solidária. Uma cultura solidária implica em diversos valores e vivências que são opostos ao fomentado por uma cultura capitalista. No que a vivência sociocultural no capitalismo é intimamente ligada ao modo econômico vigente, a oposição no âmbito laboral e econômico é fundamental, mas podemos ver como a busca de alternativa exclusivamente no meio econômico é insuficiente para propor uma superação completa do capital.

Rumo a outra economia e a outra cultura, a dimensão política é fundamental, feita por luta, solidariedade e camaradagem. Pensar esse rumo a uma transformação envolve se debruçar sobre estratégias mais macropolíticas, mais amplas, e na valorização da micropolítica do cotidiano — em que temos as negociações do dia a dia, o topar e elaborar conflitos coletivamente e tantos outros exemplos.

6. O humor e o lúdico como fenômenos da cultura solidária

6.1. O brincar como raiz da cultura — viver criativo, saúde e quebra de alienação

Como nos traz Oliveira (2001), pensar em uma cultura solidária é pensar em uma cultura que opera em uma dimensão de processo. De um processo que é construído coletivamente em um cotidiano marcado por interações sociais que prezem a igualdade e a solidariedade. No que bebe de Alfredo Bosi (1987), essa noção de cultura quebra com uma perspectiva mercadológica e fetichista de cultura, tendo-a como um trabalho e percurso a ser pensado, e valorizando uma perspectiva popular de cultura. Oliveira também ressalta a importância da dimensão do lúdico no cotidiano de trabalhos em espaços em que se podem ter relações sociais mais pautadas em solidariedade, como na autogestão, já que nesse contexto a cisão entre tempo de trabalho e tempo de lazer é menos marcada, especialmente em comparação com dinâmicas capitalistas de trabalho, em que o “tempo do relógio” reina ao tempo da vida.

Tratando desse tema, Andrada, Esteves e Svartman (2020) retomam Friedman que coloca que, com a “civilização tecnicista, pós-revolução industrial”, tem-se uma multiplicação de instrumentos de produção e bens de consumo, e um trabalho crescentemente mais rígido. Conforme temos conquistas como jornadas limitadas de trabalho, há uma redução mais nítida da carga de trabalho, abrindo espaço para um tempo livre. O produto disso é o que o autor chama de “tempo liberado” e o consequente “humano-após-trabalho”, contrastando com um tempo de trabalho e o humano-no-trabalho. Essa dinâmica, historicamente construída, abre espaço para o ócio e para o lazer em um tempo relativamente mais resguardado, mas algo cinge o ser humano em sua vivência do tempo.

Oliveira (2006), apoiando-se em Henri Lefebvre, traz uma discussão relevante sobre a relação entre o lazer, o lúdico e a cotidianidade. Lefebvre pensa que é no interior das práticas de lazer, e por meio delas, que o ser humano realiza a crítica da vida cotidiana, seja conscientemente ou não. Para Oliveira, a relação entre o lazer e a cotidianidade não é simples porque, entre esses dois termos, temos tanto unidade quanto contradição. A percepção de passagem do tempo vivido é fator importante nisso. Lefebvre elenca que temos dois cronômetros internalizados no ser humano. Um deles é o de uma percepção cósmica, ou cíclica, do tempo, relacionada aos movimentos da natureza, e que comporta surpresas e imprevistos. O outro é o do tempo linear, que é tempo da fragmentação, do controle e da disciplina produtiva, que se insere na lógica capitalista de que “tempo é dinheiro” e que indica um cronômetro que não suporta incertezas. Quando pensamos em um tempo de lazer, ligado à nossa vida cotidiana,

com frequência estamos pensando a partir de uma lógica de tempo linear, porque é apenas a partir de uma delimitação de unidades de tempo que podemos supor um tempo de lazer que se distingue e rompe com um tempo de trabalho. Quando pensamos, por exemplo, no domingo como dia de folga, isso implica em pensar uma semana de trabalho; nessa forma de pensar e viver o tempo, temos uma relação “trabalho-lazeres” que os coloca como complementares e necessariamente dissociados. Como Oliveira nos traz:

Entender o lúdico enquanto ruptura, capaz de realizar a crítica do cotidiano, significa admitir que esta se dá a partir daquilo que, em tese, outros elementos constitutivos da vida cotidiana não poderiam propiciar. Em outras palavras, o lúdico como ruptura responde a necessidades sociais específicas e, portanto, estaria qualificado a trazer respostas a fadiga, às tensões, às inquietações inerentes à vida cotidiana (e não apenas ao trabalho). O lúdico, sendo *o outro*, mas situado no bojo de um movimento contraditório que se trava na vida cotidiana, pode tanto produzir práticas e imagens reiteradoras das relações de alienação quanto pode constituir o enigma, ou seja, a imprevisível redescoberta de traços obscurecidos nas relações sociais, a alegria nas coisas simples, a satisfação de vencer os desafios da vida como quem consegue alçar-se à árvore e provar os frutos que ela proporciona no devido tempo. A vida vivida como brinco traz universalidade e restitui raízes abaladas por toda a sorte de alienação. (OLIVEIRA, 2006, p. 17)

O lúdico tem uma função essencial para a vida humana, e na sociedade em que estamos, vivenciá-lo como um tempo livre, ocioso, é fundamental para conseguir lidar com a vida cotidiana, desfrutar dela e pensar. Podemos ver, a partir de Lafargue, Chauí e outros, como o ócio é potente e o perigo da cooptação desse período por uma indústria cultural que retira de nós a vivência pessoal desse ócio e insere produtos culturais a serem consumidos em seu lugar.

Em uma sociedade com embates e impedimentos no viver cultural, podemos pensar que um dos ganhos de tecer uma cultura solidária é justamente ampliar o espaço do lúdico, do riso, do humor, do lazer, para que seja vivido de maneira mais integrada ao cotidiano. Brincar no espaço de trabalho não é exclusivo de um empreendimento solidário, mas a maior liberdade e autonomia de ser, e a menor repressão na dinâmica laboral, parece promover um maior conforto e espontaneidade em sua expressão.

A partir do cotidiano na Terra e Liberdade e o relatado nas entrevistas, vê-se que o lúdico é bastante frequente nas tarefas dos cooperados e é trazido por todos como algo importante e positivo — mas também tratado brevemente, e como um assunto rotineiro. Ser simultaneamente muito presente e pouco visto parece ser um indicativo de uma aproximação maior dos campos do lúdico e do trabalho. Esse viver cultural solidário, em suas manifestações cotidianas, parece promover uma vivência do lazer e do lúdico de maneira mais integrada e presente, o que pode promover uma maior potência, vitalidade e alegria a quem topa o modo solidário de viver. Como Marcelo traz sobre esses momentos:

(...) acho bom, acho que torna o ambiente mais saudável. É... também temos que resolver coisas, tem pressão, tem que entregar, mas conseguir fazer isso dando umas risadas... de uma forma mais leve, e menos neurótica... no sentido mesmo do termo mesmo, menos obsessiva, é melhor eu acho. Nas montagens de cesta de Natal, que eram bem longas e quase todo mundo ia, fazíamos bastante isso. (...)

Por todos os cooperados entrevistados, essa possibilidade de brincar, de rir junto, de fazer piadas, é colocado como algo benéfico e saudável. Podemos retomar Winnicott (1975), que nos traz que a brincadeira é universal e própria da saúde, que facilita o crescimento e conduz aos relacionamentos em grupo. Para o autor, o brincar também seria a atividade cultural humana primordial, a partir da qual a criança passa a distinguir entre um Eu e um Outro, e a se relacionar em um espaço intermediário, a partir do qual começa a se inserir na cultura e na sociedade. Assim sendo, além de a possibilidade de brincar junto ser fator de saúde por si só, podemos pensar que um espaço em que o lúdico é passível de ser vivido e feito de forma solidária, junto do outro, também pode abrir espaço para uma vivência cultural mais ampla e integrada ao cotidiano. A criatividade, não no sentido de um criar algo bem-sucedido, mas sim de se ter um colorido de toda atitude com relação à realidade externa, é algo que surge a partir do lúdico. Como Winnicott nos traz:

É através da apercepção criativa, mais do que qualquer outra coisa, que o indivíduo sente que a vida é digna de ser vivida. Em contraste, existe um relacionamento de submissão com a realidade externa, onde o mundo em todos seus pormenores é reconhecido apenas como algo a que ajustar-se ou a exigir adaptação. A submissão traz consigo um sentido de inutilidade e está associada à ideia de que nada importa e de que não vale a pena viver a vida. (WINNICOTT, 1975, p. 108)

Esse trecho de Winnicott nos traz um elemento de como um viver criativo e espontâneo, fomentado pelo brincar, pode servir em si como um exercício contra a alienação. Pensar um viver criativo, também no contexto do trabalho, é poder pensar em formas de se relacionar com o trabalho que são efetivamente antitéticas a esse processo.

Podemos postular que o tecer uma cultura solidária, ao favorecer relações sociais solidárias, baseadas mais em cooperação, também pode favorecer o lúdico. E um lúdico em sua vertente do brincar junto, que favorece a criatividade, na forma de lidar com o mundo e no trabalho em si. Na medida em que isso ajuda a quebrar uma relação de submissão com a realidade externa, com implicação da pessoa no que faz, podemos pensar que esse é um ganho importante que o viver um empreendimento e laços sociais baseados em solidariedade podem promover. A criatividade e o lúdico em sua dimensão adulta são experiências fundamentais no mundo do trabalho, e a possibilidade de estarem presentes no contexto laboral pode favorecer a saúde, a expressão de subjetividades, e mesmo a alegria no convívio e o orgulho pelo trabalho (ANDRADA, C.; ESTEVES, E. & SVARTMAN, B., 2020).

Isso é bastante visível em diversos relatos de vivência em empreendimentos solidários. Os próprios autores desta última referência foram membros da Verso Cooperativa de Psicologia e levantam de forma encarnada esses elementos. Na construção da cooperativa, atividades voluntárias como mutirões foram frequentes, com presença de cooperados e pessoas próximas destes que iam para ajudar. Esses mutirões, além de momentos de trabalho, eram também momentos em que tomavam cerveja, cantavam e conversavam, sendo “momentos fartos, cheios de sentido”. Lembram desse lugar como de muita liberdade nas relações, entre as pessoas e no ambiente de trabalho, um momento de construção de laços comuns de apoio e confiança, e de ver uma intimidade que nasce no momento de compartilhar tarefas que trariam benefícios comuns. Lembrando das festas bem-aproveitadas que organizavam e do correspondente trabalho que tinham com isso, entendem-nas como uma representação nítida da mistura do lúdico com o trabalho, o que aponta que é possível uma maior fluidez entre esses dois universos, tão frequentemente apartados na lógica do capital, e entendem que há um maior entrelace entre os dois do que em organizações em que reina a heterogestão.

Na Terra e Liberdade algo similar parece acontecer, com um atravessamento de atividades culturais frequente. Para além da cantoria, brincadeiras e musicalidade no cotidiano de trabalho, os cooperados, aliados e pessoas próximas participam regularmente de eventos culturais, como ao fazerem baião de dois em espaços culturais e políticos, além de participarem de eventos musicais, mutirões e de espaços de apresentação sobre temas como economia solidária, reforma agrária popular, agroecologia e outros próximos. As ocasionais saídas para beberem ou irem a um samba, similar a um *happy hour*, também entram nesse meio.

Os ex-cooperados da Verso, ao refletirem sobre sua experiência em cooperativa, trazem-nos uma reflexão que em muito parece se assemelhar ao vivido na Terra e Liberdade:

A partir das lembranças relatadas, entendemos que a criação de um ambiente democrático favoreceu interações mais livres e menos instrumentalizadas o que, a seu turno, promoveu uma maior integração do viver lúdico e criativo às experiências de trabalho. Essa integração se revela na maneira como experiências comunitárias passam a fazer parte do ambiente de trabalho, e por sua vez, experiências políticas e o sentido social do trabalho, muitas vezes construídos fora do ambiente de trabalho, passam a estar mais presentes nas discussões e planejamentos realizados pelos coletivos autogestionários. Isso significa uma maior integração entre a vida dentro e fora do trabalho (uma espécie de anti-a-lienação)(...) (ANDRADA, C., ESTEVES, E. E SVARTMAN, B., 2020, p. 147).

No contexto de empreendimento solidário, como na Verso e na Terra e Liberdade, a dimensão adulta do lúdico e da criatividade tem mais voz. Na medida em que são experiências fundamentais da vida e do mundo do trabalho (mesmo que frequentemente negadas pela lógica da produtividade), a maior possibilidade de que surja pode beneficiar significativamente a

expressão de subjetividades e promoção de saúde no trabalho, além de promover o orgulho pelo trabalho e alegria de conviver com aqueles com quem se constrói o empreendimento.

6.2. As várias faces do humor — afiliação e grupalidade; de dinâmicas de poder ao *banter*

O campo do humor está intimamente conectado com o universo lúdico, mas detém suas características particulares que merecem atenção. Um dos elementos que aparece claramente nas entrevistas e no cotidiano de trabalho é do papel de alívio de tensão que o humor com frequência tem. Essa faceta do humor, como nos traz Larkin-Galiñanes (2017), foi estudada ao longo de milênios por autores e teorias diferentes e essencialmente se refere a um lado positivo do humor, de que ele pode gerar bem-estar ao servir como um mecanismo de “válvula de escape” de tensão física e psicológica. No contexto da cooperativa, podemos pensar que o humor na Terra e Liberdade frequentemente surge como um recurso para lidar com as dificuldades e tensões do cotidiano, aliviando-as e ajudando e tornar o trabalho mais leve, saudável e gostoso de se realizar. Podemos retomar o trabalho de Martin *et al* (2002) para refletir sobre as funções do humor e sua relação com o bem-estar dos cooperados da Terra e Liberdade. Segundo os autores, em termos bastante gerais, podemos caracterizar em quatro grupos as funções do humor, relativamente independentes, mas com bastante fluidez e mistura entre si: 1) Afiliativa; 2) De autoaprimoramento; 3) Agressiva; 4) Autodepreciativa. Essas funções são bastante amplas e raramente estão isoladas, dada a complexidade das expressões humorísticas, mas podem ser úteis para a análise. Acompanhando o trabalho da Terra e Liberdade, o humor que mais emerge parece se encaixar majoritariamente nas funções 1, 2 e em menor grau, a 3. Quando pensamos em uma função afiliativa, pensamos em um humor que serve para facilitar relações, reduzir tensões e aumentar coesão interpessoal, e tende a estar relacionado à alegria, autoestima, intimidade e satisfação relacional. A função de autoaprimoramento se aproxima das postulações freudianas da função do humor, na medida em que serve como um mecanismo de defesa saudável que permite aliviar emoções e situações negativas por meio do humor. Como já trazido anteriormente, para Freud essa função tem razões inconscientes e pode servir a um alívio sublimatório de tensão intrapsíquica às custas do outro (FREUD, 1969), mas não parece ser a forma como isso habitualmente acontece na Terra e Liberdade.

Isso não faz com que piadas com conteúdo mais crítico sejam inexistentes, mas tendem a ser algo mais brandas e assumem um formato mais próximo de um “rir junto”, e não um “rir de”.

Vale refletirmos sobre o potencial de crítica do humor. Como Freud nos traz, com frequência o potencial de alívio de tensão e satisfação parcial de pulsões compõe o motivo premente do uso do humor e a graça que o humor pode ter. Sendo isso tão importante, é de se esperar que também ocorra na Terra e Liberdade, e acontecem brincadeiras nesse sentido — de piadas ou comentários engraçados — mas algo mais pontiagudos e envolvendo uma crítica, mais ou menos velada. No entanto, com grande frequência isso se dava de modo direto e com réplica. Ou seja, algo que não se encerra em si, mas sim permite jogar com a crítica, estar em comunidade na crítica, uma provocação mútua. É uma faceta do brincar humorístico que se aproxima do que em inglês seria o *banter*, uma brincadeira que envolve uma troca mútua de provocações. Esse *banter* tem algumas características interessantes. Esse é um tipo de brincadeira cuja intenção tende a ser criar e reforçar relações, com frequência inserindo-se em dinâmicas organizativas e tendo uma função de expressar, reforçar e manter dinâmicas de grupo (PLESTER & SAYERS, 2007).

Esse tipo de humor, em nível interpessoal e grupal, contém uma função afiliativa e de formação e manutenção de grupo, ao mesmo tempo em que contém um componente de depreciação do outro. É um tipo de piada que permite, e até espera, que haja uma réplica, permitindo um alívio sublimatório pelo humor de uma maneira mais horizontal e mútua do que um chiste. Como toda piada, não há garantia de que ela será aceita ou bem-recebida, e uma provocação pode ser recebida como algo sério e genuinamente ofensivo, especialmente por pessoas novas a um grupo. Marcelo diz um pouco dessa dinâmica de brincadeira acontecendo na Terra e Liberdade:

(...) E a Sofia também é muito palhaça, sempre com umas palhaçadas. Às vezes eu tô mais de boas e aí começam [as brincadeiras], mas às vezes tem coisa com muita restrição temporal e eu fico meio frito. Mas vira e mexe a gente faz umas piadas nada a ver... (...) Eu e a Sofia temos uma dinâmica às vezes até violenta, mas isso afetivamente, de tirar sarro um do outro, e a gente já fez brincadeiras nessa lógica com outras pessoas que não gostaram, mas elas colocaram e resolvemos. Se a gente passa um limite com alguém a gente não continua, não vira uma questão de trote, de bullying, de assédio. Mas em geral as pessoas vão entrando nas brincadeiras. Não sinto que tenham piadas que deixam as pessoas mal (...)

Existe uma provocação humorística mútua, aceitável e vivida como positiva dentro da cooperativa. Mas há um cuidado com isso — se alguém não está gostando, isso não continua. Essa dinâmica humorística parece refletir a estrutura mais horizontal, na medida em que a liberdade de falar e agir, o fato de estarem lá de comum acordo e com um ideal comum, parece refletir na maneira como o humor emerge. Mesmo que uma piada seja mais crítica e pontiaguda,

podemos pensar que o fato de ser algo vivido de forma grupal possa permitir, em nível individual e coletivo, lidar com pulsões agressivas e frustrações de forma coletiva.

Pamela Bradney (1967), em seu trabalho “The joking relationship in industry”, acrescenta uma perspectiva antropológica sobre o tema do *banter* no contexto de trabalho. Retomando os trabalhos de Radcliffe-Brown, a autora coloca que relações jocosas (“joking relationships”) são comuns em muitos povos tradicionais, e que elas têm uma função societal importante de manter um vínculo relativamente ameno entre pessoas que, pela posição que ocupam na sociedade, poderiam entrar em conflito, o que poderia gerar uma quebra de vínculo entre elas. Isso se dá majoritariamente de duas formas: com as duas partes podendo se debochar e revidar, ou com uma podendo fazer isso livremente e à outra sendo permitido revidar apenas em pequena medida. Essas relações podem se dar de muitas formas, mas quando estabelecidas se é esperado que elas sejam socialmente aceitas.

A autora, a partir desses estudos, propôs uma pesquisa para estudar esses elementos no contexto de uma loja de departamento, entendendo que relações de brincadeira ocorrem também nesse contexto, apesar de se darem de um modo tematicamente diferente e de maneira menos formalizada. De modo similar, entende que a manutenção de relações de brincadeira é algo socialmente aceito e benéfico no contexto, já que existem uma série de motivos para a eclosão de conflitos entre os assistentes da loja, mas que se essa hostilidade ocorresse de fato, os trabalhadores como indivíduos e a coletividade da loja se prejudicariam. Brincadeiras ocorrem na loja inteira e de modo geral podem ser categorizadas como *simétricas* ou *assimétricas*. O humor simétrico tipicamente se dá entre trabalhadores com uma posição similar, e provocações tendem a ser respondidas com provocações, e o humor tende a estar ligado à prática pessoal do trabalhador em questão. O assimétrico se dá entre trabalhadores com posições ou status diferentes, como quando um gerente faz uma piada a um subordinado sobre como ele não quer trabalhar hoje — algo que é uma crítica velada, mas que por ser mascarada como piada, não gera hostilidade descarada, tipo de situação que Bradney relata raramente ter réplica. Outra forma assimétrica seria uma piada vinda do subordinado ao chefe, como maneira de igualar a relação desigual mesmo que temporariamente. A autora, a partir dessa experiência, entende que o humor no trabalho traz um número de benefícios, já que impede que um trabalho estressante se torne ainda pior, ameniza conflitos e as relações sociais e torna o ambiente mais agradável de modo geral.

A diferenciação que Bradney faz entre brincadeiras simétricas e assimétricas nos auxilia a entender como a hierarquia tem um papel importante na dinâmica jocosa entre pessoas. No contexto que descreve de uma grande loja de departamento, com organização capitalista em heterogestão mais ou menos típica, o humor tem funções diferentes dependendo do lugar hierárquico que as pessoas envolvidas ocupam. Entre pessoas de cargos iguais ou próximos, majoritariamente serve para amenizar o estresse do trabalho e promover alegria, e as piadas com caráter crítico tipicamente têm espaço para serem rebatidas. Quando ocorre entre pessoas de cargos distintos, as piadas estão muito mais pautadas em um lugar de dinâmica de poder, fortemente ligado à hierarquia institucional. De cima para baixo, vêm com um teor velado de repreender e submeter o inferior, reforçando seu lugar de subordinado. De baixo para cima, justamente ocupa o lugar contrário de revolta, de buscar minar ou quebrar a autoridade e desigualdade relacional, mesmo que seja de forma temporária pela depreciação do superior por meio da piada.

Esse tipo de dinâmica de poder, que é típica de organizações heterogeridas e da produção capitalista, não está presente na Terra e Liberdade e em muitos outros empreendimentos sociais solidários. As relações entre cooperados são passíveis de viverem conflitos e desavenças, mas não pautados em questões de hierarquia. Carlos traz em suas entrevistas como o humor usualmente é sentido:

(...) é um tempo que é doido, a gente faz coisa para caramba, mas ao mesmo tempo parece que passa rápido. Três horas montando cesta passa muito mais rápido do que se eu passasse três horas trabalhando em escritório, ou mesmo três horas dando aula, que seria mais desgastante. É menos desgastante por conta do clima. É uma coisa que torna mais... mais fácil, menos penoso (...)

As dinâmicas sociais mais solidárias parecem refletir em como se dá a crítica que o humor permite. Muito da função crítica do humor, em sua forma mais subversiva, tem uma função sublimatória justamente porque a pulsão não poderia ser resolvida diretamente, porque as consequências reais de se atender diretamente à pulsão poderiam ser muito negativas, levando a uma impossibilidade de mudança da situação. Esse lado de crítica mais rebelde está bastante ligado a uma crítica àqueles que estão em uma posição de autoridade, e como Freud nos diz:

A prevenção das invectivas ou das réplicas insultuosas por circunstâncias externas é um caso tão comum que os chistes tendenciosos são especialmente utilizados para possibilitar a agressividade ou a crítica contra pessoas em posições elevadas, que reivindicam o exercício da autoridade. O chiste assim representa uma rebelião contra tal autoridade, uma liberação de sua pressão (FREUD, 1905, p. 109).

Na medida em que as relações são mais simétricas e o ambiente de trabalho mais horizontal e democrático, podemos pensar que o humor se manifesta de maneira algo

correspondente. O maior espaço para liberdade de expressão, discussões e para lidar com conflitos de maneira mais direta, todas características da cooperativa, parecem tornar menos necessário que o humor seja utilizado nesse sentido mais sutil de lidar com discordâncias e incômodos. Aparece de maneira mais afiliativa e muito ligado a um fortalecimento de vínculo de grupo — seja com a cooperativa, com o MST ou com a militância de modo mais amplo. Existindo um projeto comum entre os cooperados pautado em um viver solidário, tanto no empreendimento quanto na militância, parece razoável pensarmos que isso promove uma certa camaradagem também no âmbito humorístico.

A construção processual de uma cultura solidária parece implicar simultaneamente em uma vivência mais solidária do lúdico e do humor. Há algo de uma retroalimentação — um viver pautado em laços sociais solidários promove a expressão mais solidária desses fenômenos, e a vivência deles de maneira mais solidária fortalece e embasa esse viver cultural distinto do típico no capitalismo.

7. Implicações sobre a saúde do trabalhador — potências na forma, desafios em execução

Diversos elementos de um empreendimento solidário como a Terra e Liberdade trazem potências para a saúde do trabalhador, muitos ligados ao que a própria mudança na forma de trabalho promove. Como muitos empreendimentos dentro da Economia Solidária, surgem também desafios e dificuldades que geram contradições em como é viver e trabalhar nesse tipo de ambiente.

Essa relação por vezes ambígua foi trazida em outros pontos da análise. Aqui, proponho uma retomada de alguns desses elementos e a apresentação de outros para observarmos as potências e desafios à saúde do trabalhador, tanto no contexto específico da Terra e Liberdade e na relação com a construção de uma cultura solidária quanto em sua relação com vivências comuns dentro do campo da Economia Solidária.

7.1. Autogestão, democracia no trabalho e de informações

Retomemos Fábio de Oliveira (2014) para elaborarmos considerações sobre a autogestão em si. O autor traz uma discussão acerca do papel do poder nas relações de trabalho, e como isso permeia o trabalho capitalista e na heterogestão. A partir de Marcuse (1998), aborda como na sociedade capitalista há uma relação fundamental entre o trabalho dominante (o fazer daquele que domina e dispõe de objetos e pessoas) e o dominado (o fazer daquele submetido a isso, dominado por disposições). Essa relação é parte importante da dinâmica de trabalho em heterogestão, em que há uma separação entre aquele que manda e detém os meios de produção, e aquele que executa e usualmente detém como recurso sua força de trabalho. Retomando Clastres, de Oliveira coloca que essa dinâmica faz com que a gestão seja sentida como um poder externo, de forma que um outro governa o grupo, que não se reconhece nesse outro, que traz determinações externas que não dizem do mais fundamental aos que trabalham de fato. Há uma falta de agência sobre si mesmo nessa estrutura e de dizer sobre o próprio trabalho como seu, algo que promove alienação.

Pensar em uma autogestão nesse contexto é propor uma quebra com isso, na medida em que se retoma um poder que não é externo, mas sim que imane do grupo. Uma série de propostas típicas da autogestão, como o voto e assembleias regulares e soberanas, são maneiras democráticas de buscar promover isso e de dar vida e viabilidade a essa outra proposta. A forma autogestionária, ao também promover uma autonomia do trabalhador, ajuda na quebra com a alienação do trabalho por restaurar a capacidade de decisão e de fala a quem trabalha.

A mudança não se restringe aos diferentes espaços formais que se abrem na autogestão. O autor, ao trazer Sato e Esteves (2002), coloca como a tomada de decisão também se dá em espaços informais, ocorrendo uma apropriação da gestão por parte dos trabalhadores no cotidiano. Esses processos são menos visíveis, mas muito importantes, porque é nesse âmbito que “as pessoas influenciam a tomada de decisão, tomam decisões, refletem sobre sua realidade, socializam informações, emitem seus pontos de vista, debatem ideais, negociam, resolvem problemas, reavaliam decisões tomadas em assembleias... Enfim, apropriam-se da gestão” (apud de Oliveira, 2014, p. 23).

A relação com o acesso a informações e com a dispersão de competência e tarefas também é algo que se altera. Em um modelo heterogestionário, com frequência se promove a concentração de saberes, para além de poder, nas mãos do corpo gestor. Isso distancia os trabalhadores de saberem mais sobre a totalidade do trabalho sendo feito, reduzindo o sentido do trabalho e distanciando a possibilidade de se apropriarem da gestão e de conhecimentos mais específicos, que ficam restritos a especialistas.

Em um contexto autogestionário, é possível quebrar com esse monopólio de informações, abrindo espaço para transparência e acesso a informações, e é importante que haja um conhecimento da causa do empreendimento para que a relação com o trabalho possa mudar.

Todos esses elementos, que são presentes na Terra e Liberdade, levam a colocar que a cooperativa promove uma organização autogestionária que em muito quebra com essas dinâmicas típicas de uma heterogestão. Quebrar com um modelo coercitivo, vertical e centralizador promove mudanças que são vistas como benéficas pelo cooperados em muitos aspectos, mas que gera desafios a essa proposta alternativa.

Como Haddad (2000) coloca retomando Marx, todo trabalho combinado socialmente exige um trabalho de direção, supervisão ou coordenação, algo que entende fazer parte de qualquer sociedade minimamente complexa. No capitalismo, com a oposição entre diferentes classes, os detentores dos meios de produção ocupam esse lugar promovendo a exploração dos trabalhadores. Em um contexto de cooperativa, a mudança nesse quesito é a importante alteração política de que os dirigentes podem ser apontados pelos trabalhadores, mas segue havendo necessidade de que o trabalho em si seja organizado.

A tarefa de executar uma atividade de gestão/coordenação em um contexto de autogestão gera novos desafios. Aqui, falas de Marcelo e Sofia nos ilustram dificuldades que surgem:

(...) a gestão é um trabalho. Então se tem disposição para gastar horas de trabalho com esse papel, é legal, rola, de todo mundo estar participando do processo, compreendendo o processo e gastando horas de trabalho nisso, que é penoso. (...) o gestor ou coordenador não é uma figura acima, ele tá gastando mais horas de trabalho com isso. E a verdade é que ninguém quer gastar mais horas de trabalho (...) (Sofia)

(...) Esse gestor que desenvolve os outros é uma figura fundamental, e que na autogestão às vezes invisibiliza, na [outra cooperativa] o cara era invisibilizado, tinha que trabalhar pra caralho para poder... se autorizar e ser autorizado pelos demais, até na intimidade... (...) (Marcelo)

Frente à experiência da heterogestão, aqueles que ocupam um lugar de gestão ou coordenação em uma autogestão com frequência encontram dificuldades em se legitimarem. O receio pelos pares de que esse lugar volte a ser um espaço de autoritarismo e coerção pode contribuir para a dureza desse papel nesse contexto, sendo um trabalho duro e por vezes de pouco reconhecimento. Pelo tamanho da Terra e Liberdade, esse lugar como que se mescla com o do especialista em situações democráticas de decisão coletiva, já que muitos dos gestores também ocupam lugares de especialistas em determinadas áreas. Como colocado anteriormente a partir de Albert (2004), o especialista nesses espaços tem um lugar mais de embasar a decisão do grupo do que decidir por ele, não ocupando um lugar de poder coercitivo. O receio de que esse lugar de coerção possa voltar a ser a realidade parece ser uma questão que embasou alguns conflitos históricos importantes na cooperativa e que parecem perpassar empreendimentos com base democrática.

A dispersão de tarefas e informações, além do maior acesso à informação, parece também gerar dificuldades particulares. Permite uma vivência mais transparente e democrática no trabalho, com possibilidade de trocar de atividades e não ficar restrito a uma ou outra, pontos positivos na dinâmica laboral. Mas, na outra ponta, pode gerar uma desorganização de certos processos e ansiedade quando trabalhadores não diretamente envolvidos em determinada atividade se inserem nela, por vezes com conhecimento incompleto do processo, algo que arrisca desorganizar e gerar confusões atritos.

Apesar disso, esse lugar que promove uma maior circulação do conhecimento de processos é importante, inclusive pensando-se a longevidade da cooperativa. Há uma preocupação e esforço pelos trabalhadores da Terra e Liberdade em difundir conhecimentos mais especializados fundamentais para que não se dependa exclusivamente de uma pessoa para o funcionamento de determinada atividade (como a questão tecnológica).

7.2. Pertencimento, vínculos e construção coletiva

Como Fábio de Oliveira (2014) bem descreve, dentro do cooperativismo há uma diversidade de tipos de cooperativas e organizações, que se estruturam de formas variadas. O “sentimento de ser cooperado”, grandemente depende das condições materiais e organizacionais que a cooperativa em questão promove. O autor resume em seu livro exemplos que demonstram isso.

Em uma cooperativa industrial que acompanhou, de grande porte, com maior viabilidade econômica e tecnológica e que surge de uma fábrica recuperada, o vínculo de vários cooperados é bastante forte. Relata um discurso de recusa ao retorno a um trabalho regido pela CLT, e do “cabresto” de estar em uma condição de subordinado. Outra cooperativa acompanhada, que funciona essencialmente terceirizando mão de obra para um hospital, tinha uma gestão da cooperativa tão distanciada da realidade de trabalho que o vínculo com a cooperativa efetivamente era sentido como o de um trabalhador precarizado, simultaneamente sem direitos trabalhistas e sem a vivência democrática que uma cooperativa genuína poderia promover. Nesse tipo de situação, o vínculo é frágil, com pouco pertencimento ao empreendimento.

Nas cooperativas populares que o autor acompanhou, há algo mais ambíguo em jogo. Como trazido anteriormente, a precariedade econômica atravessa um número muito grande de empreendimentos solidários e é fator importante nessa vinculação. Fábio de Oliveira descreve um desejo grande de cooperados nesses contextos de que o empreendimento prospere, com frequente enaltecimento das qualidades de uma autogestão, da ausência de um patrão, da democracia no trabalho e outros elementos, mas as baixas condições de sobrevivência e difíceis condições de trabalho tornam esse vínculo ambíguo.

Em grande medida, a Terra e Liberdade se encaixa nesse último parâmetro. As maiores dificuldades de vivência descritas são relacionadas a questões econômicas. Há uma certa dificuldade em promover encontros entre os membros, em parte pela diversidade de atividades dentro e fora da cooperativa, mas há uma identificação importante com a cooperativa por parte dos membros. Essa identificação está intimamente ligada à implicação política desses cooperados, e o senso de pertencimento à cooperativa se mescla com a participação militante junto ao MST. Essa dinâmica ajuda a promover um alto comprometimento dos cooperados com suas atividades, que são marcadas por forte sentido político. Essa ambiguidade é algo que condiz com os dados coletados pelo Ipea em 2016, após realização da pesquisa “Os Novos

Dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil”. Desse trabalho, destaco algumas das principais conquistas relatadas por associados de empreendimentos econômicos solidários (EES): Integração de grupo/coletivo, geração de renda/obtenção de maiores ganhos, autogestão e exercício da democracia, comunidade local e conscientização e compromisso político; na outra ponta, alguns dos principais desafios são o da geração de renda adequada, a viabilização econômica do EES e a união do grupo/coletivo. Essas conquistas e desafios são algumas das mais comuns trazidas nesse mapeamento ao redor do Brasil todo, apontando para potências e dificuldades recorrentes na Economia Solidária, e os pontos destacados parecem atravessar a Terra e Liberdade em particular.

Isso aponta para uma forte potência de construção coletiva, radicalmente democrática, que é sentida como tal pelos cooperados da cooperativa e por muitos outros EES. Na medida em que podem favorecer os ganhos trazidos acima, podemos, retomando Linhart (2000), argumentar que um dos benefícios desse tipo de organização seria de evitar cair em um isolamento do trabalhador por um foco na individualização deste, marca do programa neoliberal.

Linhart nos traz que, nas últimas décadas, a estratégia da empresa contemporânea tem mudado de uma perspectiva taylorista, de disciplinamento e controle do trabalhador, para buscar transformar os trabalhadores em assalariados dispostos a se mobilizar a serviço de sua empresa, tomando seus valores e defendendo-a. Esse processo de introjeção dos valores da empresa e da “*one best way*” gestonária é baseada na individualização (de entrevistas, aumentos salariais, avaliação de performance, etc.) e, se por um lado gera uma forma mais sutil e branda de controle, com mais autonomia relativa e possibilidade de avanço de carreira, apoia-se na quebra de coletivos e no distanciamento físico dos trabalhadores, culminando na desmobilização coletiva dos trabalhadores, além de servir a manter a estrutura de classe no trabalho. Como Linhart apresenta, essa dinâmica de flexibilização não parece apresentar um avanço, na medida em que as excessivas pressões, coerções e exigências se mantêm, sem quebrar com a divisão capitalista entre concepção e execução do trabalho, e pode gerar um sofrimento ainda mais intenso caso de fato ocorra uma interiorização desse paradigma da empresa. As relações modernizadas de trabalho, então, seriam caracterizadas por essa contradição centrada no indivíduo, com novas exigências ligadas às novas formas de trabalho e as limitações mais importantes de sua ação. Há descentralização das coerções e responsabilidades, sem correspondente descentralização do poder de decisão. Se antes havia sofrimento para o qual se encontrava apoio na categoria, agora é nos ombros do indivíduo que

é depositada a dominação e as contradições que carrega, que é persuadido que são suas próprias insuficiências que tornam o trabalho na organização tão difícil.

Na medida em que essa dinâmica desmobiliza o trabalhador enquanto classe, afastando-o do coletivo, gerando coerções distintas e responsabilização do indivíduo, podemos pensar que o trabalho autogestionário pode muito bem servir para quebrar isso. A proposta da economia solidária ao propor autogestão, democracia no trabalho, socialização da produção e do dinheiro arrecadado, e quebrar com a divisão entre concepção e execução do trabalho, parece trazer uma proposta que em muitos aspectos combate essa individualização apresentada por Linhart.

A experiência da Terra e Liberdade nos mostra atravessamentos dessa tendência individualizante. Grande parte das atividades realizadas na cooperativa ocupam um lugar de trabalho invisível, de atividades que são feitas de maneira mais isolada por um outro cooperado sem grande visibilidade — como emissões de boletos, preenchimento de planilhas, prospecção de parcerias, entre outras. Mesmo com o esforço dos trabalhadores para socializar as atividades, dinâmicas de trabalho contemporâneas atravessam muitas das tarefas que fazem, refletindo uma tendência ao trabalho à distância, com uso de tecnologia e cada vez mais distante dos outros colegas. A atividade da montagem é, de certa forma, privilegiada em promover encontros entre os cooperados, sendo fundamental tanto para o funcionamento da cooperativa quanto para a socialização entre seus membros.

Apesar dessa difícil ambiguidade e de diversos desafios psicossociais e em grande medida econômicos, a experiência da Terra e Liberdade mostra como a tecitura de um projeto coletivo promove uma dinâmica mais solidária e de apoio mútuo. Como Marcelo traz:

(...) Na autogestão não tem tanta solidão assim, e a gente sabe que pode contar. Às vezes umas tarefas são invisíveis e a gente fala “caralho, ninguém tá vendo minha contribuição”, mas no limite se eu pegar e mandar uma mensagem ou ligar, dá para compartilhar isso, e tá à mão, e quando o bagulho pesa a gente compartilha, efetivamente compartilhamos (...), a gente faz isso, e isso é muito bom. Essa gastrite, essa ansiedade [que os trabalhos geram], tem certos encaminhamentos pela cooperação muitas vezes. E num mundo onde cada vez mais o sujeito é mais responsabilizado, numa estrutura hierárquica, cai muito mais no colo, é a gente individualmente (...)

Muito dessa proposta coletiva, que procura uma alternativa a um projeto individualizante neoliberal, tem ganhos que advém da promoção dessa sociabilidade mais solidária e coletiva. Aqui, o âmbito cultural da solidariedade se mostra pulsante no cotidiano.

7.3. Entre a autonomia e a responsabilidade

Diversas experiências e textos apontam como o trabalho em autogestão pode trazer um giro importante da relação do trabalhador com a sua atividade, promovendo simultaneamente mais autonomia nos atos e maior necessidade de responsabilidade pela atuação no trabalho. A ausência de “alguém que mande” torna o trabalho mais livre, mas, como traz Fábio de Oliveira (2014), também exige que cada cooperado assuma para si diversas responsabilidades e que responda integralmente por elas. Retomando relatos da cooperativa industrial que estudou, Fábio de Oliveira coloca como por vezes era percebido na cooperativa um duplo posicionamento de trabalhadores, ora colocando-se como “funcionários” e ora como “donos”. Esse posicionamento por vezes é feito a partir de um lugar de conveniência — de se colocar como funcionário para evitar assumir responsabilidades e como dono para aproveitar os frutos da distribuição de rendimentos, por exemplo. Esse ponto foi percebido por cooperados da Terra e Liberdade como um risco:

(...) quando você pega quem se responsabiliza, estereotipa como gestor, porque você está se pondo como um trabalhador sem se responsabilizar, vai nas reuniões e fica quieto, entra puto e sai calado e depois quer opinar por fora (...) e isso corrói cara, porque depende, liberdade na autogestão vem com responsabilidade (...) (Marcelo)

A dinâmica entre autonomia e responsabilização se estende ao grupo em si — como os cooperados são donos coletivos do empreendimento, não há outro a assumir as responsabilidades sobre ele fora os cooperados, exigindo que tomem para si. Isso gera uma pressão, por implicar no risco de fracasso do empreendimento caso não haja a implicação (algo que vimos em diversos relatos na Terra e Liberdade), também aponta que a gestão é verdadeiramente dos trabalhadores. Esteves nos traz importantes reflexões sobre essa relação:

A consciência desse risco (de ganha ou de perda) e dessa responsabilidade (pelo trabalho e pela cooperativa) parece ser atributo inerente à condição societária de sócio-trabalhador, com as contradições que essa condição carrega, da liberdade no trabalho à penosidade no trabalho, advinda da preocupação cotidiana com este risco. Contudo, esta condição está muito próxima à condição humana de adultidade, que a responsabilidade pessoal e autônoma pela manutenção da própria vida (e dos dependentes), que também é geradora de angústias e crises profundas. A diferença maior, entretanto, é que esta condição, na cooperativa, é vivida coletivamente, sendo todos corresponsáveis pelos destinos de todos, através da reprodução social e econômica da cooperativa no tempo, o que também encontra semelhanças na condição de adultidade entre casais, ou em famílias que são estruturadas de forma em que vários de seus membros contribuem para sua reprodução (*apud* de Oliveira, 2014, p. 67)

O trabalho em contexto de autogestão fomentar a autonomia e puxar para uma maior responsabilização traz desafios particulares, mas que parecem promover uma maneira mais implicada de estar no trabalho e no mundo. Aqui, podemos pensar que é uma maneira de estar que não é sem sofrimento, mas que promove uma vivência em que a pessoa possa estar mais

apropriada de sua atividade e de sua vida. Carlos nos traz de uma experiência que passou que reflete isso:

(...) também vou me formando, também tem coisas que eu acho que podem ser diferentes, teve outro dia (...) que eu até acho que eu fui grosseiro. Na reunião da cooperativa ficou um bagulho meio insano que eu ia ter que fazer, mas porque eu ia ter que trabalhar na festa junina da escola no sábado, ia ser quase o dia inteiro trabalhando, aí eu direto fazer uma logística super pesada, pra depois dormir um pouquinho, acordar, fazer a feira, ia ser um bagulho foda... Não lembro o que eu tinha feito essa semana, mas tinha sido uma semana corrida. Aí eu falei de um jeito meio “Porra, muito insano, pesado, até posso fazer, mas eu faço sobre protesto”, eu lembro que usei esse termo. Aí depois ficou um clima meio desconfortável, aí eu falei “Nossa gente, não tô querendo responsabilizar ninguém, não é culpa de ninguém que vai ser puxado pra mim”, até porque muitas vezes é puxado pra alguém (...)

Essa situação trouxe um momento de tensão, em que a necessidade de fazer alguma tarefa, próximo de ter realizado outros trabalhos, levou a uma sobrecarga. Em um primeiro momento Carlos descreve raiva e desconforto, entendendo ser uma demanda puxada em excesso, mas depois entende que isso é algo que não é exclusivo a ele, e que muitas vezes o trabalho fica pesado para alguém. Há uma compreensão da responsabilidade mútua que têm pelo empreendimento e um reconhecimento de que a dificuldade vivida não é apenas uma experiência individual dele. Esse reconhecimento não impede que situações como essa sejam duras, mas ajuda a dar mais sentido à atividade que se faz, e também aos ocasionais sacrifícios pessoais que são feitos em prol da cooperativa.

Nem todos tocam essa dinâmica de maior responsabilidade que por vezes exige um sacrifício de si. A situação da saída de Vinícius envolveu outros fatores, mas foi parcialmente motivada por um sentimento de que o esforço depositado na cooperativa era demais e sem retorno o suficiente. Vindo de uma cultura de trabalho mais sindicalista, houve uma reticência em topar sacrifícios pessoais e uma expectativa de que a cooperativa deveria fornecer maiores condições de trabalho. Frente a isso, deixou de priorizar atividades da cooperativa, levando a descompassos e atrasos na maneira em que fazia suas atividades. Isso gerou atrasos em tarefas de logística que prejudicavam a qualidade dos alimentos e deixavam os companheiros na mão, fomentando conflitos e dificuldades interpessoais que culminaram em sua saída da Terra e Liberdade.

Em casos como o de Vinícius, vemos como por vezes o convívio com essa dinâmica e outras dificuldades do trabalho em autogestão podem chegar a um ponto insustentável que culmina em abandono do empreendimento. Mas, para quem fica, podemos pensar que a necessidade de se responsabilizar de modo mais ativo e de fazer escolhas e sacrifícios mais

conscientes têm o potencial de gerar uma mudança muito significativa na maneira de encarar o trabalho e de se posicionar no mundo.

7.4. Liberdade de fala e horizontalidade como caminhos para diálogo, conflito e solidariedade

A presença de conflitos é algo que com alguma frequência aparece na literatura acerca de relações dentro de espaços com estruturas mais horizontais. Isso é uma potência, não uma falha.

Como Fábio de Oliveira traz, relatando discussões em espaços de assembleias e reuniões:

Esses espaços de discussão e de decisão não são livres de conflitos. Ao contrário — como os trabalhadores não estão submetidos a estruturas hierárquicas silenciadoras, têm direito à palavra e, muitas vezes, têm opiniões discordantes -, muitos debates acalorados foram descritos pelos entrevistados. (p. 50, 2014)

Como Andrada, Esteves e Svartman (2020) trazem, retomando também Paulo de Salles Oliveira, competição e cooperação não necessariamente são polos excludentes, muitas vezes estando presentes em um mesmo contexto, como pode ser um jogo entre amigos. No contexto de um empreendimento solidário, o alto grau de implicação e a liberdade maior de pensar, agir e falar faz com que seja mais possível que cooperados possam colocar e defender seus interesses. Os autores, retomando Leny Sato, colocam que esses interesses “conformam os objetivos e informam a direção e o sentido das práticas” (p. 148). Havendo maior espaço para isso, abre-se maior espaço para uma dinâmica dupla, de conflito entre interesses diferentes e por vezes contraditório, e de harmonia entre interesses parecidos e compartilhados. Para Sato, isso faria com que “o motor nuclear dessas interações seria o binômio cooperação-confrontação” (p. 148).

Os autores colocam que, como em qualquer outro espaço, empreendimentos solidários são feitos por pessoas que têm suas singularidades e desejos, o que pode gerar diferenças, sejam convergentes ou divergentes. A organização cooperativa pressuporia a expressão dessas diferenças para que possam ser solidarizadas e disponibilizadas ao coletivo. O cuidado deve estar em fazer com que as diferenças não virem desigualdade, o que incorre o risco de geração de hierarquia e processos discriminatórios.

O convívio com eventuais dificuldades, impasses e conflitos faria parte dessa dinâmica mais democrática, e uma eventual busca para homogeneizar esse contexto arriscaria perder a liberdade, a imaginação e talvez a própria tecitura solidária do empreendimento. É relevante considerar que eventuais conflitos também podem ser permeados por uma concepção da cultura

dentro do capitalismo acerca do que é o trabalho, que gera choques com a construção de outro modo de ser sociocultural e de construção de outra maneira de trabalhar. A possibilidade de dar um encaminhamento mais solidário e democratizado aos conflitos, em um contexto de luta conjunta, vem de um lugar de negociação micropolítica que favorece possibilidades revolucionárias de adaptar o trabalho às condições psicossociais de vida, e não o contrário (ANDRADA, 2006).

A convivência mais implicada com o conflito e com a possibilidade de ser e falar não é trivial. Gera desafios particulares que podem levantar angústias e dificuldades, mas que dizem da emergência de uma outra forma de viver cultural — em que os laços possam ser mais solidários e em que o trabalho possa dizer mais do sujeito, em vez de ser algo alienante. Em uma reunião que tive com os cooperados tratamos da temática dos conflitos, e me foi dito algo que creio dialogar bastante com isso. Sim, existem conflitos. Conflitos maiores, mais severos, como o evento que levou à saída de um cooperado anos atrás, são dramáticos, mas relativamente incomuns, mas conflitos mais cotidianos são frequentes. Lidar com eles de maneira democrática, com uma postura mais solidária, envolve encará-los com sabedoria e com consciência de classe para entender as diversas questões que estão por trás desse conflito.

Podemos considerar que essa dinâmica também ajuda a quebrar com o que Paulo Freire (1981) denomina de “cultura do silêncio”, que descreve partindo da experiência de camponeses submetidos a condições objetivamente opressoras, como do trabalho em um latifúndio. Freire entende que a vivência da dominação nessas circunstâncias leva a um fenômeno inibidor, em que “as classes dominadas se acham semimudas ou mudas” (p. 41), “proibidas de expressar-se autenticamente, proibidas de ser” (p. 50). Nesse contexto, existir significa meramente viver, em que pensar é difícil e falar, especialmente contra a ordem vigente, é proibido. O autor também aborda como muitos camponeses, mesmo após saírem das condições objetivas de opressão, com frequência seguem algo condicionados a essa lógica, interferindo no novo “quefazer” que seria necessário ao novo contexto. Freire entende que, para que se quebre com esse poder inibidor, é necessário que as novas dinâmicas de relações humanas desse contexto distinto, que são baseados em uma realidade material diferente também, sejam capazes de criar um estilo de vida radicalmente oposto ao anterior, necessitando também uma “permanente mobilização dos camponeses, de sua participação ativa numa prática política, na defesa de seus interesses e na compreensão de que estes não devem ser antagônicos aos de seus companheiros, trabalhadores urbanos” (p. 28).

Essas ponderações dessa faceta da cultura se relacionam muito bem com o potencial descrito da construção de uma cultura solidária. O potencial de trazer a política prática para o contexto de trabalho, implicada na vivência da pessoa, atua diretamente em tornar o sujeito ativo na compreensão de seus interesses e na defesa deles, auxiliando a quebrar com a dinâmica de dominação que se mantém mesmo após a quebra da situação concreta. Poder pensar, falar e se posicionar, mesmo que envolva conflitos, pode ser algo profundamente transformador nesse sentido. Assim como Freire defendia que os “assentamentos” deveriam ser entendidos como unidades culturais, podemos pensar que os empreendimentos solidários, para terem um potencial transformador, precisam também ser entendidos e vividos como unidades culturais e políticas, mesmo que a função econômica seja fundamental. Ao se promover mudanças nas condições materiais, organizativas e psicossociais, há a possibilidade de se promover a tecitura de uma cultura solidária com forte poder transformador.

8. Considerações finais

Retomemos Singer (1998), que nos coloca que um espírito cooperativista ou socialista não surge espontaneamente e precisa ser cultivado a partir da prática e da educação. O primeiro passo seria a consciência da alienação e da exploração, e em seguida seria necessário fomentar uma sociabilidade baseada na coletividade e na participação política ativa. Essa opção seria o oposto da opção pelo “máximo bem-estar” ou pela “utilidade individual”, que também são ideais constantemente reafirmados pela propaganda comercial, uma cultura do consumo e outras dinâmicas. Singer nos reforça que esses ideais também são constantemente rechaçados mesmo em uma sociedade onde são dominantes — como pela responsabilidade pelo próximo, por posturas solidárias e pela luta por demandas coletivas. Como o autor coloca, existem implantes socialistas mesmo dentro do capitalismo, que se manifestam das mais diferentes formas, abrindo espaço para uma outra forma de estar no mundo e outra forma de vivência em sociedade.

No âmbito econômico, a economia solidária e o cooperativismo genuíno servem de fortes pontos para se promover não apenas mudanças materiais, mas também como maneiras de combater a hegemonia cultural capitalista. Pensando a partir de Alfredo Bosi, são pontos que fomentam um processo de criação de uma vivência em que a cultura é feita e pensada em processo, em obra e que vem do cotidiano. É maneira integrada de favorecer que a cultura seja de todos, e não algo a ser acumulado e restrito a uma parcela restrita de “cultos”.

A partir da experiência da Terra e Liberdade e do conhecimento vindo de muitos estudos ao redor da economia solidária pudemos explorar potências e desafios testemunhados no cotidiano e nas entrevistas. Como Andrada e Esteves (2017) trazem, o trabalho em autogestão pode promover uma relação mais subjetiva com o trabalho e mais politicamente implicada, construída a partir do cotidiano. O processo de assumir para si a possibilidade de participar das decisões, estar informado do que acontece, das opções que existem e poder agir sobre isso, é uma quebra significativa com o trabalho heterogestionário e ajuda a restaurar dignidade humana a quem viveu experiências de alienação. Na medida em que é possível estabelecer uma dinâmica de trabalho diferente, pautada em solidariedade e autogestão, em vez de competição e expropriação, outras potências vão surgindo. A possibilidade do ambiente de trabalho se atrelar à comunidade e ser ponto de enraizamento, fomentando permanências e construção de sentido, é algo que não pode ser subestimado. A possibilidade de uma atividade em que o trabalho pode ser adaptado à pessoa, em vez da pessoa adequada e submetida à dinâmica de trabalho, também

aparece como fator de bem-estar em muitos relatos. A participação política dentro do empreendimento, do poder ter voz e a colocar aos companheiros, serve também de fator de autoestima e de se entender crescentemente como um sujeito, e não como objeto, como frequentemente é a dinâmica dentro do capital.

Os desafios de construção desse tipo de empreendimento que tem uma proposta contrária ao hegemônico dentro do capitalismo são grandes. Sejam de ordem econômica, técnica e organizativa, psicossocial ou outras, não é trivial a construção de uma forma de trabalhar e de viver que quebre radicalmente com um modo enraizado no capitalismo.

Esse processo de tecitura de uma economia e cultura solidárias é desafiador, mas, dado o contexto em que são feitas, isso não é surpreendente. A luta por essa solidariedade é, genuinamente, uma construção feita por luta. O tornar-se solidário é algo que exige esforço, tempo e persistência, já que envolve construir um modo de ser cooperativo que vem em oposição ao modo de ser competitivo. O empreendimento autogestionário, e a busca por uma vida cooperativa, em comunhão coletiva, pode permitir não só a tolerância, mas a aceitação da mútua dependência dos membros como algo caloroso e positivo — em vez de ser vergonhoso contar com o outro para apoio, pode passar a ser ponto de orgulho e felicidade ter o apoio genuíno do próximo e da comunidade. Contrário ao que uma visão hegemônica capitalista poderia sugerir, o exercício da mútua dependência não precisa ser incongruente com a autossuficiência. Como Oliveira (2006) nos traz, a partir de Sennett, “... A pessoa autossuficiente saudável é capaz de depender de outras quando a situação exige e saber em quem confiar” (p. 21). Como pudemos ver a partir dos relatos de Weil (1996), há uma beleza e vitalidade intensas possíveis quando passa a existir outra sociabilidade, quando aqueles que tanto viveram a dominação podem passar a ser protagonistas de si próprios, com uma restauração humanizadora e da vivência como sujeitos. Essa possibilidade abre espaço para a alegria, a criatividade, para o riso e para o choro, mas fundamentalmente, para a vida.

O bordão frequente de que outra economia é possível pode muito bem ser expandido — a partir de um projeto como o da economia solidária e de iniciativas como a da Terra e Liberdade outra sociabilidade é possível, e outra cultura é possível.

Referências bibliográficas

ANDRADA, C. F. **Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, vol. 9, n.1, p. 1-14, 2006.

ANDRADA, C. F. e ESTEVES, E. G. e SVARTMAN, B. P. **Experiência da vida de cooperativa: reflexões psicossociais sobre interações solidárias**. Outra Economia, v. 13, n. 24, p. 136-151, 2020.

ANDRADA, C. F. e ESTEVES, E. G. **Sonho, história, loucura? Economia Solidária: um movimento de resistência no mundo do trabalho**. In: **Democracia participativa, estado e laicidade [recurso eletrônico]: psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2017.

BEZERA, L. e SOBREIRA, V. **Cortes no PAA: agricultores perdem produção enquanto famílias passam fome em Pernambuco**. Brasil de Fato, Recife, 2021. Disponível em <<https://www.brasildefatope.com.br/2021/08/13/cortes-no-paa-agricultores-perdem-producao-enquanto-familias-passam-fome-em-pernambuco>>. Acesso em 8 fev. 2023.

BOSI, A. “Cultura como Tradição”. In: BORNHEIM, G. et alii. **Cultura Brasileira, Tradição/Contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Funarte, 1987, p. 31-58.

BOSI, E. **O Tempo Vivo da Memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 47-67.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Natal Sem Fome: MST atingirá marca de mil toneladas de alimentos doados**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/natal-sem-fome-mst-atingira-marca-de-mil-toneladas-de-alimentos-doados-4442>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CHAUÍ, M. Sobre o direito à preguiça. In: **Mutações: elogio à preguiça**. NOVAES, A. (organização). São Paulo: Edições SESC, 2012, p. 77-105.

COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H.; SATO, L. (Orgs.). **Psicologia social do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017.

DE ALMEIDA, R. G; SVARTMAN, B. P. **Formação (a)crítica de sujeitos na luta por direitos: sentidos e significados atribuídos por militantes de um movimento de moradia.** São Paulo, 2021.

DEAN, J. **Camarada: um ensaio sobre pertencimento político.** Boitempo, São Paulo, 2021.

DRIESSEN, H. Humor, Anthropology of. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences 11(2)**, 2015, p. 416-419.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de princípios da Economia Solidária.** Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>. Acesso em 18 jul. 2023.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981

FREUD, S. **Os chistes e sua relação com o inconsciente.** Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FRIZZO, K. R. Diário de campo: reflexões epistemológicas e metodológicas. In Sarriera, J.C.; Saforcada, E.T. (Orgs.). **Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas,** Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 169-187.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

FREITAS, C. UOL — Ecoa. **Arroz do MST fica entre os assuntos mais comentados após Lula no JN.** São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2022/08/26/arroz-do-mst-fica-entre-os-assuntos-mais-comentados-apos-lula-no-jn.htm>. Acesso em 4 abr. 2023.

GOMES, R. A Análise de dados em Pesquisa Qualitativa. In Minayo, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2016, p. 67-80.

GONÇALVES FILHO, J. M. Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. **Psicologia e Compromisso Social.** São Paulo: Cortez, 2003, p. 193-239.

HADDAD, F. et al. **Sindicatos, cooperativas e socialismo.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003

HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. MONTEIRO, J. P. M. (tradução). São Paulo: Perspectiva, 2019.

INTERNATIONAL COOPERATIVE ALLIANCE. **Cooperative identity, values & principles**. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>. Acesso em 4 abr. 2021.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos*. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solidária%20no%20Brasil_2016.pdf >. Acesso em 13 nov. 2023.
»http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solidária%20no%20Brasil_2016.pdf

KRENAK, A. **A vida não é útil**. CARELLI, R. (pesquisa e organização). São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. FRANÇOIS, A. (tradução, apresentação e notas). São Paulo: EDIPRO, 2016.

LARKIN-GALIÑANES, C. An Overview of Humor Theory. **The Routledge Handbook of Language and Humor**. Nova Iorque: Routledge, 2017.

LELAY, S. F. M. **Estudo de um caso de um Empreendimento Econômico Solidário (EES): em busca da viabilização para a cooperativa Terra e Liberdade**. São Paulo, 2019.

LINHART, D. **O indivíduo no centro da modernização das empresas: Um reconhecimento esperado, mas perigoso**. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, n.7, jul./dez. 2000.

LONGO, I. **Dispara a procura pelo suco de uva do MST após escândalo do trabalho escravo nas vinícolas do RS**, 2023. Revista Fórum. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/brasil/2023/2/27/dispara-procura-pelo-suco-de-uva-do-mst-apos-escndalo-do-trabalho-escravo-nas-vinicolas-do-rs-132023.html>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

MARTIN, R. A. *et al.* **Individual differences in uses of humor and their relation to psychological well-being: Development of the Humor Styles Questionnaire.** *Journal of Research in Personality* 37, Elsevier Science, 2002, p. 48-75.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2014.

MONTE VÊNETO. **Sucos Monte Vêneto.** O Melhor Suco de Uva! Disponível em: < <https://sucosmonteveneto.com.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2023.

MORTADA, S. P. **Tempo e resistência: Ecléa e o método em psicologia social.** São Paulo: Psicologia USP 33, 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Você conhece a Terra de Sabores?** Disponível em: < <https://mst.org.br/2019/09/22/voce-conhece-a-terra-de-sabores/>>. Acesso em 17 jun. 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **IV Feira Nacional da Reforma Agrária.** Disponível em: < <https://mst.org.br/2023/05/17/247552/>>. Acesso em 17 set. 2023.

NESPOLO, N. I. F.; ESTEVES, E. G. **Economia Solidária, estratégias para incluir e transformar.** Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, São Paulo, 2022.

NOVOS PARADIGMAS. **Justa Trama — Cadeia ecológica do algodão solidário.** Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.novosparadigmas.org.br/pratica/justa-trama-cadeia-ecologica-do-algodao-solidario/>. Acesso em 13 nov. 2023.

OLIVEIRA, F. **Os sentidos do cooperativismo: Entre a Autogestão e a Precarização do Trabalho.** São Paulo: LTr, 2014.

OLIVEIRA, P. S. (Org). **O lúdico na cultura solidária.** São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVEIRA, P. S. **Cultura Solidária em Cooperativas: Projetos Coletivos de Mudança de Vida.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PLESTER, B. A.; SAYERS, J. **“Taking the piss”: Functions of banter in the IT industry.** Humor 20(2), Walter de Gruyter, 2007.

POMPEU, C. O.; IRRAZABAL, C. V. F.; POMPEU, L. P. Comércio digital de alimentos orgânicos: Estudo de caso do uso de suportes tecnológicos digitais pela cooperativa Terra e Liberdade. *In:* DE CARVALHO, J. G. (org.). **Caderno de resumos do XVII PROCOAS/XVII Seminário Internacional PROCOAS**, São Carlos, 2022.

POMPEU, L. P.; POMPEU, C. O.; IRRAZABAL, C. V. F. Consumo responsável e/ou consumo militante: o caso da cooperativa Terra e Liberdade. **Caderno de resumos do XVII PROCOAS/XVII Seminário Internacional PROCOAS**, São Carlos, 2022.

SCHMIDT, M. L. S. **Pesquisa participante e formação ética do pesquisador na área da saúde**, 2007.

SINGER, P. Autogestão e socialismo. *In:* OLIVEIRA, P. S. (org.). **O lúdico na cultura solidária**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 229-239.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. “Economia Solidária: Um modo de produção e distribuição”. *In:* SINGER, P.; SOUZA, A.R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, P. **Uma utopia militante: Repensando o socialismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

TERRA E LIBERDADE. Wordpress com informações sobre a cooperativa. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://terraeliberdade.com/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

TERRA LIVRE. **Terra Livre**, 2023. Alimentos saudáveis da Reforma Agrária para a sua mesa. Disponível em: < <https://terralivre.coop.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

UNISOL — CENTRAL DE COOPERATIVA E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS. **O que é Falso Cooperativismo?** São Paulo: UNISOL Brasil, 2010. Disponível em: <http://portal.unisolbrasil.org.br/o-que-e-falso-cooperativismo/>. Acesso em: 9 set. 2021.

WEIL, S. **A Condição Operária e Outros Estudos sobre a Opressão**. Trad. De. G. G. Langlada. Introdução e Organização de Ecléa Bosi. 2^a. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

WINNICOTT, D. W. **O brincar & a realidade**. ABREU, J. O. A., NOBRE, V. (tradução). Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Apêndice

Apêndice A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos a Sra./Sr. a participar da pesquisa *“O papel do humor na cultura solidária — Um estudo participante em uma cooperativa na cidade de São Paulo”*, desenvolvida pelo mestrando Guilherme Souto Sanchez e orientada pelo Prof. Dr. Bernardo Parodi Svartman no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP).

O objetivo da pesquisa é investigar e analisar os sentidos que os cooperados veem em seu trabalho e nas experiências culturais que vivenciam na cooperativa, como o humor e o lúdico, e de que maneira isso pode se inserir na produção de uma cultura solidária.

A sua participação consiste em responder a uma entrevista que será gravada, em formato de áudio, e transcritas posteriormente. Após a transcrição, as gravações serão apagadas. O material transcrito ficará armazenado sob responsabilidade do pesquisador.

A sua identidade será preservada em todas as etapas da pesquisa, sendo garantido a privacidade e confidencialidade. Caso prefira, seu nome pode ser mantido em sigilo, garantindo assim seu anonimato na pesquisa, opção que pode ser feita ao final desse termo. Caso assim desejar, a/o Sra./Sr. poderá declinar ou retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou penalização, bem como não responder as questões que julgar improcedentes.

O tempo despendido para entrevista poderá se estender. Se isso gerar algum desconforto, bem como algumas questões, estou à disposição para que alteremos a data e horários da conversa. A pesquisa não possui benefícios diretos para a/o Sra./Sr., mas a sua participação poderá contribuir com a produção de conhecimento acerca das experiências de trabalhadores que se organizam coletivamente, pelos princípios da Economia Solidária e da autogestão, e para o estudo da cultura solidária nesse contexto.

Informo que a/o Sra./Sr. não receberá nenhuma compensação financeira pela participação neste estudo e não terá nenhum prejuízo financeiro. A sua participação na pesquisa não deve acarretar danos físicos, sendo mínimos os riscos na sua participação. Ainda assim, pode haver algum desconforto emocional durante a realização da entrevista, constrangimento ou exposição. Caso haja alguma consequência ou desconforto decorrente da pesquisa, o pesquisador se compromete a fornecer um acolhimento, e a dar um direcionamento a um serviço de atendimento psicológico gratuito. Junto disso, a instituição se responsabiliza em garantir

reparos necessários. Será assegurado o direito à indenização, caso haja comprovação de algum dano relacionado à participação no estudo.

Esclareço que uma via desse termo será assinada em duas vias pelo pesquisador, e será entregue a/o Sra./Sr. Esta pesquisa atende a todas as especificações da Resolução 466, de 12/12/2012 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Em qualquer etapa do estudo, a/o Sra./Sr. poderá ter acesso ao pesquisador responsável pela investigação para quaisquer esclarecimentos, por e-mail guilherme.souto.sanchez@usp.br ou celular (11) 98818-1072, com o orientador Dr. Bernardo Parodi Svartman no e-mail: bernardo@usp.br ou diretamente no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPH) da USP: Avenida Professor Mello de Moraes, 1721 - Butantã, São Paulo - SP, CEP 05508-030. Para esclarecimentos sobre os aspectos éticos da pesquisa você também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos d Instituto de Psicologia da USP, pelo telefone (11) 3091-4182, pelo e-mail ceph.ip@usp.br, ou pelo endereço Avenida Professor Mello de Moraes, 1721, Bloco G, sala 27 — Cidade Universitária, São Paulo - SP, CEP 05508-030. O endereço institucional do pesquisador responsável é o mesmo do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: Avenida Professor Mello de Moraes, 1721 - Butantã, São Paulo - SP, CEP 05508-030.

Se a/o Sra./Sr., estiver esclarecida/o sobre o estudo e concordar em participar, solicito que assine as duas vias deste termo.

Desejo que meu nome SEJA mantido em sigilo em quaisquer materiais e publicações oriundas da(s) entrevista(s) concedida(s).

Desejo que meu nome NÃO SEJA mantido em sigilo em quaisquer materiais e publicações oriundos da(s) entrevista(s) concedida(s).

São Paulo, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante

Impressão do dedo polegar

caso não saiba assinar

Guilherme Souto Sanchez



Apêndice B

Eixos de perguntas — Terra e Liberdade

1) Da vida, do passado, e do trabalho

Você pode me contar um pouco da sua história? Quando e onde você nasceu? Com quem você morava? Como que foi sua infância? Você pode me contar alguma história dessa época? Com o que você já trabalhou? Como era estar nesse (s) trabalho (s), e a relação com as pessoas neles?

2) Da cooperativa e da luta/militância

Como foi a sua chegada no MST? E na cooperativa? Como que você a conheceu e ficou sabendo que existia? Quando que isso aconteceu? Com quem você falou para começar esse contato, e como foi isso? O que te motivou a querer fazer parte dela? Como foi a sua entrada na cooperativa? Que lembranças você tem de sua chegada nela? Que sentidos que você vê na militância, e no trabalho na cooperativa?

3) Comparando trabalhos, cotidiano e solidariedade

Você pode contar como foi/é o trabalho que faz na cooperativa? Como você compara com outros lugares em que já trabalhou? Você pode dizer quais atividades são feitas na Terra e Liberdade? Você pode contar como foi se inserir no cotidiano na cooperativa? Como é a sua relação com os outros membros da cooperativa? Você lembra de situações em que pessoas da cooperativa foram solidárias contigo ou entre si? Você se lembra de cenas engraçadas do cotidiano na cooperativa? Como você enxerga isso? E momentos de brincadeira? Você pode contar alguma história sobre isso? O que você pensa sobre isso de brincadeiras no espaço de trabalho?

Quais experiências que mais te marcaram na cooperativa? Quais as potências e desafios que você vê no trabalho da Terra e Liberdade? O que você pensa do futuro da cooperativa?

Tem mais algo que você gostaria de dizer que eu não perguntei, ou algo que conversamos que você gostaria de complementar ou alterar?